



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**NAS ÁGUAS DO VELHO CHICO:
POR UMA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS NO
BAIXO RIO SÃO FRANCISCO – SERGIPE/ALAGOAS**

Luis Felipe Freire

São Cristóvão
2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**NAS ÁGUAS DO VELHO CHICO:
POR UMA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS NO
BAIXO RIO SÃO FRANCISCO – SERGIPE/ALAGOAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Gilson Rambelli

Agência Financiadora: FAPITEC

São Cristóvão
2013

Dedico a minha família, à Fernanda e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar, a minha mãe, Gema Galgani Freire Dantas Santos, que sempre lutou para oferecer uma boa educação aos seus filhos. A meu pai, José Hider dos Santos, também meus sinceros agradecimentos.

À Fernanda Libório Ribeiro Simões, minha companheira na Arqueologia e na vida, sempre me apoiando e ajudando no que for preciso, te amo.

Ao Prof. Dr. Gilson Rambelli, pois, sem ele, hoje, não estaria nesse mundo subaquático da Arqueologia. Graças às oportunidades oferecidas por ele foi possível o meu enriquecimento acadêmico e profissional, tornando-me mais um apaixonado pela defesa do patrimônio cultural subaquático.

Aos professores Dr. Leandro Domingues Duran e o Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo que me propiciaram na prática a minha profissionalização.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, que graças a sua estrutura de professores possibilitaram minha formação acadêmica.

A todos os meus amigos que me ajudaram, principalmente a Rodrigo Menezes que sempre esteve à disposição para confeccionar mapas e ensinar sobre geoprocessamento.

À Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) pelo apoio financeiro, sem o qual não poderíamos ter concretizado a pesquisa.

A todos aqueles que em minha jornada acadêmica e profissional contribuíram direta e indiretamente para a realização do presente trabalho.

Por fim, agradeço ao Punk-Rock e ao Hardcore que foram relevantes em me ensinar a enxergar a realidade, questionar e procurar mudá-la.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo a idealização de uma Arqueologia de ambientes aquáticos preocupada em inserir múltiplas vozes no processo da construção do conhecimento, para que seja possível aproximarmos a sociedade da pesquisa arqueológica e de seu patrimônio. Por meio da apresentação e da discussão de um arcabouço teórico-metodológico de viés integrativo e multivocal e da contextualização da área de pesquisa, o baixo rio São Francisco, busca-se delinear um posicionamento em que a Arqueologia seja capaz de compreender as diversas relações existentes entre as comunidades locais e o seu patrimônio arqueológico. Assim, a pesquisa arqueológica subaquática surge como uma forma de mediarmos uma relação de autorreconhecimento da sociedade para com o seu patrimônio cultural subaquático.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia de ambientes aquáticos; Patrimônio Cultural Subaquático; Multivocalidade; Baixo rio São Francisco.

ABSTRACT

The recent research aims at an idealization of an Archaeology of Aquatic Environment worried in inserting multiple voices in the process of the construction of the knowledge, making it possible to bring closer society to archaeological research and to its heritage. Through the presentation and the discussion of a theoretical-methodological framework of an integrative and multivocal bias and through the contextualization of the researched area, the lower São Francisco River, it's sought to draw a line in a position in which Archaeology is capable to comprehend the many relationships existent between local communities and its archaeological heritage. Thus, the sub aquatic archaeology research rises as a form to mediate a relation of self-recognition of society to its underwater cultural heritage.

Keywords: Archaeology of Aquatic Environment; Underwater Cultural Heritage, Multivocality; Lower São Francisco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– <i>Castrum Maurity Ad Ripan Flumini S. Francisci</i>, de Frans Post, 1647.....	65
Figura 2 – Vista do Cais do Porto de Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	69
Figura 3 – Vista da área portuária da cidade de Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	70
Figura 4 – O vapor “Sinimbú” em Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	76
Figura 5 – O vapor “Sinimbú” próximo ao Porto de Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	77
Figura 6 – Peças pertencentes ao acervo do Memorial de Sergipe da Universidade Tiradentes. (Acervo Pessoal).....	79
Figura 7 – Peças pertencentes ao acervo do Museu Casa do Penedo. (Acervo Pessoal).....	80
Figura 8 – Vapor “Comendador Peixoto”, 1920. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	81
Figura 9 – Vapor “Comendador Peixoto” ancorado em Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	82
Figura 10 – Vapor Comendador Peixoto, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	83
Figura 11 – Vapor Comendador Peixoto na proximidade do porto de Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	84
Figura 12 – Passageiros da primeira classe do vapor Comendador Peixoto, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.....	85

Figura 13 - Farol do Cabeço, localizado na foz do Rio São Francisco. Fonte: [www.canoadetolda.org. br](http://www.canoadetolda.org.br).....87

Figura 14 - Ficha com as especificações técnicas do farol. Fonte: Capitania dos Portos de Sergipe, Pasta do Tombo.....88

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1- Pensando uma Arqueologia para o baixo rio São Francisco.....	13
1.1. O que seria essa Arqueologia?.....	14
1.1.1. Mergulhando em conceitos: Arqueologia Marítima e Arqueologia Pública.....	18
1.2. Patrimônio Cultural Subaquático: O que estamos estudando?.....	29
1.2.1. O contexto político do patrimônio arqueológico subaquático mundial.....	29
1.2.2. Apontamentos sobre o patrimônio cultural no Brasil.....	32
1.2.3. O patrimônio cultural subaquático brasileiro.....	36
1.3. O Programa de Carta Arqueológica: Metodologia de Pesquisa.....	39
Capítulo 2 – Patrimônio cultural subaquático, Multivocalidade e Arqueologia Pública: O que queremos para o baixo rio São Francisco?.....	43
Capítulo 3 – Navegando em Opará: Contextualização da área de pesquisa.....	60
3.1. Contextualização histórica.....	61
3.2. Contextualização arqueológica.....	70
Capítulo 4 – Pensando uma metodologia para o baixo São Francisco.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110

NAS ÁGUAS DO VELHO CHICO:
POR UMA ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS NO BAIXO RIO SÃO
FRANCISCO – SERGIPE/ALAGOAS

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Arqueologia, sob a orientação do Prof. Dr. Gilson Rambelli, iniciou-se com o título de “Inventário Sistemático do Patrimônio Cultural Subaquático do Baixo Rio São Francisco – Sergipe/Alagoas”, fruto do meu interesse pelo estudo e preservação do patrimônio cultural subaquático na região do baixo rio São Francisco, resultante do contato que me foi possível graças ao meu envolvimento com o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA-UFS), enquanto bolsista de graduação e posteriormente de pós-graduação. Assim, desde 2009, venho participando do projeto “Carta Arqueológica Subaquática de Sergipe: Inventário Sistemático do Patrimônio Cultural Subaquático”, coordenado pelo Prof. Dr. Gilson Rambelli, que objetiva o levantamento e inventário do patrimônio cultural subaquático em todo o território sergipano, servindo como um mecanismo de conhecimento e gestão do patrimônio arqueológico.

Tive a possibilidade de participar da equipe do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos (LAAA-UFS), atendendo a solicitação da Procuradoria da República de Sergipe, conforme ofício MPF/PRSE/LNT Nº 330/2009, ao realizar a inspeção das peças arqueológicas que foram adquiridas pelo Memorial de Sergipe da Universidade Tiradentes, por meio da compra a um pescador/mergulhador da região do baixo São Francisco que teria oferecido às peças – de vulgo Bruno Peixe, que supostamente também teria vendido peças retiradas do rio para o Museu Casa do Penedo. Diante da realidade notei que era urgente pensarmos no estabelecimento de medidas que configurassem a situação que se encontra o patrimônio cultural subaquático.

Portanto, a ideia inicial para a pesquisa de mestrado, foi o estabelecimento das primeiras ações de uma carta arqueológica da região, na identificação de sítios e adoção

de parâmetros para a sua proteção, mas, nesses curtos dois anos de pesquisa, cheguei a conclusão que antes de iniciarmos o nossos contatos na área de investigação, era preciso refletir sobre qual maneira que pretendíamos nos posicionar perante o patrimônio e as pessoas que convivem com ele e detêm sua posse.

Foi nesse sentido que cheguei à configuração final da pesquisa aqui apresentada, ou seja, a ideia de construir uma Arqueologia de ambientes aquáticos de viés integrativo e público que por meio da permissividade das diversas comunidades em adicionar suas vozes no processo de construção do conhecimento arqueológico e no estabelecimento de medidas preservacionistas para região. Desta maneira, apresentarei, nos próximos capítulos, uma reflexão teórico-metodológica que estruture ou, pelo menos, norteie o estabelecimento das pesquisas arqueológicas, necessárias para a elaboração da Carta Arqueológica do baixo rio São Francisco, buscando acabar com o distanciamento e a falta de identificação que membros das comunidades locais possam ter com o patrimônio.

No entanto, o arcabouço teórico-metodológico da Arqueologia de ambientes aquáticos, aqui apresentada, irá destoar um pouco do que já podemos observar das produções existentes no país, dentro da perspectiva dessa subdisciplina (RAMBELLI, 1998, 2003; BAVA-DE-CAMARGO, 2002, 2009; CALLIPO, 2004, 2010; DURAN, 2008; SOUZA, 2007, 2010; GUIMARÃES, 2010), pois os aspectos teórico-metodológicos que aqui se apresentarão visam a possibilitar uma nova forma de enxergar a disciplina e de trabalhá-la de maneira multivocal.

Portanto, notamos, desde a década de 1990, uma mudança no desenvolver da disciplina arqueológica, no Brasil, e cada vez mais é notada a importância de fazermos a disciplina para e com a sociedade. Nesse campo “úmido” da Arqueologia a relevância de divulgarmos o nosso conhecimento e de integrar o público à pesquisa arqueológica já vem sendo salientada por algumas pesquisas (RAMBELLI, 2003; SILVA, 2011). No entanto, a presente pesquisa é a primeira tentativa de idealização de uma Arqueologia com o viés integrativo e multivocal adequada para um contexto arqueológico específico: o baixo rio São Francisco.

Nesse sentido, a dissertação é estruturada de uma maneira que, aos poucos, começamos a entender que Arqueologia se está idealizando e como podemos por em

prática essa postura arqueológica. O primeiro capítulo tem como objetivo favorecer ao leitor um entendimento geral de como pensamos a Arqueologia, discutindo seus conceitos-chaves e apresentando seu objeto de estudo, mas também apresentando uma breve discussão da importância da Carta Arqueológica, enquanto ferramenta que propiciará a aplicabilidade de uma pesquisa arqueológica na região do baixo rio São Francisco.

Já, no segundo capítulo, de fato, aprofundarei a discussão de como devemos conduzir a Arqueologia, na região, apresentando uma discussão que molde essa disciplina em um ato social engajado e responsável em dar espaço às pessoas no processo de construção de seu passado. Assim, temas como Arqueologia pública, multivocalidade, e responsabilidade serão colocados em pauta na definição do que pretendemos para o contexto sanfranciscano. Dando seguimento a discussão, no terceiro capítulo, buscarei contextualizar essa região não só em uma perspectiva histórica, como também, arqueológica, demonstrando, pois, assim a importância de se escolher essa região como área de prioridade da pesquisa.

Por último, no quarto capítulo, apresentarei como se pretende por em prática uma metodologia que esteja integrada aos preceitos trabalhados, principalmente destacada no segundo capítulo, baseando-se na metodologia pós-processual de Ian Hodder (1998) e na pesquisa qualitativa, uma combinação que permitirá realizarmos, em um futuro próximo, uma Arqueologia reflexiva e multivocal, como também, resgatadora das opiniões que as comunidades locais têm a respeito do seu passado e de seu patrimônio.

Capítulo I - Pensando uma Arqueologia para o baixo rio São Francisco

Visando a atingir o objetivo da pesquisa por meio da configuração de uma Arqueologia pública, integrada ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica subaquática, o presente capítulo visa à realização de uma análise que seja responsável por introduzir o leitor a um entendimento mais genérico de qual Arqueologia de ambientes aquáticos é pretendida para a presente área de estudo.

Assim, objetivando facilitar a compreensão do leitor, dividirei tal capítulo em três principais linhas de questionamento: O que seria essa Arqueologia? O que estamos estudando? E de que maneira pretende-se aplicar essas perspectivas na região?

O primeiro tópico tem como finalidade a definição de que formato de Arqueologia é desejado para a localidade, assim, a partir de um debate centrado nos principais aspectos teóricos que compõe a pesquisa, Arqueologia marítima e Arqueologia pública, busca-se que seja possível a criação de uma base epistêmica fértil ao desenvolvimento de uma conduta arqueológica a ser implementada no baixo rio São Francisco.

Dando sequência ao capítulo, analisarei o nosso objeto de pesquisa, o patrimônio cultural subaquático, expondo quais os contextos políticos existentes em relação a esse patrimônio. Desta maneira, apresentarei os problemas arrolados a sua gestão e preservação, para assim entendermos a relevância da adoção de novas posturas arqueológicas a serem seguidas.

Por conseguinte, encerrarei com a introdução da ideia de Carta Arqueológica, enquanto uma base prática que propicie a aplicação de uma pesquisa arqueológica na região de característica integrativa, capaz de gerar alterações no tratamento ambíguo conferido ao patrimônio arqueológico regional.

1.1. O que seria essa Arqueologia?

Apesar das divergências conceituais que afligem a Arqueologia de ambientes aquáticos – subdisciplina dedicada ao estudo dos registros arqueológicos inseridos em ambientes úmidos, como também os reflexos sociais intrínsecos aos contextos marítimos – ela ainda carrega o estigma de ser um ramo do mergulho, no entanto, as diferenças impostas pelo ambiente aquático não a descaracterizam como sendo outra disciplina (BASS, 1969; RAMBELLI, 2002, 2003, 2007, 2008, 2009a, 2009b). Assim, enquanto uma área do conhecimento integrada às ciências sociais, estamos passíveis à agregação de diversas teorias sociais, enfrentando as mesmas discussões epistemológicas que abrangem outras subáreas da Arqueologia. Em vista disso que devemos deixar claro, constantemente a inexistência de parâmetros que distinguem essa versão “úmida” do restante da disciplina Arqueologia.

Destaque-se que o presente subcapítulo levantará uma discussão epistemológica que possa ser enquadrada na área de pesquisa do autor desta dissertação, o baixo rio São Francisco. Esse *corpus* teórico irá corroborar para um melhor entendimento das dinâmicas sociais marítimas que aconteceram e acontecem nessa área, como também propiciará uma reflexão – referente ao compromisso social da Arqueologia – de como essa herança cultural pode ser resgatada, valorizada e preservada.

A Arqueologia, que exige a necessidade do arqueólogo mergulhar para executar seu trabalho de campo, é a mesma ciência que exigiria de um arqueólogo trabalhar na Amazônia com uso de botas, perneiras e chapéus. Assim, podemos reafirmar que, independente do ambiente no qual está inserido o sítio arqueológico, o que estudamos é uma ciência social que encontra sua sustentação teórica na própria teoria social (SHANKS & TILLEY, 1987; ACUTO & ZARANKIN, 1999; RAMBELLI, 2003, 2006). Por mais distinto que seja o ambiente, não podemos deixar de lembrar que o arqueólogo compreende a sociedade através do dado, no qual denominamos de registro arqueológico, que podemos definir como:

Todo el conjunto de elementos, artefactos, ecofactos y sus matrices, (conformando unidades menores en forma de contextos), productos del trabajo humano o afectados de alguna manera por este, y susceptibles de ser transformados por eventos naturales y humanos, que se hallan en el subsuelo y sobre la superficie e incluso parcial o completamente sumergidos bajo el agua; no importando que participen en

contextos arqueológicos o contextos momentos (ARDUENGO GARCIA, 2007a: 37).

Como é salientado por Giddens, “a teoria social é uma abordagem teórica e abstrata do ator humano, de sua consciência e sua ação, das condições e consequências estruturais dessa ação, assim como das formas institucionais e símbolos culturais que dele procedem”¹ (1995: 52 *apud* ACUTO & ZARANKIN, 1999: 09). A teoria social não constitui um corpo homogêneo de ideias concretas, princípios teóricos ou métodos de pesquisas exclusivos da Arqueologia (RAMBELLI, 2003). Por isso, ela dialoga com todas as disciplinas das ciências humanas que tenham a preocupação em trabalhar temas como a vida social e os produtos culturais da ação social, tornando, deste modo, possível a conversação entre essas disciplinas afins. No caso desta pesquisa, a amplitude proporcionada por esse posicionamento teórico possibilitará a realização de um diálogo recíproco com outras áreas que já se dedicam ao estudo da ação humana em contextos “úmidos”, a exemplo da Antropologia ou Socioantropologia marítima e pesqueira, a Etnohistória marítima, a História naval, etc.

Deste modo, a Arqueologia, com o respaldo das teorias sociais, busca compreender pela interpretação da cultura material os significados sociais e culturais no passado e no presente, pois considera que todas as ações e práticas sociais cumprem suas funções, ao mesmo tempo em que possuem e transmitem significados (ACUTO & ZARANKIN, 1999) ou como salientou Fournier:

La arqueologia es la única ciencia social que investiga procesos, similitudes e diferencias sociales con una amplia cobertura temporal, con base en las manifestaciones materiales de la conducta humana; su especificidad reside en que se fundamenta en datos particulares, es decir, en los materiales y los contextos arqueológicos que son por naturaleza, un reflejo de lo social (1999: 75).

Nas últimas décadas, a ideia de modernidade objetiva ou instrumental está, cada vez mais, sendo questionada no contexto teórico social contemporâneo. Essa aversão ao positivismo moderno, o qual poderíamos considerar como um momento de crise do paradigma dominante (SANTOS, 1988), vem gerando uma mudança gradual no campo epistemológico das Ciências Sociais – essas mudanças ficam nítidas com o surgimento

¹ Tradução do original: “la teoria social es el abordaje teórico y abstracto del actor humano, de su conciencia y su acción, de las condiciones y consecuencias estructurales de esa acción, así como de las formas institucionales y símbolos culturales que de él proceden”.

de várias tendências contemporâneas como: a fenomenologia, a hermenêutica, a teoria crítica, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, o neomarxismo, a etnometodologia, entre outras (ACUTO & ZARANKIN, 1999). Na Arqueologia, ainda permanece um clima de constante insatisfação e de evocação por novos modelos teóricos.

Deste modo, o contexto teórico-contemporâneo revela um mal-estar, por conta da presente obsolescência de instrumentos de análise que eram centrais na interpretação da realidade social. Essa dificuldade analítica é denunciada nas tentativas de nomearmos a sociedade contemporânea com o conceito anteposto de um “pós”, como uma alternativa de encontrarmos em um “outro tempo” as respostas ou os parâmetros para identificar os problemas do “nosso tempo” (ROCHA, 2007).

A Arqueologia Social Latino-Americana da década de 1970 e as abordagens pós-processualistas da década de 1980 abriram espaço para o rompimento da postura funcionalista e de critério positivista da *New Archaeology*, levando a abertura de possibilidades de novos modelos de leitura da cultura material (RAMBELLI, 2003).

O surgimento do pós-processualismo na Arqueologia, como forma de contrapor o que estava estabelecido no cerne da disciplina até o presente momento – o processualismo – é um movimento heterogêneo que compartilha das mesmas ideias do pós-modernismo: a perda da confiança na Ciência; a antipatia atribuída ao essencialismo; a ênfase na diversidade de leituras e a dificuldade de estabelecimento de significados.

Essa mudança de pensamento dentro do cenário da Arqueologia se iniciou nas décadas de 1980 e 1990 e reflete todas as mudanças que estavam acontecendo no espectro das Ciências Humanas. Um dos questionamentos geridos nesse período, refere-se à fragmentação do método arqueológico, como é consensual o fato de que não é possível atingirmos uma verdade científica sobre as coisas, então não podemos estabelecer parâmetros de qualificação de qual metodologia é mais válida no processo de construção do conhecimento arqueológico (JOHNSON, 2000).

Outro ponto colocado por essas emergentes correntes de pensamento é o de que não existe neutralidade na disciplina, como também não há método neutro. Em vista disso, podemos utilizar de formas alternativas para interpretar o passado. Portanto,

devemos considerar a opinião do público não acadêmico no processo de construção do passado e devemos constantemente atender o contexto social, político e cultural da Arqueologia (JOHNSON, 2000).

Seguindo esse posicionamento, o arqueólogo assume o papel de mediador entre os vestígios de um passado que não mais existe e o seu presente. Assim, a interpretação, enquanto produção do conhecimento é subjetiva e carregada de intencionalidade, sendo variável de pesquisador para pesquisador, de tempos em tempos, em um fluxo contínuo de transformações e mudanças (ACUTO & ZARANKIN, 1999).

Deste modo, ao estudar as dinâmicas da vida social e a produção cultural dos indivíduos e das sociedades passadas (SHANKS & TILLEY, 1987; ACUTO & ZARANKIN, 1999; ZARANKIN, 2002), o arqueólogo se posiciona como um agente social capaz de gerar mudanças na sociedade atual (MCGUIRE & NAVARRETE, 1999; ARDUENGO GARCIA, 2007b), buscando constantemente construir uma práxis arqueológica que acarrete conhecer, criticar e transformar o mundo (MCGUIRE, 1999; RAMBELLI, 2003). É no sentido de fazer uma Arqueologia para todas as esferas da sociedade que o arqueólogo deve questionar-se: o porquê, para quê, para quem e com quem se gera o conhecimento (FUNARI, 2010).

Logo, devemos levar em consideração que há a existência de atores sociais em contextos historicamente determinados por relações dialéticas econômicas e políticas, o arqueólogo, enquanto um agente social, também produz conhecimento condicionado ao contexto sócio-histórico de produção no qual está inserido, sendo capaz de reverter-se sobre a realidade para transformá-la. Principalmente, se mantivermos uma posição crítica, frente à realidade, como diante do nosso próprio conhecimento (MCGUIRE & NAVARRETE, 1999).

Para os arqueólogos pós-processuais o fazer arqueológico é marcado por um conjunto de relações de cunho social e político. Essas relações acabam influenciando de maneira significativa, a interpretação do arqueólogo, contudo, não podemos excluir a ideia de que a neutralidade é um mito e que a disciplina é constantemente mediada e influenciada por essas relações.

Portanto, a Arqueologia deve dar, por meio da análise e interpretação da cultura material, espaço a todos, dando voz aos “silenciados” ou aos poucos pronunciados, os excluídos do processo elitista de construção da história oficial. A Arqueologia pode oportunizar uma construção democrática do conhecimento. Dessa maneira, que a presente pesquisa se posiciona, utilizando-se do amparo da disciplina arqueológica como uma ferramenta que possibilite o resgate de uma história náutica e marítima com e para as comunidades ribeirinhas do baixo rio São Francisco.

Para que esse objetivo seja alcançado, é necessária a realização de um diálogo entre duas interfaces da Arqueologia: a Arqueologia marítima e a Arqueologia pública. Portanto, elucidarei no decorrer deste texto, essas duas áreas, que fundamentam a presente pesquisa no baixo rio São Francisco.

1.1.1. Mergulhando em conceitos: Arqueologia marítima e Arqueologia pública

O presente subcapítulo representa uma incipiente reflexão epistemológica de quais os conceitos norteadores da Arqueologia que se pretende realizar na região do baixo rio São Francisco. Assim, partilho de uma concepção que não é estanque, por isso esta pesquisa está suscetível a conceber novas ideias acerca do entendimento do que é cabível para a área de estudo, enquanto outras poderão entrar em desuso no decorrer do processo de desenvolvimento do pensamento arqueológico.

Uma reflexão arqueológica da temática náutica e marítima, com um enfoque teórico-social, como o pretendido com essa pesquisa, não era muito comum até poucos anos, pois nessa versão “úmida” da Arqueologia, a abordagem histórico-culturalista – ou particularista-histórica – ainda é o posicionamento teórico mais presente, principalmente tratando-se de estudos de sítios arqueológicos de naufrágios (BLOT, 1999; RAMBELLI, 2003).

Segundo Fonternoy (1998), esse fenômeno pode ser explicado devido “ao fascínio dos arqueólogos subaquáticos pelos sítios individuais encontrados, considerados como fenômenos e analisados separados dos demais, sempre dificultaram

o posicionamento de tais descobertas em sequências contextualizadas” (*apud* RAMBELLI, 2003: 25). De fato, o que se busca com essa postura teórica é conhecer mais detalhadamente um momento particular da história humana, trazendo à tona os mínimos detalhes do universo daqueles que viviam no e para o mar (BASS, 1969; DURAN, 2008: 37).

É válido lembrar que o advento da *New Archeology* no âmbito acadêmico, teve seu princípio quase que em concomitância ao nascimento da Arqueologia subaquática, na década de 1960. No entanto, esse desmembramento “molhado” não partilhou das mesmas preocupações teóricas que afligiam o cerne acadêmico, pois o posicionamento do seu pioneiro George F. Bass. Acredito que, por ser oriundo de uma formação em Arqueologia Clássica, ele não partilhava da ideia de aplicar, nas pesquisas arqueológicas, abordagens teóricas oriundas da Antropologia.

Embora as pesquisas realizadas com o viés histórico-culturalista terem sido de fundamental importância por terem demonstrado, em um primeiro momento, tanto para o público geral quanto para academia que a prática da Arqueologia em ambientes aquáticos era viável em termos científicos, da mesma maneira que outras ramificações da Arqueologia, ainda havia uma longa jornada para essa área “molhada” ser levada a sério. Com todas essas dificuldades da Arqueologia subaquática de se firmar enquanto Arqueologia, não é de se estranhar que a afinidade pelas propostas processualistas surge como uma forma de atribuição de segurança e respeitabilidade para esse campo, através do rigor científico, influenciando o ingresso de muitos arqueólogos nessa nova área de pesquisa (DURAN, 2008).

Keith Muckelroy – arqueólogo britânico, autor do livro “*Maritime Archaeology*”, publicado em 1978 – foi o primeiro que demonstrou uma preocupação teórica para com essa Arqueologia, como salientou Blot (1999: 41), “daquilo que ele próprio considerava uma ‘subdisciplina’ da Arqueologia, ramo essencial mas periférico o qual chamava “*Maritime Archaeology*”. Em um artigo publicado em 1975, “*A Systematic Approach to the Investigation of Scattered Wreck Sites*”, Muckelroy já admitia sua preocupação, pois, independente da situação em que se encontrava a Arqueologia convencional, ele não tinha dúvida de que a Arqueologia subaquática se encontrava em um estado de indisciplina (BLOT, 1999; RAMBELLI, 2003).

Os preceitos e preocupações teóricas expostos por Muckelroy, o que ele chamou de Arqueologia marítima, teve influências significativas da *New Archaeology*, principalmente do que David Clarke – um dos grandes representantes da Arqueologia Processual britânica e orientador da tese não concluída de Keith Muckelroy, que faleceu prematuramente enquanto desenvolvia sua pesquisa - batizou de *Analytical Archaeology*. Esse modelo de análise proposto por Muckelroy ainda serve como referência para aqueles que procuram realizar uma abordagem diferenciada da tradição histórico-culturalista dominante no cerne da Arqueologia mundial.

Muckelroy (1978: 04) definiu Arqueologia marítima como: “O estudo científico dos restos materiais do homem e de suas atividades no mar” ² diferenciando-a da Arqueologia náutica, já, na época, considerada limitada aos aspectos pertinentes ao estudo de embarcações; da Arqueologia subaquática, considerada como a pesquisa, de qualquer gênero, realizada embaixo de qualquer corpo d’água e da Arqueologia marinha; dentre outras denominações limitantes e específicas (RAMBELLI, 2003). Dessa forma, o termo “Marítimo”, por ser mais abrangente para Arqueologia, passou a ser utilizado e ressignificado por diversos pesquisadores.

Portanto, é necessário deixar claro que “o estudo de culturas marítimas, por meio da Arqueologia, não é igual à Arqueologia Subaquática” ³ (BASS, 2011: 3), pois existem diversos sítios que estão localizados em ambientes aquáticos que não se relacionam com culturas marítimas, a exemplo de sítios terrestres submersos.

O uso do termo Arqueologia de ambientes aquáticos, adotado por esta pesquisa, é uma escolha que, dentro das discussões conceituais deste fazer arqueológico torna-se o mais abrangente e flexível. Portanto, partilhamos uma postura que se preocupa com a garantia de uma base sólida e complacente de discussão, que contribua para o fortalecimento de um corpo conceitual básico, mas que vise não estabelecer linhas estanques de discussão, sendo assim, não traria limitações ao processo de construção do pensamento arqueológico, possibilitando uma “melhor compreensão das formas de interação entre os diferentes ambientes aquáticos e as inúmeras sociedades humanas ao longo do tempo e do espaço” (DURAN, 2008: 76).

² Tradução do original: “the scientific study of the material remains of man activities on the sea”.

³ Traduzido do Original: “The study of maritime cultures by means of archaeology is not the same as underwater archaeology” (BASS, 2011: 3).

Com o objetivo de ampliar o leque de possibilidades de atuação dessa área de pesquisa arqueológica, que o arqueólogo Sean McGrail redefiniu o que tinha sido proposto por Muckelroy, corrigindo algumas falhas na definição de Arqueologia Marítima. Assim, McGrail, inserindo a Arqueologia Náutica em seu conceito, vai afirmar que Arqueologia marítima é: “o estudo do uso pelo homem de todos os tipos de vias aquáticas, lagos, rios e mares” (1998: 01 *apud* BLOT, 1999: 46). No entanto, ainda estava clara a necessidade de redefinição desse ramo da Arqueologia, pois as manifestações de uma relação sociocultural dos homens com os ambientes aquáticos são perceptíveis muitas vezes no ambiente emerso.

Já Adams salienta que a pesquisa marítima se aproximou de todos os ambientes úmidos e de suas fontes materiais: arqueológicas, históricas e etnográficas. Deste modo, a Arqueologia marítima representa, hoje, o estudo da cultura material remanescente relativa às atividades humanas nos mares, nas vias fluviais interconectadas e nas áreas adjacentes (ADAMS, 2002: 328; RAMBELLI, 2003). Agora, “não se procuram mais os vestígios arqueológicos das culturas marítimas, mas os vestígios arqueológicos marítimos que possam levar a uma melhor compreensão das sociedades radicadas à beira d’água” (ADAMS, 2002 *apud* BAVA DE CAMARGO, 2009: 157).

Logo, é com o intuito de ter a capacidade de análise da **maritimidade** – “entendido como um conjunto de várias práticas (econômicas, sociais e, sobretudo simbólicas), resultante da interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental: o espaço marítimo” (DIEGUES, 2004: 15-16) – que a Arqueologia marítima torna-se um ramo de fundamental importância, pois ela consentiu uma análise mais ampla dos contextos referentes a essas culturas marítimas, que atuaram no decorrer dos milênios na área de estudo, mesmo aparentando ser controversa, em um primeiro momento por sua nomenclatura “marítima” está associada ao estudo de um rio.

A escolha do conceito de maritimidade pode aparentar contrastante se atribuirmos o caráter físico da região pesquisada – o rio São Francisco, um ambiente fluvial – dentro desta discussão teórica. No entanto, entendo que as interações de sociedades humanas com os ambientes aquáticos, em diferentes épocas e lugares, são responsáveis pelo surgimento de produtos culturais que se distinguem dos padrões comportamentais utilizados forçadamente por muitos pesquisadores na leitura da história humana. No entanto, não podemos deixar de considerar que o perímetro de

atuação da presente pesquisa –o trecho entre Penedo (AL) e Neópolis (SE) e a foz do rio – tem uma relação profunda com o mar, sobretudo simbólica, visto que as comunidades locais entendem esse ambiente como sendo primordial enquanto elemento configurador de suas histórias pessoais e origens. Desta maneira, considero que o termo se encaixar na proposta do trabalho, atingindo os objetivos desejados pela pesquisa, sem que haja a necessidade de criar novas nomenclaturas.

Apesar de o conceito de Arqueologia marítima de Keith Muckelroy não contemplar a totalidade das manifestações da maritimidade expressa de forma concreta, visto que ele não teve oportunidade de aprofundar suas pesquisas, a devido sua morte prematura aos 29 anos, deixando interrompida sua tese em curso em Cambridge sobre as relações marítimas no Canal da Mancha, na pré-história, no qual seguia claramente a linha analítica, sua obra representou um marco de rompimento a uma postura teórica tradicionalista a qual permeia o mundo náutico e marítimo, como bem pontuou Jean-Yves Blot: “a obra de Keith Muckelroy destaca-se como um farol solitário” (1999: 41). Portanto, é inevitável a presente pesquisa não se fundamentar em preceitos de sua obra, mesmo tendo uma postura totalmente positivista.

Muckelroy foi responsável por deixar claro que em diferentes níveis, sociedades do passado e do presente, a partir da navegação e da pesca, formou-se uma distinta subcultura. Portanto, para ele, era necessário ampliarmos os focos das pesquisas arqueológicas, pois compreender os reflexos sociais das culturas marítimas, em sua totalidade tornava-se uma necessidade que carecia de uma maior atenção. No caso dessa pesquisa em questão, acreditamos que, para entendermos a formação de uma cultura própria do rio São Francisco, é de fundamental importância analisarmos o processo de colonização, que contribuiu na inserção de elementos que auxiliaram na configuração da cultura marítima encontrada atualmente na região (MUCKELROY, 1978).

No entanto, por ser um homem do seu tempo Keith Muckelroy acabou tomando atitudes que refletiam o posicionamento da corrente teórica que estava em voga no momento da produção de seus pensamentos. Uma das afirmações do autor de “*Maritime Archaeology*” é que, atribuindo a essa Arqueologia um *status* de cientificidade, era imprescindível o uso de generalizações, dito da seguinte maneira:

“Generalização é fundamental para todos os estudos acadêmicos.” (1978: 226)⁴. Hoje, podemos discordar desta posição, pois não devemos esquecer que os indivíduos, enquanto agentes protagonistas da ação social, têm a habilidade de moldar o seu cotidiano por meio de escolhas pessoais. E se levarmos esse posicionamento de Muckelroy para entender o baixo rio São Francisco, acabamos desconsiderando totalmente as particularidades que caracterizaram boa parte dessas culturas, excluindo, deste modo, todas as dinâmicas conflituosas que geram essas singularidades.

As observações pioneiras a respeito de um enquadramento teórico para as Arqueologias “úmidas” tornaram-se um “farol solitário” naquele momento. O nicho para essas discussões foi aberto, de tal modo que nos últimos tempos, renomados pesquisadores se mobilizaram ao discutir e impulsionar as tendências processualista e pós-processualistas nos estudos costeiros e, sobretudo de sítios arqueológicos de naufrágios. Podemos, deste modo, destacar nomes como: Richard Gould e Murphy, nos EUA; Sean McGrail, Colin Martin e Jonathan Adams, na Grã-Bretanha; Michael McCarthy e Jeremy Green, na Austrália; Elkin, na Argentina (RAMBELLI, 2003); e Gilson Rambelli, Paulo Bava-de-Camargo, Flávio Calippo e Leandro Duran, no Brasil.

Como já foi pontuado anteriormente o legado de Muckelroy perpetuou mesmo após a sua morte, tanto que em 1983, Richard Gould organizou um importante simpósio que deu origem à publicação da *Shipwreck Anthropology*. Ele e seus colaboradores trouxeram a Arqueologia marítima para os preceitos da Antropologia, a base fundamental do pensamento acadêmico da Arqueologia norte-americana. A justificativa era a velha busca pela aprovação científica desse incipiente ramo. Assim, essa Arqueologia caiu nas graças do eixo norte-americano de pesquisas (BLOT, 1999; RAMBELLI, 2003).

Mesmo a pesquisa arqueológica marítima apresentando um aspecto distinto e notório, quando comparada com as demais, o que ela busca entender de fato é o significado da cultural material marítima, resultado das ações e práticas sociais. Sendo assim, cabe relembrar que somos totalmente pertencentes ao domínio da Arqueologia, não se tornando, em nenhum momento, uma disciplina investigativa autônoma.

⁴ Tradução do original: “Generalisation is fundamental to all academic studies.”

Portanto, pensar em uma Arqueologia que auxilie no entendimento das dinâmicas regionais marítimas do baixo São Francisco, requer certo ecletismo teórico da presente pesquisa, mas como foi bem salientado por Funari, por vivermos na “periferia do mundo ocidental, estamos acostumados a mesclar perspectivas que, em outros contextos, são mantidos isolados” (1998: 17). Logo, será essa mescla de formas de leitura da materialidade que contribuirá num maior entendimento das culturas marítimas ribeirinhas do baixo Rio São Francisco.

É pensando em possibilitar uma construção democrática do conhecimento arqueológico que me utilizo, também, do amparo da Arqueologia, formalmente intitulada de Arqueologia pública.

Ao pensar em montar tal projeto de pesquisa para o Mestrado em Arqueologia na Universidade Federal de Sergipe, deparei-me com uma área de estudo, o baixo rio São Francisco, que representa todo o contexto de uma Arqueologia distanciada da população, no qual foram geradas as pesquisas, população que carece de uma elucidação sobre quais as contribuições que essa área do conhecimento pode oferecer. Posicionando-se de forma crítica, a pesquisa arqueológica pode proporcionar a incorporação de vozes que, até o momento foram deixadas de lado nas pesquisas arqueológicas, como também o saldo desta Arqueologia de viés participativo se legitima, revertendo-se, enquanto uma ferramenta de ação política (MCGUIRE, 1999; RAMBELLI, 2003) que possibilite a proteção e o resgate das histórias das culturas ribeirinhas.

Nas últimas décadas discussões acerca do papel do arqueólogo, enquanto agente social vem sendo colocado em questão no âmago da Arqueologia mundial. Apesar de essas preocupações estarem em voga, é ainda algo muito recente que está calcando seu espaço no cerne da disciplina. No Brasil, a ampliação de um diálogo direto da disciplina com a sociedade vem como uma forma de quebrar o distanciamento herdado de uma práxis arqueológica que não tinha nenhuma pretensão em criar um elo com a sociedade.

Atualmente, discorrer sobre Arqueologia pública pode aparentar ser confuso ou redundante. Confuso porque, quando ponderamos sobre o aspecto público da Arqueologia, é no sentido de “para todos”. Dessa maneira, ela é susceptível à agregação de diversos protagonistas no processo de construção e reconhecimento do passado

arqueológico, ao contrário do que possa aparentar, enquanto sinônimo de estatal. É redundante, pois como a Arqueologia é uma ciência que propõe estudar diversificados grupos sociais e o seu patrimônio cultural, parece inquestionável termos um comprometimento com esses diversos grupos. No entanto, o compromisso ou engajamento social no cerne da disciplina é ainda algo muito precoce, que carece de uma maior aplicabilidade pela maioria dos arqueólogos brasileiros, que ainda conservam um “abismo” que os distanciam das comunidades nos quais estão inseridas suas pesquisas (FREIRE, 2011).

Se em âmbito mundial a preocupação com o engajamento social da disciplina surge, na década de 1970, com as discussões teóricas de algumas correntes de pensamento, neomarxistas e pós-modernas (CARVALHO & FUNARI, 2009), no Brasil, pensar em Arqueologia pública é uma preocupação que tem menos de uma década, capitaneada, principalmente, por pesquisadores como Pedro Paulo Abreu Funari, Erika Robrahn-González, Nanci Vieira de Carvalho, entre outros. O marco dessas discussões, no país, é com a consolidação da **Revista de Arqueologia Pública** – da Universidade Estadual de Campinas, em particular no Núcleo de Estudos Estratégicos. A citada revista foi organizada por Pedro Paulo Abreu Funari e Erika Robrahn-González, sendo lançada em outubro de 2006, tendo como objetivo principal “mostrar como também em nosso país a disciplina voltava-se para a interação com as comunidades e grupos sociais envolvidos com seu patrimônio cultural” (FUNARI & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2007, p. 3).

Essa preocupação tardia é resultado do próprio desenvolvimento da disciplina no país, que estava muito mais interessada na descrição de artefatos, criação de tradições e na prática de campo, sem ter nenhuma relação com as comunidades nas quais os sítios arqueológicos estavam inseridos, como também com uma extensa despreocupação com as publicações de suas pesquisas (FUNARI, 2003; 2007). Logo, o atual engajamento social da Arqueologia surge como um elemento de rompimento desse distanciamento do meio acadêmico para com a sociedade, para que seja possível a construção gradual de ideias acerca da preservação, valorização e autorreconhecimento para com o patrimônio arqueológico.

Pensar na possibilidade de produzir um conhecimento mútuo, por meio de um diálogo entre a sociedade acadêmica e as diversas comunidades, só é possível, a partir

do momento em que entendemos de que forma está estruturada a sociedade brasileira, levando em consideração todos os antagonismos gerados pela desigual estratificação social (FREIRE, 2011).

Portanto, pensar em uma Arqueologia acadêmica preocupada em dar espaço a esses grupos “silenciados” não é apenas relevante no sentido de oportunizar a produção recíproca do conhecimento ou criar uma valorização das identidades e heranças culturais, mas também servir de ferramenta que auxilie na formação de um senso crítico da sociedade brasileira, podendo, assim, realizar mudanças profundas no que diz respeito ao tratamento oferecido ao patrimônio cultural brasileiro.

Como salienta Elizabete Tamananini e Zilma Isabel Peixer (2007, p. 24),

[...] somos uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre houve dois grupos de pessoas no país, os poderosos com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação. E os vestígios esquálidos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo.

Os ranços do patronato e do autoritarismo ainda são muito vívidos na sociedade brasileira (FUNARI, 2010), o culto à elite está tão presente, no Brasil, que, quando houve a preocupação de fato para com o patrimônio cultural nacional, na segunda metade da década de 1930, no “Estado Novo” com Getúlio Vargas, e se buscaram mecanismos efetivos para se forjar uma identidade nacional, escolheram apenas os bens de um passado colonial elitista. Isso demonstra o desprezo à herança cultural dos grupos sociais subalternos.

Deste modo, o patrimônio sempre foi utilizado como uma ferramenta política para materializar os interesses das elites que estavam no poder. O patrimônio cultural, e, sobretudo, o arqueológico “é capaz de mediar relações políticas e sociais, de fortalecer hierarquias e poderes, legitimando-as por meio de testemunhos materiais que lhes dão sustentação” (FERREIRA, 2009: 77).

No caso do patrimônio arqueológico submerso à situação, é ainda mais agravante, pois o sentimento de não pertencimento somado ao distanciamento atribuído ao ambiente aquático influencia, de maneira significativa, no subconsciente das pessoas que observam o universo aquático e tudo que se relaciona com ele com certo desprezo

acadêmico (RAMBELLI, 2008). Portanto, é o momento propício para a elaboração de estudos de Arqueologia de ambientes aquáticos, e para difundir o conhecimento produzido para sociedade, objetivando, assim, desconstruir o “abismo” que separa a população do seu patrimônio.

O arqueólogo brasileiro deve questionar-se, constantemente, sobre quem é seu público. Devemos, para isso, levar em conta as relações dicotômicas de dominado e dominante, cultos e iletrados, pobres e ricos, etc. Mas essa ampliação da visão da Arqueologia Brasileira, como ciência engajada, é recente e, além disso, pouco seguida, pois ainda é bastante prezado o favoritismo por uma tradição de uma Arqueologia distanciada dos seus contextos sociais e políticos.

O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - PRONAPA, capitaneado pelos arqueólogos estadunidenses Cliffford Evans e Betty Meggers, graças a uma parceria estabelecida no período de 1965 a 1971 entre o Governo Militar (autoritário) e o *Smithsonian Institution* (FUNARI & ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008) e foi responsável por reformular a incipiente Arqueologia Brasileira, por meio de treinamento de pesquisadores brasileiros “em uma prática de campo defasada, sem nenhuma preocupação interpretativa, deixando de lado qualquer pretensão universitária” (FUNARI, 2003, p. 26).

O grande problema do estabelecimento deste viés arqueológico, no Brasil, foi no quesito teórico, pois, como afirma Matthew Johnson (2000, p. 17), “a teoria e o método são a mesma coisa e não podem se separar”, deste modo, o defasado posicionamento teórico-metodológico é decorrente da falta de interação que essa formação intelectual propugnada pela equipe de Meggers estava com o imenso manancial norte-americano. O saldo dessa formação foi à falta de uma autocrítica, à despreocupação com publicação, a ausência de *corpora* à execução de levantamentos oportunistas e escavações injustificadas e sem planejamento (FUNARI, 2007a, 2007b).

A orientação teórico-metodológica, propiciada pelo PRONAPA pecou, principalmente na forma como se enxergava o passado, a partir do momento em que se fez uma Arqueologia distanciada de sua realidade, sem nenhuma identificação com a sociedade que estava sendo estudada. Isso influenciou de maneira tão significativa que,

atualmente, a maioria dos arqueólogos ainda enxerga a Arqueologia como uma ferramenta para se estudar “o outro”, ou melhor, “o diferente”.

De acordo com José Alberione dos Reis (2007) para fazermos uma ciência engajada/compromissada, temos que começar a enxergar a Arqueologia como uma disciplina (um ato social) aberta e suscetível à multivocalidade advinda de pessoas simples, iletradas, dos povos que querem dar a voz e serem ouvidos. Contudo, mesmo que muitos arqueólogos recusem transcender esse modelo quadrado e fechado, o qual eles chamam de Arqueologia, muitos outros pesquisadores estão se posicionando, enquanto agentes sociais, com o propósito de que podem gerar mudanças. Atualmente, isso representa o arruinamento de um paradigma e o estabelecimento de outro, aberto a diálogos e discussões.

É importante voltarmos ao início de nossa discussão para entender do que estamos falando ou que estamos propondo. Atualmente, no Brasil, falar em uma Arqueologia compromissada com os distintos grupos sociais é algo muito recente, como foi elucidado anteriormente. Somos frutos de uma tradição na qual sempre se preservou um “abismo” nos distanciando da realidade social e política e, ainda hoje, boa parte dos pesquisadores permanece seguindo essa tradição. Mas, o que tem que ficar claro é que, independente de qual ramificação da Arqueologia ou objeto de pesquisa que se estuda, todos têm um compromisso social que deve ser cumprido independente se sua pesquisa está atrelada ao conceito “pública”, pois todos têm uma função a cumprir na sociedade.

Portanto, não podemos deixar que na Arqueologia brasileira a falta de retorno ou o descompromisso possa ser tutelado por, simplesmente, não se trabalhar com a Arqueologia pública. Logo, penso que a nomenclatura “Arqueologia pública” é uma boa forma de formalizar um posicionamento perante a sociedade, mas temos que deixar claro que esse viés está, ou pelo menos deveria estar imbuído na prática de todos os arqueólogos.

Demonstramos que a pretensão desse trabalho é produzir conhecimento sobre as dinâmicas sociais náuticas e marítimas, como também o de envolver as comunidades ribeirinhas da pesquisa arqueológica, restabelecendo o saldo da pesquisa. Deste modo, a Arqueologia, hoje, está tentando cumprir o seu dever para com a sociedade, pois, por meio desse elo entre o presente e passado é possível criar ações na sociedade atual,

possibilitando a construção de ideias acerca da preservação, valorização e autorreconhecimento do patrimônio cultural subaquático.

Portanto, vejo o presente estudo não apenas como uma forma de gerar conhecimento científico, mas também como uma ferramenta política que propicie mudanças no atual panorama político patrimonial brasileiro – que carece de uma transformação urgente, principalmente por conta da atuação da Lei Federal 10.166/00, que permite a exploração comercial do patrimônio cultural subaquático em águas brasileiras – visto que, antes de tudo, o arqueólogo é um agente político, e o conhecimento produzido por ele serve como instrumento político social, que, constantemente, é agregado aos discursos de distintos grupos sociais. Assim, pensar em uma Arqueologia de ambientes aquáticos engajada para o baixo rio São Francisco é oportunizar que as comunidades ribeirinhas reivindiquem a preservação de sua herança cultural, que vem desaparecendo com o decorrer dos anos.

1.2. Patrimônio Cultural Subaquático: O que estamos estudando?

1.2.1. O contexto político do patrimônio arqueológico subaquático mundial

Desde a segunda metade do século XX, diversos países começaram a manifestar suas inquietações no que concernem aos riscos em que os vestígios culturais inseridos em ambientes aquáticos estavam expostos. Foi nesse sentido que, em 1956, a UNESCO adotou a *Recomendação que define os princípios internacionais que deveriam ser aplicados às escavações arqueológicas*, no leito ou no subsolo de águas interiores ou territoriais de um Estado Membro (LUNA ERREGUERENA, 2009). Entretanto, essas recomendações não se aplicaram ao patrimônio cultural subaquático localizado em águas internacionais (LESHIKAR-DENTON, 2010).

O século XX foi também marco de um importante desenvolvimento das técnicas de mergulho, sobretudo, com a invenção do equipamento de mergulho autônomo (SCUBA), que tornou, cada vez mais, acessível os vestígios arqueológicos que permaneceram por séculos intangíveis, por conta das grandes profundidades. Se por um

lado o desenvolvimento do mergulho tornou possível a produção de conhecimento sobre esses sítios, por outro, deixaram-nos desprotegidos e ameaçados pelos diversos caçadores de tesouros e mergulhadores que desconhecem e/ou desprezam a importância de sua preservação.

No sentido de gerar medidas em relação à proteção desse patrimônio, que, na década de 1980, tornou-se iminente a necessidade de criação de um comitê internacional, que se preocupou em discutir essas questões. Assim, em 1991, foi criado, dentro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, o Comitê Internacional do ICOMOS para a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático – ICUCH, que tem entre seus membros efetivos o arqueólogo brasileiro Gilson Rambelli. O ICUCH, constituído por especialistas dos cinco continentes, atua tanto na investigação e proteção dos recursos culturais submersos, como em seu manejo e gestão (LUNA ERREGUERENA, 2009).

Entre as tarefas atribuídas ao novo comitê, estava a elaboração de uma carta que serviria de guia para os países e pessoas interessados na preservação dessa herança cultural, que, por muito tempo, permaneceu esquecida, a mercê dos destruidores do patrimônio. Em outubro de 1996, durante a 11ª Assembléia Geral do ICOMOS, em Sofia, na Bulgária, foi adotada e ramificada a *Carta Internacional do ICOMOS sobre a Proteção e Gestão do Patrimônio Cultural Subaquático*. Este documento teve como objetivo

[...] estimular a proteção e a gestão do patrimônio cultural subaquático que se encontra em águas interiores, costeiras, em mares poucos profundos e em oceanos profundos. Enfatiza os atributos e circunstâncias específicas do patrimônio cultural subaquático e deve ser interpretada como um suplemento à Carta do ICOMOS para a Proteção e Gestão do Patrimônio Arqueológico de 1990. [...] os métodos da arqueologia constituem o meio primeiro de adquirir informações.

A repercussão da carta elabora pelo ICUCH resultou em reconhecimento como elemento inspirador e de grande relevância para os especialistas governamentais convidados pela UNESCO para elaborar o texto da Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático, aprovada em 2 de novembro de 2001, durante a 31ª Reunião da Conferência Geral da UNESCO, em Paris. A partir da convenção, passou-se a definir o patrimônio cultural subaquático como:

Todos os traços de existência humana tendo um caráter cultural, histórico ou arqueológico, que tenham estado parcialmente ou totalmente debaixo de água, periódica ou continuamente, durante pelo menos 100 anos, tais como:

I) Sítios, estruturas, edifícios, artefatos e vestígios humanos, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural;

II) Navios, aeronaves, outros veículos, ou qualquer parte deles, a sua carga ou outro conteúdo, em conjunto com o seu contexto arqueológico e natural; e

III) Objetos de caráter pré-histórico

Até o ano de 2010, apenas 35 países tinham depositado os respectivos instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação da Convenção de 2001. Elencaremos, a seguir, esses países pelas cinco principais regiões de atuação UNESCO, e no ordem em cada país aderiu à Convenção, são eles:

Africa - Libyan Arab Jamahiriya (23/06/05), Nigeria (21/10/05), Tunisia (15/01/09), Gabon (01/02/10), Democratic Republic of Congo (28/09/10); Arab States - Libyan Arab Jamahiriya (23/06/05) [this country is classified in two regions], Lebanon (08/01/07), Jordan (02/12/09); and Asia and Pacific - Cambodia (24/11/07), Iran (Islamic Republic of) (16/06/09); Europe and North America - Croatia (01/12/04), Spain (06/06/05), Lithuania (12/06/06), Bulgaria (06/10/03), Portugal (21/09/06), Ukraine (27/12/06), Romania (31/07/07), Montenegro (18/07/08), Slovenia (18/09/08), Slovakia (11/03/09), Albania (19/03/09), Bosnia and Herzegovina (22/04/09), Italy (08/01/10); and Latin America and the Caribbean - Panama (20/05/03), Mexico (05/07/06), Paraguay (07/09/06), Ecuador (01/12/06), Saint Lucia (01/02/07), Cuba (26/05/08), Barbados (02/10/08), Grenada (15/01/09), Haiti (09/11/09), Saint Kitts and Nevis (03/12/09), Argentina (19/07/10), Honduras (23/07/10), and Trinidad and Tobago (27/07/10) (LESHIKAR-DENTON, 2010: 88).

A partir de novembro de 2010, ratificaram a convenção os seguintes países: São Vicente e Granadinas (08/11/2010), Namíbia (09/03/2011), Marrocos (20/06/2011), Benin (04/08/2011), Jamaica (09/08/2011), Palestina (08/12/2011) e França (07/02/2013). Assim, atualmente, 42 países legitimam sua confiança no presente documento.

A maior parte do apoio à Convenção da UNESCO de 2001 vem sendo de países da Europa, da América Latina e Caribe. Entretanto, o Brasil, além de não ratificar a convenção, um ano antes, aprovou uma lei que ignora como estipula valor de mercado a esse patrimônio, posicionando-se de forma contrária a 50 anos de discussão em prol do patrimônio cultural subaquático. Diante dessa realidade, para entendermos esse problema, é necessário fazermos uma leitura do panorama de construção da concepção brasileira de patrimônio.

1.2.2. Apontamentos sobre o patrimônio cultural no Brasil

De início, é interessante explorarmos os diversos sentidos atribuídos ao conceito de “patrimônio”, para relacionarmos ao contexto em que essas ideias ganharam espaço no discurso político brasileiro. Nas línguas latinas, termos derivados do latim *patrimonium*, usualmente, são utilizados para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Já os alemães usam do termo *Denkmalpflege* para referir “ao cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, contudo, o inglês adotou *heritage* para expressar “aquilo que foi ou pode ser herdado” (FUNARI, 2007a; DOMÍNGUEZ & FUNARI, 2009).

Esses termos deixam claro como diferentes sociedades em diferentes épocas já tinham uma relação nostálgica com o seu passado, e essas dinâmicas sociais estavam, constantemente, interagindo nesses cerne sociais, por meio de estruturas (monumentos, prédios, entre outras) ou por práticas herdadas dos seus antepassados. Como salienta o pesquisador Pedro Paulo de Abreu Funari,

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos atores sociais para produzir significado em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (FUNARI, 2007a: 60).

Deste modo, o patrimônio sempre foi utilizado como uma ferramenta política para materializar os interesses das elites que estavam no poder. O patrimônio cultural, sobretudo, o arqueológico “é capaz de mediar relações políticas e sociais, de fortalecer

hierarquias e poderes, legitimando-as, por meio de testemunhos materiais que lhes dão sustentação” (FERREIRA, 2009: 77).

No mundo moderno, a constituição da ideia de patrimônio nasceu sob a égide da Revolução Francesa, particularmente durante o período jacobino, em que o Estado elenca uma série de instituições para administrar e conservar o patrimônio histórico (FERREIRA, 2009). É no contexto do século XIX, de surgimento dos diversos Estados Nacionais, que se inicia a busca por um passado nobre que sustente os novos grupos que estão no poder.

A Revolução Francesa foi uma grande insurreição no sentido de oferecer uma nova conceituação para o patrimônio. Esse evento foi um marco essencial na atribuição dos direitos humanos e iluministas, acabando com a restrição – familiar e privada – do patrimônio, metamorfoseando-o em um patrimônio hereditário social e coletivo da nação (SILVA, 2011).

Segundo a pesquisadora espanhola Margarita Díaz-Andreu, duas formas de coletividade são derivadas desse processo revolucionário no período que abrangeu o final do século XVIII e começo do XIX. A Revolução de 1789, primeiramente, politizou o conceito de nação, enquanto uma “soberania”. A segunda forma seria aquela atribuída aos movimentos de unificação na Alemanha e na Itália, carregando a soberania nacional com pressupostos étnicos. Deste modo, uma nação, em primeiro lugar, culturalmente coerente, com “costumes semelhantes e/ou uma língua compartilhada” (DÍAZ-ANDREU, 2002: 10 *apud* SILVA, 2011: 16); em segundo lugar, uma descendência comum, “para tudo isso, a História própria de cada nação tinha um papel fundamental legitimador” (DÍAZ-ANDREU, 2002: 10 *apud* SILVA, 2011: 16).

É imbuído desses valores, no século XIX, o recente império brasileiro iniciou suas tentativas de construção de uma identidade nacional própria. Essa política de busca por um passado que representasse toda a grandiosidade da elite que se estabelecia no poder foi bem atuante, principalmente no período do segundo reinado com o Imperador Dom Pedro II. A criação de instituições de pesquisa, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), foi uma dessas tentativas, pois o apoio dado à elite, e principalmente pelo imperador corroborou com a realização de diversas expedições

“arqueológicas”, em busca de vestígios monumentais, vestígios que representassem a grandiosidade da nação brasileira (LANGER, 2002).

Algo que permanece ainda nítido, no Brasil, é que sempre ficou a cargo do Estado eleger o que é patrimônio, as escolhas de uma elite minoritária sobrepuseram sua vontade a toda uma nação, ditando o que ela deveria preservar. Os ranços do patronato e do autoritarismo ainda são muito vívidos na sociedade brasileira (FUNARI, 2010), e o culto à elite está tão presente, no Brasil, que, quando houve a preocupação de fato para com o patrimônio cultural nacional, na segunda metade da década de 1930, no “Estado Novo” com Getúlio Vargas, buscaram-se mecanismos efetivos para se forjar uma identidade nacional, escolheram apenas os bens de um passado colonial elitista. Isso demonstra o desprezo à herança cultural dos grupos sociais subalternos (FUNARI, 2007b).

No entanto, vale ressaltar que as preocupações para com o patrimônio já estavam expostas no texto constitucional de 16 de julho de 1934. O artigo 148, capítulo III – Da Educação e Cultura, afirma: “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, *proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País*, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual”. Contudo, no Brasil, quase sempre o que está legalmente estipulado não tem o seu cumprimento garantido.

A responsabilidade do Poder Público, quanto à importância dos bens culturais e históricos, fica bem evidente quando lemos a Constituição de 1937, imposta por Getúlio Vargas, com a implantação do Estado Novo, em seu artigo 134: “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza gozam de proteção e dos cuidados especiais da União, dos Estados e dos Municípios. **Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional**”. O que deixa um ar intrigante é que as leis punitivas contra o patrimônio cultural são severas, mas, somente para os crimes ambientais – Lei 9.605/98 e regulamentada pelo Decreto 3.179/99 – que estipulam multas que variam de R\$ 10.000,00 a R\$ 50.000,00 para quem cometer destruição de bens culturais protegidos por Lei Federal, além de o infrator responder processo administrativo e criminal.

Nota-se que a lei punitiva de crimes contra o patrimônio arqueológico permaneceu estática no tempo, como podemos observar no artigo 165 do capítulo IV (do dano) do Código Penal Brasileiro. Vejamos:

Art. 165 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa, de mil **cruzeiros** e vinte mil **cruzeiros**.

Entretanto, foi apenas em 2009, a partir de uma ação do Ministério Público Federal (MPF), que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi condenado pela Justiça Federal a aplicar, em todo o território nacional, as multas previstas pelo Decreto-lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. A ordem judicial decorreu de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em Petrópolis (RJ), para obrigar o instituto a exercer seu poder de polícia, aplicando sanções sempre que forem constatados danos ao Patrimônio Cultural tombado pela União. A pena para cada caso de descumprimento da lei é multa de R\$10.000,00. Essa ação acaba com 70 anos de inércia da instituição, que, até o presente momento, nunca tinha cumprido o Decreto-lei nº 25/1937.

O patrimônio brasileiro é resultado dessa política nacionalista de Getúlio Vargas que aplicou tombamentos a diversos monumentos, entre esses o “Pedra e Cal” que eram representações de um passado elitista e colonial, uma forma de usar a cultura material como a materialização da identidade nacional. Entretanto, o que se percebe é que os monumentos que foram e que são preservados são apenas aqueles inseridos em meios urbanos, e, mesmo assim, apenas alguns, e os isolados, nas zonas rurais, são esquecidos, deteriorando-se com o passar do tempo. O patrimônio arqueológico subaquático nem sequer foi cogitado dentro dessas discussões políticas patrimoniais, pois sua preservação vai de encontro a todo o *lobby* político dos pequenos grupos que estão no poder.

A falta de diálogo entre as autoridades e a sociedade civil, e a própria falta de identificação da sociedade para com esse *patrimonium* – termo em latim para se referir à propriedade herdada dos antepassados, uma herança (FUNARI & PELEGRINI, 2006) – são os grandes empecilhos para a conservação do patrimônio cultural brasileiro (FREIRE, 2011).

No caso do patrimônio arqueológico submerso, a situação é ainda pior, pois o sentimento de não pertencimento, somado ao distanciamento atribuído ao ambiente aquático, influencia de maneira significativa, o subconsciente das pessoas que veem o universo aquático e tudo que se relaciona com ele com certo desprezo (RAMBELLI, 2008). Portanto, é o momento propício para a elaboração de estudos de Arqueologia de Ambientes Aquáticos, além disso, de difundir o conhecimento produzido para a sociedade, e, assim, desconstruir o “abismo” que separa a população do seu patrimônio.

1.2.3. O patrimônio cultural subaquático brasileiro

Para um melhor entendimento no que diz respeito ao tratamento ambíguo conferido ao patrimônio cultural subaquático em águas brasileiras, é necessário, primeiramente, a realização de uma breve contextualização do histórico em que esse patrimônio está inserido. Segundo o arqueólogo Gilson Rambelli (2007, 2009a), a percepção atribuída ao patrimônio cultural subaquático está estritamente ligada a determinados contextos históricos: à História da Arqueologia Subaquática, à História do Mergulho e essa, por sua vez, está atrelada ao próprio desenvolvimento da Arqueologia e, particularmente, à maneira de como a sociedade ocidental concebe o ambiente aquático. É nesse contexto que são produzidas duas tradições antagônicas, muito presentes ainda hoje: a da caça ao tesouro “que trabalha com a comercialização do patrimônio cultural subaquático, atribuindo não só valor histórico, artístico ou arqueológico, mas também o econômico aos bens culturais recuperados” (RAMBELLI, 2009a: 61). Tal atividade está fundamentada em uma tradição milenar e aventureira dos salvamentos e resgates marítimos; e a da Arqueologia Subaquática científica, com arqueólogos aprendendo a mergulhar para produzir conhecimento sobre o patrimônio inserido em ambientes aquáticos.

A grande problemática formada por essa relação dicotômica é que essa tradição exploratória, da caça ao tesouro, por ser mais antiga (fruto das atividades de resgate de coisas perdidas nos mares e rios, desenvolvidas desde a antiguidade), sobrepõe-se à Arqueologia, legitimando-se ao grande público, que ainda tem uma visão romântica e distanciada do ambiente aquático, associando essas atividades ao fetiche dos objetos e da aventura submarina, perigosa e de custos elevados.

A percepção da Arqueologia, enquanto uma disciplina minuciosa preocupada com o contexto arqueológico e com a produção do conhecimento por meio da análise do patrimônio submerso, perde-se facilmente, diante de pressupostos fantasiosos construídos ao longo do tempo, pois desconstruir mentalidades é uma tarefa árdua, mas que pode ser concretizada, a partir do momento em que nos aproximamos e dialogamos com todas as esferas da sociedade.

Essas atividades aventureiras de caráter lucrativo privado se regulamentaram, historicamente, em leis específicas como o *Direito do Alto Mar* – elaborada no século XIX, pois explicava que qualquer embarcação, independente do seu tamanho, pertenceria ao responsável do achado no momento em que o último representante do proprietário ou armador abandonasse a embarcação (BLOT, 1999) – e a *Lei do Salvamento*, muito utilizada nos países anglo-saxões, ”a lei assegura um percentual àqueles que recuperarem bens ameaçados de perda em caso de afundamento da embarcação, o qual pode chegar a 90% do total do que se lograrem a salvar” (BO, 2003: 66 *apud* RAMBELLI, 2009a; 63).

No mundo, no início da segunda metade do século XX, a Arqueologia Subaquática, realizada por arqueólogos que tiveram a iniciativa de aprender a mergulhar, estava repercutindo rapidamente. Esse movimento levou vários países a fecharem suas portas aos seus caçadores de tesouros. O Brasil, por sua vez, não acompanhou essa tendência internacional. Pelo contrário, foi vitimado por ela. Como afirma Rambelli (2009a: 64),

esses indivíduos social, econômica e politicamente poderosos, proibidos de trabalhar em seus países, encontraram no Brasil, nos anos 1960/70 e início dos 80, excelentes parceiros e um campo promissor, sem nenhuma resistência ou obstáculo para o desenrolar de suas atividades exploratórias.

O período correspondente ao final da década de 1950 e início da década de 1960 representa a formação da Arqueologia, no Brasil, enquanto ciência. Os primeiros pesquisadores brasileiros são formados e reivindicações, referentes à destruição de sítios arqueológicos, eclodem em nosso país. No entanto, toda essa preocupação estava centrada nos sítios pré-coloniais, localizados em terra, essencialmente nos sítios de sambaquis. Enquanto, em ambiente emerso, a Arqueologia se afirmava como ciência

autônoma, desvinculada da concepção simplista de técnica auxiliar e ilustrativa da História, embaixo d'água os conceitos e as regras eram outros (RAMBELLI, 2009a).

O fato de que estávamos em plena ditadura militar, e os sítios de naufrágios estarem localizados no fundo do mar, foi atribuída à Marinha brasileira, que nunca teve uma tradição em Arqueologia, a salvaguarda dos sítios arqueológicos submersos e, consequentemente, a responsabilidade pelas autorizações de explorações, diferindo-se dos sítios arqueológicos emersos que continuavam sob a tutela do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura, o responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro (RAMBELLI, 2007).

Somente em 1986, curiosamente com o fim da ditadura, é que temos a promulgação da Lei Federal 7.542/86, que mesmo sem contemplar a pertinência da pesquisa arqueológica sistemática subaquática feita por arqueólogos mergulhadores, determinava como pertencente à União todos os sítios arqueológicos subaquáticos. Este documento representou um verdadeiro afronte às livres iniciativas aventureiras que atuavam sem problema no litoral brasileiro. E, desde então, foi combatido por um forte *lobby* político, até dezembro de 2000 (RAMBELLI, 2007, 2008).

Mas, como nem tudo é alegria no país do carnaval, no dia 27 de dezembro de 2000, em plena comemoração de final de ano (um momento propício), foi sancionada, sob a influência do *lobby* político da caça ao tesouro, a Lei Federal 10.166/00 – alterando o texto da Lei Federal 7.542/86 –, “estabelecendo valores de mercado aos bens arqueológicos resgatados de embarcações naufragadas e sugerindo sua comercialização, por empresas de caça ao tesouro nacionais e internacionais”, colocando o Brasil na contramão do mundo (RAMBELLI, 2007: 143-144).

Essas incongruências legislativas demonstram o quanto são influentes políticos e, economicamente, essas empresas exploratórias no nosso país. Como bem salientou o arqueólogo português Filipe Castro, “o negócio deles não é encontrar galeões com tesouros debaixo d'água, mas investidores ricos ou suficientemente estúpidos para lhes pagarem as contas.” (CASTRO, 2005: 6). Portanto, no Brasil, é inegável a ideia de que muitas pessoas influentes têm interesse de que o patrimônio cultural subaquático continue em risco. Como foi discutido anteriormente, no nosso país, sempre foi uma elite que elegeu os bens que representariam a nossa identidade. Em vista disso, cabe

abrirmos o diálogo com a sociedade e expormos todos os prejuízos que estamos expostos, como também oportunizarmos a participação dela na escolha de seus bens culturais.

Como afirma Rambelli (2009a: 67), “os caçadores de tesouros aliam-se a políticos corruptos e à imprensa sensacionalista, tudo para atrair patrocinadores que se deixam enganar pelas fantasias das fortunas fáceis submersas”. Logo, devemos nos engajar socialmente para mudarmos a situação vergonhosa em que se encontra o patrimônio cultural brasileiro.

1.3. O Programa de Carta Arqueológica: Primeiros passos para a pesquisa na região

O desenvolvimento de um inventário sistemático do patrimônio cultural subaquático representa a base para o estabelecimento de uma pesquisa arqueológica subaquática na região do baixo rio São Francisco. Assim, o **Programa de Carta Arqueológica do Patrimônio Cultural Subaquático**, imbuído das características epistêmicas da Arqueologia pública, representará os primeiros esforços no sentido da aplicabilidade de uma ferramenta que possibilite a produção multivocal do conhecimento arqueológico e garanta, por meio da integração de diferentes atores sociais, a proteção e gestão do patrimônio arqueológico na região. Portanto, o presente trabalho representa a origem dos primeiros planos estruturais de uma iniciativa arqueológica desse viés para a região.

É válido destacar que o presente projeto é um desmembramento de um programa de amplitude maior: a **Carta Arqueológica Subaquática de Sergipe: Inventário Sistemático do Patrimônio Cultural Subaquático**, pois pensar em elaborar um programa que proporcione a gestão e proteção do patrimônio cultural subaquático, no rio São Francisco, é também colaborar com a concretização do projeto de pesquisa **Carta Arqueológica Subaquática de Sergipe: Inventário Sistemático do Patrimônio Cultural Subaquático**, vinculado ao Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe, coordenado por Rambelli, possibilitando, deste modo, o levantamento e inventário do patrimônio cultural

subaquático em todo o território sergipano, servindo como um mecanismo de conhecimento e gestão, bem como dando voz, através do estudo arqueológico, a um “rico” passado pouco conhecido.

É preciso ressaltar, constantemente, que um programa de carta arqueológica, como o pretendido com essa pesquisa, “significa o primeiro passo para o estabelecimento de uma política de proteção e gestão do patrimônio arqueológico, pois não é possível gerenciar o que se desconhece” (SCATAMACCHIA & RAMBELLI, 2001:116 *apud* RAMBELLI, 2003). Para acabarmos com o descaso do qual sofre o patrimônio cultural subaquático brasileiro, pois quando distanciados do nosso campo de visão, acabamos negligenciando com frequência a sua preservação.

Apesar de tratar-se de uma **Carta Arqueológica** e estarmos considerando os sítios arqueológicos subaquáticos, enquanto um segmento distinto dos sítios arqueológicos terrestres, o que, aparentemente, pode suscitar algo contraditório a nossa posição crítica – pois um dos posicionamentos mais enfatizados pelos arqueólogos que trabalham em ambientes aquáticos é o de que a Arqueologia de Ambientes Aquáticos/Subaquática é Arqueologia, visto que as diferenças impostas pelo ambiente aquático não caracterizam outra disciplina (BASS, 1969; RAMBELLI, 2002, 2003, 2007, 2008, 2009a, 2009b) – essa especificidade do programa para com a versão “molhada” do patrimônio arqueológico é reflexo dos fatores históricos/políticos do momento, que nos leva a dar uma maior atenção a esse patrimônio, pois, se não enfatizarmos sua localização – “submerso” – estaremos negligenciando o fato de que o patrimônio cultural subaquático ainda não está presente no discurso da Arqueologia brasileira. Reflexo da situação periférica em que se encontra esse patrimônio é a Lei Federal nº 10.166/00 que diverge da legislação voltada aos sítios arqueológicos terrestres, como foi colocado anteriormente.

A utilização de uma **Carta Arqueológica**, como ferramenta que propicie o estabelecimento de políticas públicas de proteção e gestão do patrimônio arqueológico, por meio da realização de um inventário, é uma preocupação da Arqueologia há algumas décadas. Nos últimos 30 anos, foram vários os documentos internacionais que recomendaram a necessidade de que cada país tomasse conhecimento do seu potencial patrimonial, como forma de possibilitar a aplicação de medidas para a proteção do patrimônio (PUJANTE, 2001 *apud* RAMBELLI, 2003).

A sistematização das informações referentes a esse patrimônio, através de uma ferramenta desse porte, permite um melhor dimensionamento desses bens culturais pertencentes a um ambiente cultural marítimo, como também ajuda na definição de estratégias, para o conhecimento aprofundado, para proteção e gestão desse legado cultural, pois essa ferramenta propicia uma visão global do conjunto patrimonial, criando as bases para o estudo em um futuro próximo por outros pesquisadores (RAMBELLI, 2003).

Assim, a referida carta não apenas irá contribuir para nos dar uma visão da totalidade do conjunto patrimonial existente nesta região propiciando as bases para ações investigativas planejadas, mas, sobretudo, vai permitir a aproximação da comunidade para com seu patrimônio regional/nacional.

Deste modo, realizando esses objetivos, estaremos, harmonicamente, agindo de acordo com as normas internacionais – Convenção da UNESCO de 2001 –, demonstrando que, no Brasil, ações, preocupadas com a proteção do patrimônio cultural subaquático, estão sendo concretizadas.

Devemos constantemente levantar a bandeira de que a proteção do patrimônio deve ser inserida no discurso da Arqueologia brasileira e das outras esferas da sociedade, pois consideramos que "a responsabilidade do arqueólogo deve ir além da pesquisa, pois ele deve também exercer um papel social de divulgador e gerenciador do patrimônio arqueológico ampliando o seu campo de atuação" (SCATAMACCHIA & RAMBELLI, 2001: 116 *apud* RAMBELLI, 2003).

Para a realização dessa ação para no baixo rio São Francisco, tomamos como modelo o bem sucedido **Programa Carta Arqueológica Subaquática do Baixo Vale do Ribeira: Inventário Regional do Patrimônio Cultural Náutico e Subaquático**. Este programa de cunho regional, reflete a possibilidade de aplicação de ferramentas de identificação e gestão do patrimônio cultural subaquático, no Brasil. Portanto, espelhando-se nesse modelo, estaremos concretizando mais uma **Carta Arqueológica** regional, possibilitando para que, futuramente, possamos ter uma **Carta Arqueológica** para todo território brasileiro.

Portanto, um projeto que objetive, por meio do conhecimento, a gestão e proteção desse patrimônio, que se encontra em risco, é uma necessidade que se faz indispensável resolvermos. Sendo assim, a **Carta Arqueológica do Patrimônio Cultural Subaquático** é uma ferramenta política que pode estar gerando mudanças relacionadas a políticas públicas culturais.

Portanto, nós enxergamos uma **Carta Arqueológica Subaquática** para o Estado de Sergipe, e, no caso proposto para baixo rio São Francisco, não apenas como uma mera ferramenta de contribuições científicas, mas também como um instrumento político, capaz de gerar mudanças na estrutura da sociedade brasileira, configurando a maneira de como a sociedade civil e o Estado se relacionam com o patrimônio. Concretizar essa ação vai ser uma tarefa árdua, mas não impossível, pois é crescente o número de arqueólogos que reivindica mudanças na situação como se encontra o nosso patrimônio.

Um esboço mais detalhado das estratégias práticas de aplicabilidade de um projeto com esse viés no contexto do baixo São Francisco será exposto mais adiante, pois buscarei apresentar uma estrutura metodológica pensada, dentro das abordagens teórico-práticas, estabelecidas nessa pesquisa. Assim, dando seguimento a nossa discussão, no próximo capítulo, aprofundarei o debate, referente à postura teórica adotada pela pesquisa arqueológica subaquática, aqui desejada.

Capítulo II – Patrimônio cultural subaquático, Multivocalidade e Arqueologia Pública: O que queremos para o baixo rio São Francisco?

Antes de iniciar um maior aprofundamento teórico da pesquisa arqueológica idealizada para o baixo rio São Francisco, pretendo, nas próximas linhas, discutir, brevemente uma preocupação que a comunidade arqueológica vem compartilhando nas últimas décadas acerca da proteção e conservação do patrimônio arqueológico, sobretudo, do patrimônio arqueológico subaquático.

A importância de iniciarmos essa discussão vem da fragilidade ainda existente no que concerne à preservação dos vestígios arqueológicos, localizados parcialmente ou totalmente submersos, e da postura equivocada que, muitas vezes, é empregada no sentido de se estudar e resgatar esses vestígios.

Assim, antes de ter a pretensão de idealizar uma postura arqueológica a ser conduzida, no contexto do baixo rio São Francisco, a partir de uma discussão teórica fixada no arcabouço da Arqueologia pública, entendo como relevante essa primeira discussão, no sentido de nos auxiliar, posteriormente, num melhor entendimento da necessidade de formulação de novas posturas teóricas e de estratégias de trabalho para a Arqueologia na região.

Destarte, gostaria de expor essa discussão, tendo inicialmente como base o trabalho do arqueólogo cubano Darwin A. Arduengo García, *“El patrimonio arqueológico. El pasado, de cara al futuro”*, que traz à tona uma discussão patrimonial, direcionada para o contexto de Cuba.

Antes de tudo, devemos nos alentar que, como foi dito pelo consagrado arqueólogo Sir Mortimer Wheeler, “Arqueologia, sem conservação, é vandalismo”. Uma pesquisa arqueológica, desenvolvida sem ser pensada a conservação, torna-se vândala, pois como o processo de escavação arqueológica leva a própria destruição do registro arqueológico, essa destruição só pode ser justificada, caso esteja claro, para o pesquisador, que dele irá ser produzida informação a ser sociabilizada. Caso contrário, o registro arqueológico estará permanentemente perdido.

Deste modo, a conservação das evidências e de vestígios arqueológicos é de extrema importância, pois não só os pesquisadores contemporâneos à escavação que

estarão se beneficiando, mas também a própria ciência arqueológica no futuro. No caso do patrimônio arqueológico subaquático, essa situação é muito mais delicada, pois determinados materiais apresentam uma boa conservação em ambiente úmido, mas, quando retirados dessa estabilidade ambiental, seu processo de degradação acontece muito rapidamente, caso técnicas de conservação não sejam empregadas (RAMBELLI, 2003; NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY, 2009).

Atualmente, por vivermos em um momento em que a humanidade continuamente debate sobre tópicos como a sua sobrevivência como espécie e a preservação de recursos naturais que são essências na manutenção da vida no nosso planeta, pode sugestionar banal nos preocuparmos com a preservação desse singular recurso, o patrimônio arqueológico. No entanto, não devemos nos esquecer da importância que ele tem para a compreensão de quem somos, das nossas transformações, enquanto ser social e do nosso futuro (ARDUENGO GARCÍA, 2009).

A *Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico* de 1990, elaborada pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICAHM), adotada na Assembleia Geral do ICOMOS em Lausanne, na Suíça, em seu Artigo 1º, define o patrimônio arqueológico como:

[...] a porção do patrimônio material para qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a elas associados.

Fica claro com essa definição que independente de onde estejam localizados ou o período em que foram produzidos, todos os vestígios da existência humana são importantes e devem ser tratados com o mesmo grau de seriedade por parte dos pesquisadores. Assim, como apresentarei no próximo capítulo, o contexto de pesquisa, no caso o baixo rio São Francisco, tem uma importante variedade de sítios arqueológicos que poderíamos enquadrá-los como contemporâneos aos grupos locais, pois foram formados a menos de 100 anos. Por mais que pela temporalidade esses sítios não sejam beneficiados ainda pela *Convenção da Unesco sobre a Proteção do*

Patrimônio Cultural Subaquático de 2001, não podemos nos limitar em querer estudá-los ou lutar pela sua preservação, pois, para os grupos locais, eles apresentam uma maior importância, já que estão ainda muito vívidos em suas memórias.

A característica mais marcante do patrimônio arqueológico é a sua fragilidade. Ele é totalmente vulnerável às ações naturais e humanas e se trata de um recurso não renovável, por isso qualquer que seja a causa de sua destruição, ele estará perdido para sempre.

Por mais simples que seja o contato que poderíamos ter com esse patrimônio, colocamo-nos numa condição de conhecer toda a dimensão da sociedade responsável por produzir tais vestígios. Por meio de um conjunto de métodos e técnicas, somos capazes de buscar as complexas estruturas intrínsecas nesses objetos, durante as etapas que compõem o trabalho arqueológico. Nesse sentido, que o arqueólogo Luis Felipe Bate salienta que:

lo que ocurre es que el registro arqueológico (actualmente observable), objeto de estudio empírico y las sociedades, objeto sustantivo de investigación (racionalmente inferibles), son entidades diferentes. Presentan características y atributos propios y están regidas por distintas regularidades particulares de estructuración y cambios. Desde luego, el registro arqueológico no tiene nada de estático, pero posee una dinámica diferente a la del pasado histórico del que se ocupa la arqueología como objetivo central. (1998: 42)

Mas, para podermos ter a possibilidade de vislumbrar essas dimensões, presentes no patrimônio arqueológico, é necessário, primeiramente, a criação de estratégias no sentido de inventariar o que possa existir em subsolo ou submerso nas águas de determinada região. Essa necessidade já é apontada na referida carta de Lausanne de 1990, em seu Art. 4º:

A proteção do patrimônio arqueológico deve basear-se no conhecimento tão completo quanto possível da sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais do potencial

arqueológico são, portanto, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção do patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Da mesma forma, os inventários constituem uma base de dados suscetível de fornecer informações de base para o estudo e investigação científica. O estabelecimento dos inventários deve ser considerado um processo dinâmico permanente. Em consequência, os inventários devem integrar informação a diversos níveis de precisão e de fiabilidade, porquanto esses conhecimentos, mesmo superficiais, podem constituir um ponto de partida para medidas de proteção.

Desta maneira, é essencial que deva ser adotado, adequadamente, o processo de inventário do patrimônio arqueológico em cada região do país, mas com o potencial científico e técnico que cumpra essa tarefa. Portanto, é de fundamental importância a participação das comunidades vinculadas aos sítios arqueológicos, pois o art. 2º da carta afirma que:

a participação ativa da população deve ser integrada nas políticas de conservação do patrimônio arqueológico. Esta participação é essencial sempre que o patrimônio de uma população autóctone esteja em causa. A participação deve basear-se no acesso aos conhecimentos, condição necessária a qualquer decisão. A informação do público é, portanto, um elemento importante da "conservação integrada".

Logo, é se apoiando nas diretrizes estabelecidas por esse documento que persistimos, ao desenvolver, para o estado de Sergipe, uma carta arqueológica específica para o patrimônio cultural subaquático, e, sobretudo, criando as bases de atuação desse inventário para a região do baixo rio São Francisco, no qual a presente dissertação representa a gênese desses esforços.

Deve-se deixar claro que para trabalhar com o patrimônio arqueológico, é necessário estar qualificado para tal responsabilidade. Deste modo, o Art. 8º, intitulado “qualificações profissionais” da *Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico* de 1990 diz que:

para assegurar a gestão do patrimônio arqueológico, é essencial dominar diversas disciplinas com um elevado nível científico. A formação de um número suficiente de profissionais nas respectivas áreas especializadas deve, por consequência, constituir um objetivo importante na política educacional de cada país. A necessidade de formar especialistas em matérias altamente especializadas exige, por seu lado, a cooperação internacional. Deverão ser elaboradas e mantidas normas de formação e de ética profissional.

No contexto brasileiro, ainda esbarramos em um grande problema legislativo, pois a adoção da Lei 10.166/00 colocou o país em uma posição contrária aos documentos internacionais de proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático. O seu Art. 1º, que alterando a redação do § 5º do art. 16 da Lei nº 7.542, de 26 de setembro de 1986, permitiu que pessoas sem as devidas qualificações pudessem atuar na pesquisa e exploração dos sítios de naufrágios. Constatamos, a seguir, o que afirma o referido parágrafo:

§ 5º Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas e bens referidos nesta Lei, que tenham passado ao domínio da União, a pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência em atividades de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante a Autoridade Naval.

Mas, o que torna essa lei muito mais afrontosa às perspectivas preservacionistas do patrimônio é o que está estabelecido no Art. 2º que alterando a redação do art. 20 da Lei nº 7.542, de 1986, possui o seguinte texto:

Art. 20. As coisas e os bens resgatados de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico permanecerão no domínio da União, não sendo passíveis de apropriação, doação, alienação direta ou por meio de licitação pública, o que deverá constar do contrato ou do ato de autorização elaborado previamente à remoção.

§ 2º O contrato ou o ato de autorização poderá estipular o pagamento de recompensa ao concessionário pela remoção dos bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, a qual poderá se constituir na adjudicação de até quarenta por cento do valor total atribuído às coisas e bens como tais classificados.

§ 3º As coisas e bens resgatados serão avaliados por uma comissão de peritos, convocada pela Autoridade Naval e ouvido o Ministério da Cultura, que decidirá se eles são de valor artístico, de interesse cultural ou arqueológico e atribuirá os seus valores, devendo levar em consideração os preços praticados no mercado internacional.

Consequentemente, será, por meio da aplicação de medidas de cunho preservacionistas, a partir da adoção de documentos internacionais como a *Carta Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico* de 1990 e a *Convenção da Unesco sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático* de 2001, que poderemos gerar ações que visem à integração no processo de gestão do patrimônio, possibilitando, deste modo, a criação de uma base sólida para que seja possível uma configuração na panorama político atual, gerando alterações como a mudança da Lei 10.166/00.

Temos sempre que deixar claro que o patrimônio arqueológico não é propriedade dos arqueólogos, nem de indivíduos por mais perspicazes e bem equipados que sejam, nem de departamentos e museus, ou de outras instituições que têm o melhor suporte financeiro ou tecnológico. Como qualquer outro setor do patrimônio de uma nação, o arqueológico pertence a todos e está submetido ao controle estatal, pois é somente o Estado, na representação de todos os seus habitantes que deve, através da

instrumentalização legal e institucional adequada, regular o estudo do mesmo, garantir sobre todas as coisas sua proteção e a sociabilização da informação produzida pelas investigações e a consideração das comunidades vinculadas, de alguma maneira aos sítios arqueológicos (ARDUENGO GARCÍA, 2009).

Portanto, é somente com a realização de uma iniciativa preocupada com essas condições de integração com grupos locais que poderemos criar um terreno propício para a configuração dos instrumentos políticos que auxiliem na gestão desse patrimônio. Assim, a realização de pesquisas arqueológicas subaquáticas com essa postura social/política consciente não só enquadra a Arqueologia regional dentro das perspectivas internacionais como também representará o primeiro passo para concretização de uma experiência desse porte no país, tendo em vista que onde a pesquisa arqueológica subaquática permite a incorporação de múltiplos personagens e múltiplas interpretações.

Atualmente, um dos maiores desafios da Arqueologia contemporânea é o de dialogar as práticas científicas com os vários contextos sociais onde elas se realizam. Cada vez mais arqueólogos consideram que o papel da ciência arqueológica não é apenas o de estudar, reconstruir ou interpretar o passado, mas o de perguntar-se para que e a quem serve esse conhecimento produzido (NOREÑA CORDONA e PALACIO SALDARRIAGA, 2007).

Foi somente na década de 1980, com a pós-modernidade e com novas abordagens teóricas intituladas de pós-processualistas, que a Arqueologia chega realmente ao fim de sua inocência política. Hoje, quase todos, até os mais tradicionais, admitem que os “dados objetivos” não são alcançáveis quando iniciada as interpretações arqueológicas. A posição política e a subjetividade do pesquisador tem um papel predominante na criação de suas narrativas sobre o passado (SHANKS & TILLEY, 1987; GONZÁLES-RUIBAL, 2010). Mas, não podemos nos esquecer de que esforços no sentido de produzir um discurso arqueológico politizado foram desenvolvidos anteriormente ao contexto anglo-saxão por pesquisadores latino-americanos, que se empenharam em produzir uma crítica política a partir de posições positivas baseadas no materialismo histórico (LUMBRERAS, 1974).

Nota-se, claramente, que sempre existiu uma relação profunda da Arqueologia com a política. Tal relação teve início com o próprio surgimento da Arqueologia moderna, no século XIX. Em outros momentos da história e ainda hoje, existem numerosos casos em que a manipulação política da informação arqueológica é posta a serviço de empreendimentos de estados nacionais ou de grupos étnicos. Deste modo, a associação estabelecida entre determinada cultura material e seus produtores pôde ser utilizada para legitimar a existência de uma História Nacional, ou seja, o surgimento de tradições Nacionalistas e a supremacia de um grupo sobre outro (TRIGGER, 2004; CURTONI, 2004).

Por mais que alguns acadêmicos ocidentais considerem o colonialismo como residual à modernidade, escritores latino-americanos têm proposto que a modernidade e o colonialismo têm se coproduzido mutuamente. Os discursos colonialistas estão atravancados por um projeto moralizante que supõe que a civilização moderna é superior; que esta superioridade supõe um imperativo moral: civilizar, modernizar, desenvolver os povos primitivos, selvagens, bárbaros, subdesenvolvidos, terceiro-mundistas; e se esta moral encontra algum tipo de resistência o uso da violência se torna legítimo. Assim, uma das características mais ardilosas de coprodução entre modernidade e colonialismo tem sido a violência epistêmica que permite que determinada visão de mundo se imponha sobre as demais (GNECCO, 2009).

Destarte, as disciplinas históricas foram extremante participativas no processo de colonialismo, a exemplo da Arqueologia, que, em no contexto latino-americano, contribuiu na alienação das histórias nativas, ao passo que cortaram os laços existentes entre as sociedades indígenas atuais e os vestígios arqueológicos de sociedades indígenas do passado (GNECCO, 2009).

Essa Arqueologia colonialista foi extremamente funcional ao objetivo nacionalista, que variou de país para país, de acordo com suas idiossincrasias históricas, todavia, uma característica comum foi a criação de uma comunidade nacional (de acordo com a lógica moderna), definida por critérios morais de igualdade e identidade (GNECCO, 2009, 2010).

Devido a esse histórico da disciplina arqueológica, muitos líderes de movimentos sociais, principalmente aqueles que seguem uma agenda essencialista,

ainda enxergam a academia, enquanto um empreendimento colonialista de dominação sem cura, um pecado que carregaremos para sempre. Contudo, uma parcela da categoria profissional busca, através de pequenas ou grandes iniciativas, alterar o curso do velho projeto ocidental de dominação, buscando ser socialmente responsável nos tempos que correm. Mas, para que isso seja possível, é crucial a promoção de investigações participativas que, por meio da multivocalidade, permita a inserção de diferentes atores no processo de construção do passado (GNECCO, 2009, 2010).

Portanto, a partir da década de 1980, teorias pós-coloniais e a ética se tornam cada vez mais, presentes nas “agendas” dos arqueólogos, levando essas discussões a um patamar relevante no cenário contemporâneo. Em paralelo a esse desenvolvimento, veio se expandindo a ideia da existência de múltiplas vozes e distintos interesses no passado e no presente. Diante desse cenário, o arqueólogo não é o detentor da verdade absoluta sobre as coisas, pelo contrário, sua visão é só mais uma entre tantas, assim, seu papel, antes de tudo, é de mediador e promotor de uma pluralidade (HODDER, 1998; GNECCO, 2009, 2010; GONZÁLES-RUIBAL, 2010).

A importância da integração das distintas vozes, até então excluídas do processo de produção do conhecimento científico, por meio da multivocalidade, representa o triunfo do paradigma multicultural nas ciências sociais e no regime neoliberal. Deste modo, hoje, é comum que muitos projetos arqueológicos se proponham a escutar opiniões não acadêmicas, fazendo participar as comunidades locais, os aficionados pela Arqueologia e grupos minoritários, ambos excluídos pelas narrativas moderno-colonialistas (GONZÁLES-RUIBAL, 2010). A partir do momento em que nivelamos todas as opiniões a um mesmo grau de relevância, consideramos que as vozes de pessoas que exploraram comercialmente o patrimônio ou depredaram sítios arqueológicos sejam importantes no sentido de entendermos as diversas relações existentes com o patrimônio arqueológico.

Durante muito tempo, a relação entre a Arqueologia e o público tem sido caracterizada como um processo de imposição sem obstinação, pois os arqueólogos produziam um passado para ser consumido sem maiores controvérsias. Felizmente, essa situação vem mudando, nas últimas décadas, basicamente, por meio de debates, debate nos quais distintos grupos minoritários, até então subordinados, começaram a reclamar

o uso do passado motivado por interesses próprios e a participar de projetos de gestão e interpretação do patrimônio arqueológico (GONZÁLES-RUIBAL, 2010).

O caso da prisão de *Robben Island*, na África do Sul, local onde foi encarcerado Nelson Mandela e muitos outros líderes do movimento anti-*Apartheid*, hoje transformado em museu, é muito interessante para ilustrarmos o uso das distintas vozes na pesquisa científica. *Robben Island Museum* vem tratando de facilitar a polivocalidade – colher diversas opiniões em contextos conflituosos – como também, a participação dos visitantes nos processos de criação de significados. Deste modo, a polivocalidade consiste na permissividade nos planos museológicos da participação de antigos prisioneiros e guardas, por exemplo, convidando um ex-carcereiro para contar as suas experiências durante o *Apartheid* (GONZÁLES-RUIBAL, 2010).

Os postulados multivocais, propostos pelo arqueólogo britânico Ian Hodder (1998) para a pesquisa arqueológica de *Catalhoyük*, deixam claro que arqueólogos e cidadãos devem tomar partido fazendo-os de forma inclusiva e não-confrontacional. Deste forma, para o pesquisador, o “tomar partido” pode configura-se em uma tarefa bastante complexa, manter determinada posição diante de um cenário tão conflituoso de distintas interpretações, assim, devemos não contrariar as outras opiniões por mais discrepantes que sejam, objetivando manter uma conformidade entre os diferentes atores sociais sem perdemos os nossos objetivos científicos (HODDER, 1998; GONZÁLES-RUIBAL, 2010). Por mais que seja possível reconhecermos que nem toda narrativa é igualmente válida ou legítima, não devemos deixar de considerar todas as sensibilidades locais estudando-as, como também encontrando soluções pragmáticas que permitam uma coexistência pacífica (HOLTORF, 2005 *apud* GONZÁLES-RUIBAL, 2010: 22).

As posturas das Arqueologias abertas e integrativas, resultados da emergência de perspectivas pós-processualistas como oposição ao positivismo e objetivismo das tendências processualistas, trouxeram a possibilidade de uma multiplicidade de narrativas sobre o passado, levando com que grupos “alternativos”, a exemplo de indígenas, comessem integrar projetos de gestão e interpretação de sítios e na produção de conhecimento arqueológico (CURTONI, 2004).

Diante desse cenário, é necessário nos darmos conta de que a relação entre a Arqueologia e o público é uma complexidade multidimensional afetada basicamente por diferentes fatores e variáveis. Assim, os contextos sociais e políticos de cada sociedade não podem ser rejeitados. Diante do mundo contemporâneo globalizado e homogeneizador, em um contexto pós-colonial de pós-modernidade, a multivocalidade, a reflexão ou a Arqueologia comunitária constituem uma resposta à insubordinação social, mostrando que é possível o estabelecimento de outras formas de construir o passado.

Enquanto arqueólogos, estamos constantemente imersos em assuntos de interesse sociais e, considerando a intrínseca relação entre a Arqueologia e a política, cabe reconhecermos, explicitamente, a dimensão política da prática arqueológica. A estrita relação entre o passado e o presente, mediatizada por indivíduos, grupos ou instituição, tornou-se inevitável no mundo contemporâneo, levando, cada vez mais, a nos interrogarmos sobre o papel que temos de assumir na prática cotidiana. Nesse sentido, a participação ativa dos pesquisadores, diante desses contextos políticos, configura-se, enquanto um compromisso social, uma alternativa de mudança de um panorama epistemológico, mas, sobretudo, prático (CURTONI, 2004; GONZÁLES-RUIBAL, 2010).

Portanto, pretendemos, para o contexto do baixo rio São Francisco uma Arqueologia de ambientes aquáticos que assuma o desafio de produzir espaços multivocais de produção do conhecimento, compreendendo que o presente reclama novas versões e usos do passado construído cientificamente. É nesse sentido que a Arqueologia pública representa um caminho de possibilidades de reelaboração de vínculos com as comunidades locais.

Como pontuou a arqueóloga argentina Mónica Montenegro, “entendo na arqueologia pública uma via possível de reflexão da prática arqueológica, mas também de investigação e de participação social” (2012: 488). Desta maneira, podemos afirmar que a pesquisa arqueológica pública é um campo fértil de investigação que incorpora abordagens teórico-práticas em áreas onde arqueólogos e seus públicos interagem, a exemplo da gestão do patrimônio, da educação em museus, da Arqueologia e da educação. Assim, busca-se, por meio de um campo disciplinar, promover a integração entre os diferentes públicos com as evidências materiais do passado de determinada

região, a partir de ações estratégicas pedagógicas, de transferência de mediação cultural e de comunicação social (MONTENEGRO, 2012), visando à participação direta e indireta desses indivíduos nos processos de construção social do patrimônio cultural subaquático. Assim, como salienta Montenegro:

En este escenario, la arqueología adquiere nuevos horizontes de trabajo y entre sus objetivos apuesta a expandir más allá del medio científico los últimos descubrimientos arqueológicos, de manera tal que pueda servir para combatir la depredación de bienes culturales por negligencia o ignorância (2012: 488).

A Arqueologia pública não é apenas permissiva no sentido de possibilitar que os pesquisadores desenvolvam e ponham em prática métodos para difusão dos resultados das investigações para um amplo público e buscar benefícios para as populações locais, como também possibilita o estudo de como o público se relaciona com a Arqueologia, com os arqueólogos e com os vestígios do passado. Assim, é possível que diversificadas linhas de pesquisa possam ser traçadas, a exemplo de temáticas como o uso dos bens arqueológicos, Arqueologia e identidade, representações da Arqueologia na cultura moderna, a Arqueologia nos meios de comunicação, entre outras (SAUCEDO-SEGAMI, 2011; ALMANSA, 2011).

Nesse sentido, quando a Arqueologia propicia espaço para a incorporação de diferentes vozes, permitem-nos conhecer as diferentes relações que esses diversos públicos têm com o patrimônio arqueológico e nos questionamos por que existem essas relações. Desta maneira, podemos realizar uma crítica as nossas ações como arqueólogos e os conceitos que manipulamos, para refletirmos se realmente trabalhamos para um bem comum ou não, e se nossas ações têm grande impacto na sociedade contemporânea (SAUCEDO-SEGAMI, 2011).

Antes de qualquer coisa, devemos lembrar que quando utilizamos o termo Arqueologia pública, é no sentido de encararmos a disciplina como um ato de engajamento político em que não só temos a responsabilidade de produzir o conhecimento para todos os públicos, como também, conjuntamente, com esses públicos. No entanto, não podemos nos esquecer de que, independentemente de se fazer ou não Arqueologia pública/comunitária/interpretativa/política (ou como queira chamá-

la), a função do arqueólogo extrapola a mera escavação e interpretação de objetos, pois seu trabalho é uma ação de cunho social que busca responder necessidades do presente. Deste modo, como já foi discutido anteriormente, o patrimônio é público e não renovável e o nosso trabalho implica na maioria das vezes, a destruição do registro arqueológico. A partir do momento que nos propomos a querer estudar algo, devemos nos manter consciente da obrigação que temos para com a sociedade, pois, caso contrário, qual seria a importância de se fazer Arqueologia? Ou, o que nos diferenciaria dos caçadores de tesouro?

Apesar da resistência de uma grande parcela de profissionais da Arqueologia, o atual contexto epistêmico em que vivemos vem se modificando gradualmente, partindo de um autoritarismo cientificista tradicional para um “populismo” (GONZÁLES-RUIBAL, 2012). Segundo Slavoj Žižek, devemos ter certa cautela, pois o populismo é uma “faca de dois gumes”, tendo um lado positivo e o outro negativo. Conforme o pesquisador:

La positiva es que pone en tela de juicio los límites estrictos institucionales sobre los que se supone que tiene que discurrir la democracia o la práctica política. Eso es lo que reclama el movimiento 15-M: que la democracia no se reduzca a las urnas y el parlamento. Sin embargo, el populismo crea inevitablemente la imagen de un archienemigo, material y tangible, que personifica (y simplifica) el mal absoluto (el judío, el kulak, los yanquis), que es la frustración del puro placer, de la jouissance comunitaria. El riesgo del populismo arqueológico es que el especialista (investigador o gestor), como representante del cauce institucional, puede convertirse en ese archienemigo, ese chivo expiatorio sobre el que cae la ira del pueblo y que permite ocultar problemas estructurales más serios o confundir al enemigo auténtico (2008 apud GONZÁLES-RUIBAL, 2012: 106).

De fato, o que vem sendo observado, nos últimos anos com as inúmeras experiências pelo mundo com pesquisas imbuídas de características participativas, é que

todos acabam ganhando, as relações entre comunidades e pesquisadores vêm sendo sempre bem profícuas e enriquecedoras para ambas as partes (NOREÑA CORDONA e PALACIO SALDARRIAGA, 2007; ALMANSA, 2011; SAUCEDO-SEGAMI, 2011; MONTENEGRO, 2012; GONZÁLES-RUIBAL, 2010, 2012).

No entanto, deve-se pontuar que existe um problema na Arqueologia pública baseada em critérios participativos simétricos, uma vez que todas as vozes são postas em um mesmo nível, o de considerar que a comunidade, por ser maioria e se encontrar sempre à margem do sistema acadêmico (conhecido geralmente como autoritário/colonialista), tem sempre a razão, ou ao menos algo importante a dizer. O pesquisador deve conscientizar-se de que o público é muitas vezes ignorante, apoiando causas atrozes ou equivocando-se com as situações circundantes do seu mundo (GONZÁLES-RUBIAL, 2010, 2012). Nesse sentido, que se torna interessante realizarmos a importante distinção entre povo e populacho (*people/mob*), proposto por Hannah Arendt (2004 *apud* GONZÁLES-RUIBAL, 2012: 107)

el populacho, según esta autora, no lo conforman solo las clases bajas, sino que es un grupo heterogéneo compuesto por miembros de las distintas clases sociales (altas, medias y bajas) y que se caracteriza por su actitud y pensamiento político, no por su educación ni nivel de ingresos. Desgraciadamente, el público/pueblo con el que tratamos los arqueólogos no defiende necesariamente valores positivos en relación a la cultura, el medioambiente o el bienestar social. A veces no queda más remedio que llevarle la contraria. La autoridad que defiende no es una al viejo estilo, basada en el poder y la jerarquía, sino en tres cosas bien distintas: el conocimiento experto, la capacidad de crítica y el trabajo por el bien común.

Portanto, o ideal seria que toda Arqueologia fosse Arqueologia pública e que devêssemos estar sempre dispostos a escutar se não todos, pelo menos, muito. Assim, a multivocalidade é uma grande ferramenta, hoje, para a pesquisa arqueológica. De fato, um dos pilares da Arqueologia pós-processual (GNECCO, 2009, 2010; GONZÁLES-RUIBAL, 2012).

São diversas as formas de se fazer uma Arqueologia pensando em atender aos diferentes anseios da sociedade, no caso da pesquisa em questão, ponderando o caráter de inserção de múltiplos agentes no processo de construção do conhecimento arqueológico. Assim, enxergamos, no trabalho do pesquisador britânico Ian Hodder (1998), uma boa estratégia de delineamento de uma metodologia pós-processualista que atende os anseios da Arqueologia de ambientes aquáticos, planeada para o baixo rio São Francisco.

Em seu artigo intitulado “*Trazando el mapa del pasado posmoderno*”, Hodder (1998) apresenta em 12 passos a metodologia pós-processualista utilizada nas escavações do sítio arqueológico de *Çatalhöyük*, na Turquia, demonstrando que é possível colocarmos em prática uma abordagem multivocal para a Arqueologia. Para o autor, durante todo o processo de produção do conhecimento arqueológico as conjecturas realizadas pelas equipes de trabalho e por visitantes são consideradas dados importantes, cabendo ao projeto registrar e intercruzar devidamente cada reflexão.

No momento, não entrarei em detalhes sobre os passos práticos da pesquisa de *Çatalhöyük*, sendo essas reflexões destacados nos próximos. Contudo, para encermos a discussão proposta no atual capítulo, elucidarei sobre quatro temas que se fizeram presentes na metodologia de Hodder que devem ser considerados no processo de idealização da metodologia de pesquisa: **reflexão**, **relacionalidade** ou **contextualidade**, **interação** e **multivocalidade**.

A **reflexão** deve ser entendida como o ato de observação dos efeitos que nossas ações e julgamentos têm sobre os diferentes grupos inseridos no processo arqueológico das equipes de arqueólogos até as comunidades locais. O autor exemplifica com o empenho realizado em *Çatalhöyük*, onde o trabalho dos antropólogos incluía o impacto do projeto nas comunidades locais, assim como nos grupos nacionais e internacionais que estavam interessados em visitar o sítio. Para Hodder:

La reflexión se induce igualmente a través de la escritura del diario y la filmación de videos, puesto que estos procesos invitan a los componentes del equipo a estudiar sus propias presunciones. Los diarios y videos proporcionan también información contextual del proceso de excavación, de manera

que otros puedan volver a evaluar críticamente las declaraciones realizadas. Los resultados se relacionan reflexivamente con el contexto en el que se genera el conocimiento (1998: 08)

Relacionalidade ou **Contextualidade**: o conceito defendido pelo autor é de que o resultado é relacional. Assim, buscaram-se observar as tentativas reflexivas de relacionamento dos achados com o contexto específico de produção de conhecimento, como também as inter-relações entre a informação artefactual e a contextual. Como exemplifica o autor:

En otro ejemplo de Catalhoyük la interpretación de un edificio como habitación, más que como capilla, depende de los objetos en su interior; pero la interpretación de los objetos depende en parte de si la edificación se ve como habitación o como capilla. De manera que generalmente, en arqueología, todo depende de todo en una totalidad hermenéutica. Nuestra intención en Catalhoyük ha sido facilitar esta interconexión, por ejemplo teniendo disponible para los excavadores la información sobre los objetos mientras excavan un contexto en una cuadrícula (HODDER, 1998: 09).

Assim, a interpretação do objeto e do contexto depende um do outro, ao passo de levar a necessidade a dispor de muitos especialistas no próprio sítio arqueológico, para que a informação seja acessível a todos, principalmente para os escavadores, buscando, assim, uma alta integração e interdisciplinaridade no processo de produção arqueológica. A relacionalidade implica a flexibilidade do processo de investigação, já que todos dependem de todos e se alguém modificasse um simples dado em sua pesquisa, ocorreriam efeitos incontrolláveis nos demais. Por conta disso, que o autor justifica que a base de dados de *Catalhoyük* “*es tan flexible y cambiante como sea posible; las conclusiones son siempre provisionales y objeto de transformación*” (HODDER, 1998: 09).

Interação: A intenção, aqui, é proporcionar mecanismos para que as pessoas perguntem e critiquem as interpretações que estão sendo feitas no momento em que estão sendo elaboradas. Assim:

Se estimula la interacción entre el personal de laboratorio y el de campo durante la excavación con las visitas a los cortes. A los procedimientos de priorización (muestreo) se llega mediante negociación entre los miembros del equipo. También se facilita la interacción en Catalhoyük disponiendo la base de datos en la Web y dando las rutas de acceso de forma amigable (por ej. reconstrucciones virtuales). También se facilita suministrando la información en forma de diarios y videos que disponen y abren la base de datos a la crítica y a interpretaciones alternativas (HODDER, 1998: 09).

No sentido de favorecer uma **multivocalidade** à pesquisa, é necessário o estabelecimento de mecanismos que captem os diversos discursos que possam existir, por mais conflituosos que sejam. Assim, em *Catalhoyük*, distintas equipes escavaram diversas áreas do sítio e propuseram suas próprias interpretações. Em concomitância, a base do sítio na Web permitia a comunicação com outras redes de grupos internacionais com certo nível de intelectual, e as comunidades locais puderam contribuir com a participação nas exposições do museu e nas visitas ao próprio sítio (HODDER, 1998).

Portanto, utilizando as quatro características da pesquisa de *Catalhoyük* elencadas por Ian Hodder e os outros posicionamentos teóricos expostos no presente capítulo, torna-se possível, a partir da reflexão dessa totalidade de ideias, a criação de uma metodologia própria para o contexto do baixo rio São Francisco, apresentando, deste modo, uma abordagem nova na maneira de se fazer a Arqueologia de ambientes aquáticos no Brasil.

Por conseguinte, iremos ao longo do próximo capítulo conhecer com mais detalhes o contexto histórico e arqueológico da área onde pretendemos aplicar o modelo de pesquisa aqui desenvolvido.

Capítulo III – Navegando em *Opará*: Contextualização da área de pesquisa

*O menino e velho Chico viagens
Mergulham em meus olhos
Barrancos, carrancas, paisagens
Francisco, Francisco
Tantas águas corridas
Lágrimas escorridas, despedidas
saudades
Francisco meu santo, a velha canoa
Gaiolas são pássaros
Flutuantes imagens deságuam os
Instantes
O vento e a vela
Me levam distante
Adeus velho Chico
Diz o povo nas margens.*

(**Francisco, Francisco.** Composição: Roberto Mendes e Capinam)

Nesta canção, interpretada por Maria Betânia, é colocada em discussão um assunto muito polêmico e altamente debatido nos últimos anos: os problemas ambientais que envolvem o rio São Francisco, que cada vez mais perde força de vazão, tendo em seu nível de água uma diminuição gradativa. Nesse sentido os mais prejudicados com esses problemas são as comunidades ribeirinhas que, além de terem modificadas suas atividades de subsistência, com o baixo resultado da pesca, ainda correm o risco de presenciarem a perda de suas tradições que vêm desaparecendo com o passar dos anos.

Assim, observamos, no patrimônio cultural subaquático, uma ferramenta que propicie o resgate das tradições dos ribeirinhos, mas que também os legitimem diante de tantos problemas políticos presentes na região. A Arqueologia feita para e com esses grupos representa uma alternativa discursiva na luta por seus direitos e por suas vontades políticas.

Por que escolhermos a região do baixo rio São Francisco, diante de tantas outras áreas carentes de estudos com esse viés, no estado de Sergipe? A resposta para essa

pergunta será apresentada neste capítulo, delineando-se duas linhas de discussão: o contexto histórico e o contexto arqueológico.

O estabelecimento de uma ação desse porte, na adotada área, não se justifica apenas por sua importância histórica e arqueológica, mas também por representar um contexto em que a Arqueologia poderia já ter feito anteriormente um integração entre essas comunidades e o patrimônio arqueológico, e não o fez. Deste modo, buscamos adotar uma postura diferente da que, até então, foi aplicada na região, para assim oportunizarmos alternativas na maneira de trabalharmos o patrimônio cultural subaquático com as comunidades ribeirinhas sanfranciscanas.

Para que fosse possível a construção do presente capítulo, foi necessária a realização da pesquisa em arquivos⁵, em seus acervos documentais e iconográficos, buscando informações que corroborassem a existência de naufrágios na região, como também das dinâmicas náuticas e portuárias na localidade de estudo. Portanto, a contextualização apresentada, a seguir, focará os aspectos históricos do perímetro delimitado para o primeiro momento de execução do projeto de Carta Arqueológica, no trecho entre os municípios de Neópolis - SE e Penedo – AL.

3.1. Contextualização histórica

Segundo registros históricos, teria sido a expedição, comandada por Gaspar Lemos, em 1501, a responsável por realizar a primeira menção histórica ao rio São Francisco. Conforme a carta do piloto florentino Américo Vespúcio, que acompanhou a expedição, houve a impossibilidade de desembarque na altura do estuário do São Francisco, sendo encontradas logo depois, praias de fácil desembarque em batéis, e ancoradouros para navios no Cotinguiba, Vaza-barris e rio Real (NUNES, 2006). Assim, a expedição que participava Américo Vespúcio, no dia 4 de outubro de 1501, dia consagrado a São Francisco de Assis, ao se deparar com a foz do grande rio, *Opará* como era chamado pelos índios Caetés, o batizaram-no com o nome do referido santo (VALENTE, 1957).

⁵ Realizou-se a pesquisa no Arquivo do Museu Casa do Penedo, no município de Penedo – AL, e no Arquivo do Museu do Homem Sergipano, no município de Aracaju – SE.

Sob ordem do El-Rei de Portugal, Dom João III, coube a Duarte Coelho Pereira a tarefa de expulsar os franceses, que estavam em Itamaracá-Pernambuco. Depois da tarefa e de levantar ali uma feitoria, Duarte Coelho seguiu para o rio São Francisco, visando fixar-se no ponto onde está situado Penedo, no extremo da Capitania, que posteriormente lhe foi doada (VALENTE, 1957).

Após voltar a Portugal, Duarte Coelho retornou, em setembro de 1530 para o Brasil acompanhado de várias famílias portuguesas. Em reconhecimento a seus méritos e serviços prestados nas Índias, foi-lhe concedida por Dom João III a doação da Capitania de Pernambuco, por Foral de 24 de outubro de 1534, havendo referências da posse da Capitania em 9 de março de 1535. Deste modo, coube ao donatário colonizar e defender a sua Capitania, dentro de suas possibilidades (VALENTE, 1957; CAROATÁ, 1962).

Segundo referências, em 1555, ao transpor a barra do São Francisco, e talvez subindo o rio, navegando sete léguas acima da foz, estabeleceu os fundamentos da futura vila do Penedo, deixando várias das famílias que haviam desembarcado em Pernambuco, vindas de Portugal. Assim, com a chegada das famílias foi, na referida data, iniciado o povoamento onde hoje se encontra a cidade de Penedo (VALENTE, 1957; CAROATÁ, 1962).

Os domínios da Capitania de Pernambuco passaram para um filho de mesmo nome do donatário Duarte Coelho Pereira, falecido em 1557, no mesmo ano do falecimento de Dom João III. Destarte, esse segundo donatário, acompanhado de seu irmão, Jorge de Albuquerque, em 1560, visando a conquistar os gentios, subiu o rio São Francisco, e tomou as medidas regulares para o povoamento de Penedo. Afirma-se que, em Penedo, organizou um Arraial fortificado, como medida de proteção aos ataques dos índios Caetés, existentes nos extremos da Capitania. A origem do nome Penedo remeteria à existência de uma rocha localizada à esquerda do rio, mas, durante longos anos, o povoado adotava o nome de São Francisco, (VALENTE, 1957). Por mais de um século, o povoado permaneceu pobre e sem desenvolvimento (CAROATÁ, 1962).

Em 1636, o povoado é elevado ao título de vila de São Francisco, no dia 12 de abril, como se acha declarado nas **Memórias Diárias de Guerra do Brasil**, de autoria de Duarte de Albuquerque Coelho, quarto donatário da Capitania de Pernambuco, a

quem Felipe III da Espanha nomeou de Conde de Pernambuco e Marques de Basto, neto de Duarte Coelho Pereira e filho do terceiro donatário Jorge de Albuquerque. Nas **Memórias Diárias de Guerra do Brasil** lê-se uma nota escrita em Porto Calvo, no ano de 1636: “*em doze de dêste próprio âno fue levantada em villa com el título del Bueno Successo la poblacion de Puerto Calvo*” e “*Assi lo hizo tambien con las poblaciones de la Laguna del Sur y del Rio de S. Francisco, llamando villa de la Magdalena a la primeira, y de S. Francisco a la segunda, dando los términos y jurisdicciones conforme a los poderes y privilegios que tiene del Rei para hacer lasque le pariciesse.*” (CAROATÁ, 1962: 16). No entanto, existem divergências referentes a real data de registro da elevação de título (VALENTE, 1957; CAROATÁ, 1962).

A vila apenas começou a ser chamada de Penedo em fins do século XVII, como referência ao rochedo onde estava fixada. Somente, em 1842, foi elevada à categoria de cidade, de acordo com a lei de nº 3 de 18 de abril do mesmo ano.

É oportuno destacar que um dos acontecimentos mais marcantes na história do baixo rio São Francisco foi à ocupação holandesa, que teve, em Penedo, uma base estratégica de controle do rio. As invasões holandesas, no Brasil, resultaram da união ibérica em 1580, acontecida em decorrência à morte de Dom Sebastião, dois anos antes, que faleceu sem deixar herdeiro da coroa portuguesa (NUNES, 2006).

Com a independência da Holanda do império castelhano em 1579, sua burguesia rica e opulenta assume o poder político e econômico das Províncias Unidas da Holanda. Até então, as relações entre os holandeses com Portugal eram amistosas, participando, financeiramente, dos seus empreendimentos ultramarinos, a exemplo do primeiro engenho da colônia, o Engenhos dos Erasmos em São Vicente. Assim, desde o século XV, a relação política era bastante harmônica, ocorrendo não só um intercâmbio no âmbito econômico e político, mas também no campo cultural (NUNES, 2006).

No entanto, em 1580, objetivando prejudicar os holandeses, Felipe II determina a proibição da entrada de seus navios em portos ibéricos, onde iam buscar os produtos vindos das colônias asiáticas e americanas, impossibilitando a chegada desses produtos em Flandres. Assim, com o rompimento desse esquema comercial, que permitiu a montagem e desenvolvimento da estrutura colonial da produção açucareira, os

holandeses perderam a primazia na distribuição dos produtos que, como intermediários, possuíam (NUNES, 2006).

Deste modo, a criação das Companhias de Comércio significou a resposta ao ato de Felipe II, pois, com a criação da Companhia das Índias Orientais, buscou-se assegurar relações comerciais com o Japão e os estabelecimentos de Java, Ceilão e Malaca. Com o sucesso que a empresa obteve, em 1621, criam a Companhia das Índias Ocidentais, com o objetivo de apoderar-se dos metais preciosos do México e Peru, como também tráfico de escravos da costa africana e o comércio dos produtos brasileiros, principalmente o açúcar (NUNES, 2006).

A atuação desempenhada pela companhia resultou na América portuguesa a invasão da Bahia em 1624 e a de Pernambuco em 1630. Na capital da colônia, em Salvador, os holandeses permaneceram cerca de um ano, até serem vencidos pelas tropas de resistência organizadas e pelo bloqueio do porto pela esquadra luso-espanhola de D. Fradique Toledo Osório. Mas em 1630, retornam com uma frota melhor preparada e com um melhor conhecimento do litoral brasileiro, objetivando conquistar a Capitania de Pernambuco. Obtendo a vitória na conquista de Pernambuco, iniciaram o alargamento de suas conquistas, partindo ao norte para o Maranhão e as sul até o rio Real (NUNES, 2006).

Em janeiro de 1637, o conde João Maurício de Nassau chega a Recife, na qualidade de chefe civil e militar, com o objetivo de consolidar a conquista das Províncias Unidas da Holanda, para isso, ele marchou com cinco mil soldados holandeses vai para Porto Calvo, onde estava ocupado por portugueses, dispersando-os depois de muita resistência, Com essa ação, fugiram o Conde de Bagnuolo e outros portugueses em direção a Sergipe, no intuito de chegarem à Bahia, como foi retratado por Franz Post (**Figura 1**) (VALENTE, 1957; CAROATÁ, 1962).



Figura 1 – *Castrum Maurity Ad Ripan Flumini S. Francisci*, de Frans Post, 1647.

Assim, perseguindo o conde até o rio São Francisco, Nassau ocupa a vila de São Francisco, no dia 27 de março de 1637. Como forma de assegurar sua conquista, mandou construir na vila de São Francisco o Forte Maurício (*Fort Maurits*), onde deixou sob o controle do General Segismundo van Schkoppe com mil e seiscentos homens. Logo, com o domínio da vila de São Francisco, os holandeses teriam não só o controle do tráfego no rio e do abastecimento do gado, como também da comunicação entre as capitanias, já que a vila representava o meio de acesso da comunicação terrestre, entre as capitanias de Pernambuco e da Bahia (VALENTE, 1957; CAROATÁ, 1962).

A seriedade da vila como proteção dos limites e do acesso à Capitania de Pernambuco se acentuou com a invasão holandesa, uma vez que a conquista deste ponto significava a posse de todo o território pernambucano. A construção do Forte Maurício confirma e reforça a ideia da vocação de guarda da vila, fundamental tanto para defender os limites do domínio holandês como para apoiar as incursões nas áreas

próximas e na capitania de Sergipe Del-Rei, e ainda do controle do gado que se tornou o suprimento do Brasil Holandês.

Com a invasão, a população da vila resistia continuamente, acontecendo vários combates entre a ela e os invasores até a sua rendição dos holandeses. No início de setembro de 1645, o confronto com os invasores foi mais ativo, pois, na vila, chegaram a acontecer conflitos em que as tropas holandesas tiveram que ficar dentro do forte, sem ter como subir na muralha, devido aos contínuos ataques. No dia 13 de setembro, os recolhidos no forte foram obrigados a rendição, numa campanha histórica do domínio português. Na reconquista de Penedo, realça-se a figura do Capitão Valentin da Rocha Pita, que com o auxílio de suas tropas, derrotou os holandeses e depois destruiu o forte (VALENTE, 1957). Dominados e vencidos fizeram a entrega da fortaleza, com 16 peças de artilharia, munição e víveres existentes. No entanto, antes de deixarem a vila atearam fogo em todo o arquivo existente da Câmara e demais documentos de interesse histórico (VALENTE, 1957; CAROATÁ, 1962).

É importante também salientarmos que “as transformações que ocorreram nas margens do baixo rio São Francisco foram movidas por interesses exógenos, provenientes da força do mercado, que instituíram nessa região uma estrutura essencialmente capitalista” (ARAÚJO, 2005: 201). Esse processo se inicia durante os séculos XVI e XVII, resultado do movimento expansionista do capital mercantil europeu.

A conquista das terras dos Tupinambás, na margem direita do rio S. Francisco, próximo à foz, foi iniciada no decorrer do século XVII, em um primeiro momento, motivada pela busca do ouro e de nativos para a escravidão, e posteriormente, fruto da expansão pecuária, oriunda da Bahia, sendo ocupados, que foi ocupando paulatinamente os vales sergipanos. Portanto, será a atividade pecuária a responsável pelo destaque econômico da região no período colonial (ARAÚJO, 2005).

No entanto, a economia e a vida social da região foram abaladas com a invasão holandesa, como pontuou Subrinho (1987: 18 *apud* ARAÚJO, 2005: 202):

A partir de 1637 e durante oito anos depois, o território sergipano foi alvo de disputa entre portugueses e holandeses, já

que ficava estrategicamente localizado entre o importante núcleo do açúcar-Pernambuco, que estava sob o domínio holandês - e o centro administrativo da colônia portuguesa – a Bahia. A guerra atingiu o desenvolvimento dos rebanhos sergipanos, que já contavam, então, com quatrocentos currais, distribuídos por toda a extensão do território, e oito engenhos de fabricação de açúcar.

No século XVIII, a economia açucareira inicia o seu avanço em terras sergipanas, ocupando, inicialmente, o litoral, principalmente os vales ribeirinhos localizados na região sul e central do território e, posteriormente, expandindo-se para o norte, nas proximidades do rio São Francisco. Assim, com ascensão da cana, movida pela dinâmica expansionista da economia colonial, a pecuária perde sua primazia como atividade econômica. Esse novo quadro econômico levou a uma divisão territorial e social em território sergipano, uma vez e produto nobre ocupava os vales dos rios nas proximidades do litoral, e o agreste ficou responsável pela pecuária e a produção de alimentos, tendo a farinha como principal produto (ARAÚJO, 2005).

Contudo, será com a cultura do algodão que a região passa a incorporar ao movimento do capital internacional, sendo essa atividade noticiada desde os fins do século XVIII. Foi a partir da década de 1860 que a cultura do algodão avança em direção ao agreste sergipano, onde havia melhores condições climáticas para o cultivo. Assim, essa atividade latifundiária, ligada ao mercado internacional, desenvolveu-se assentada na exploração da barata mão-de-obra camponesa (ARAÚJO, 2005).

No baixo rio São Francisco, o cultivo do algodão foi uma cultura de destaque, que, com o arroz possibilitou um período áureo da economia na região, aprofundando a sua integração ao movimento expansionista e criando condições para a instalação de fábricas de descaroçamento naquele espaço. Desta maneira, no final do século XIX e início do XX, a economia do baixo S. Francisco apresentou uma realidade mais dinâmica com a industrialização (ARAÚJO, 2005).

Nesse sentido, o pesquisador Ruy Belém de Araújo (2005: 205) afirma que:

O processo de industrialização na região estava intimamente ligado à produção de matéria-prima de origem agrícola, como o

arroz e o algodão. Tal processo teve início em 1892, com a instalação, em Neópolis, da primeira fábrica de óleo de caroço de algodão pertencente a Alberto Vaz, seguindo as instalações de outras fábricas voltadas para o beneficiamento do arroz, e culminando com a inauguração de três fábricas têxteis, sendo duas localizadas em Neópolis, a Peixoto Gonçalves e Cia. e a Empresa Têxtil de Neópolis, e uma em Propriá, a Empresa de Fiação e Tecelagem Propriá. Além delas, instalaram-se na região diversos descaroçadores de algodão e outras fábricas de pequeno porte e pouca complexidade na produção.

No entanto, já na metade do século XX, o incipiente dinamismo da economia do baixo rio São Francisco declinou. Entre os principais fatores, podemos citar a qualidade da matéria-prima local, produzida por setores descapitalizados, o que impossibilitou o acompanhamento da modernização e incorporação de novos tipos de sementes, que possibilitariam a produção de produtos de melhor qualidade e em grande quantidade. As mudanças na estrutura econômica brasileira, com a monopolização da economia na região centro/sul do país, também levaram ao estrangulamento das indústrias do baixo S. Francisco. Esse quadro contribuiu para tornar a região uma área vocacionada a se ocupar com a produção de alimentos básicos e por uma pecuária extensiva, montada em uma estrutura fundiária altamente concentrada, em que a propriedade da terra é utilizada para preservar o poder político e a conquista de privilégios (ARAÚJO, 2005).

No caso de Penedo, a sua organização econômica se estruturou de maneira diferente em relação a outros núcleos urbanos do baixo São Francisco, a exemplo de Neópolis – SE. Ao invés da produção de açúcar, as atividades portuárias sempre foram o canal de desenvolvimento econômico da vila e depois cidade de Penedo, mesmo com o desenvolvimento de outras atividades, inclusive o comércio rudimentar de gêneros alimentícios que impulsionou a povoação e urbanização. A construção do porto permitiu, por meio da navegação, o escoamento em navios estrangeiros de toda produção local. Deste modo, o porto se tornou o mais eficaz canal de escoamento dos produtos para outras partes do Brasil e para o exterior.

Portanto, como poderemos ver nas imagens (**Figuras 2 e 3**) registradas no final do século XIX até meados do século XX, as dinâmicas portuárias da cidade eram muito

intensas, Penedo era formada por uma paisagem de trapiches e muitas embarcações, muito diferente de como a encontramos atualmente.

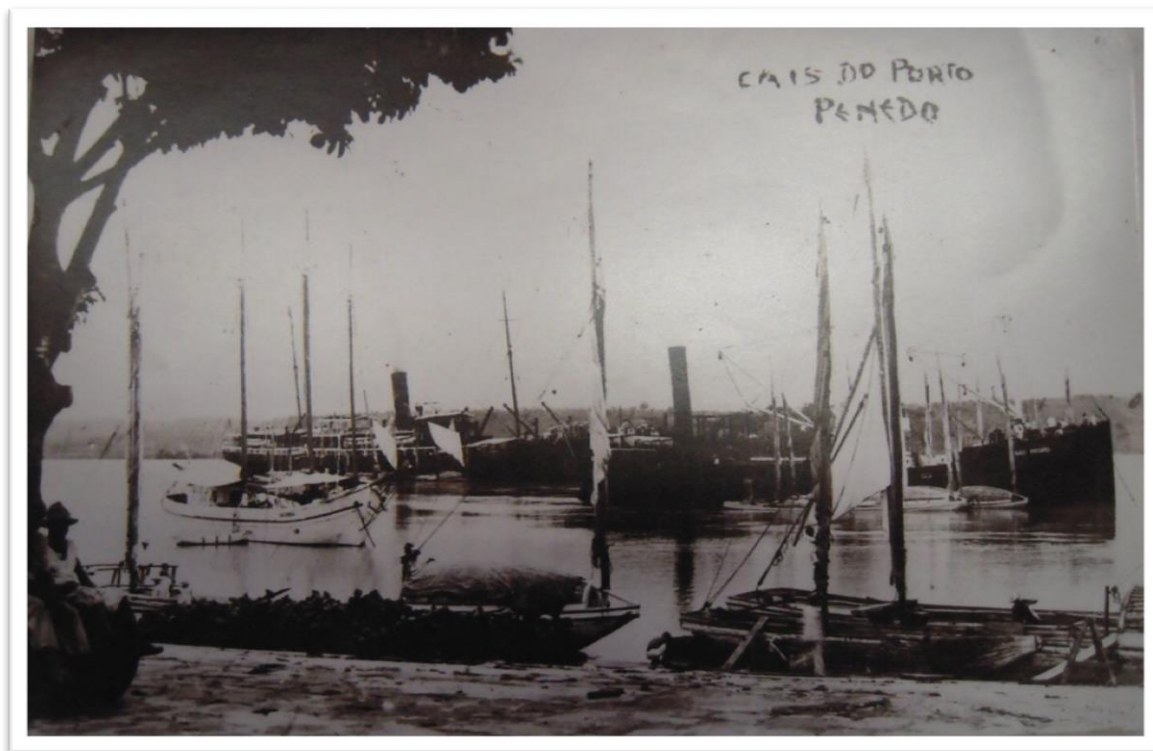


Figura 2 – Vista do Cais do Porto de Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.

Em meados do século XX, o porto de Penedo começa a declinar e a cidade perde importância enquanto centro econômico do estado de Alagoas. Perdeu seu título de capital do baixo rio São Francisco, enfraquecendo, economicamente, na medida em que o rio perdia sua potencialidade econômica. Hoje, com a impossibilidade de navegação de grandes embarcações, devido o nível baixo das águas, decorrente do estabelecimento de Usinas Hidrelétricas ao longo do rio, assim, o fluxo de mercadorias que, antes escoava pelo porto de Penedo, é transportado via BR 101.



Figura 3 – Vista da área portuária da cidade de Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo.

3.2. Contextualização arqueológica

Falarmos do contexto arqueológico do baixo rio São Francisco implica diretamente expormos a história da própria disciplina arqueológica em território sergipano. Embora essa atividade tenha sido iniciada na década de 1980, conforme mapeamento de sítios pelo estado, foi o PAX (Programa de Pesquisas Arqueológicas de Xingó) o responsável pela visibilidade, sobretudo, no cenário acadêmico, da existência de um rico contexto arqueológico, entre os estados de Sergipe, Alagoas e Bahia.

Portanto, para entendermos de que maneira se constituiu a Arqueologia do baixo São Francisco, é necessário nos debruçarmos rapidamente na história da Arqueologia em Sergipe, a partir de dados que foram obtidos, por meio da análise do acervo documental, intitulado **Coleção Arqueologia**, que está sob a guarda do Museu do Homem Sergipano-MUHSE, da Universidade Federal de Sergipe, os documentos são

resultantes das atividades do **Núcleo de Pesquisas Arqueológicas** (N.P.A.), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, que representou o estopim para uma Arqueologia acadêmica no Estado de Sergipe.

A Arqueologia sergipana mesmo que incipiente tem uma trajetória que vai, desde uma Arqueologia de âmbito amadorístico, até uma Arqueologia institucionalizada, de cunho acadêmico. Nota-se que há, ainda, pouco conhecimento sobre o caminho percorrido pela Arqueologia no Estado de Sergipe e quais os seus protagonistas.

Desde a segunda metade do século XX, percebe-se o interesse por parte de alguns intelectuais sergipanos, na busca por um passado pré-colonial em território sergipano, sendo destacada, principalmente, a figura de José Augusto Garcez. No entanto, essas tentativas de se fazer Arqueologia não passavam de atividades amadoras, já que nenhuma das pessoas envolvidas tinha alguma formação na área. Somente a partir da década de 1980, é que a Arqueologia sergipana ganha um sentido acadêmico e se institucionaliza.

Em 1982, o prof. Fernando Lins de Carvalho foi selecionado para um Curso de Arqueologia Pré-histórica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Museu Câmara Cascudo, coordenado pelo Dr. Vicente Tassone. Embora não tendo concluído o curso, ao retornar a Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Setor de Antropologia, implantou-se, em 1983, um núcleo de estudos, práticos e teóricos, na área de Arqueologia, com adesão de alunos dos cursos de História e Geografia. No mês de maio de 1983, foram iniciadas atividades de campo do referido núcleo.

Em novembro de 1984, incorporou-se ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas a arqueóloga Nádia Pimentel de Santana, que, em 1985, foi contratada pelo Governo do Estado de Sergipe e colocada à disposição da UFS/DPS – Setor de Antropologia, tendo assumido a coordenação do núcleo. Em abril do mesmo ano, foi dado início ao **Projeto de Levantamento e Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe**, que tinha como objetivo localizar sítios pré-históricos e históricos. Em junho, três professoras de História, oriundas do núcleo de estudos, foram contratadas pelo Governo do Estado e colocadas à disposição da UFS: Sônia Vitória, Suely Amâncio e Cleonice Vergner que passaram a formar o corpo técnico do núcleo.

Em setembro de 1985, a Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC), sob a presidência do Prof. Fernando Lins de Carvalho, criou o *Núcleo de Pesquisas Arqueológicas*, através da Portaria nº 145/85, de 09/09/85. Iniciaram-se, pois, entendimentos para a concretização de um convênio entre Universidade Federal de Sergipe e FUNDESC, objetivando a um melhor desenvolvimento das pesquisas no Estado.

Em setembro de 1986, foi celebrado o convênio, e o Prof. Fernando Lins de Carvalho assumiu a supervisão do N.P.A.. Em janeiro de 1987, deu-se o pedido de afastamento da arqueóloga Nádia Pimentel de Santana da coordenação do núcleo, assumindo em março, o Prof. Luiz Alberto dos Santos.

Em janeiro de 1988, foi assinado um convênio com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), para o trabalho de salvamento arqueológico da região a ser inundada com a represa de Xingó, pois dentro do **Projeto de Levantamento e Mapeamento dos Sítios Arqueológicos do Estado de Sergipe** já haviam identificados sítios arqueológicos na região. Em abril, o Prof. Fernando Lins reassume a coordenação do N.P.A., e em maio é instalado um laboratório de pesquisas em Piranhas – Alagoas.

As campanhas de pesquisas realizadas pela equipe do Projeto Arqueológico de Xingó – PAX realizadas em boa parte da década de 1990, dentro do processo de salvamento arqueológico para a implantação da Usina Hidrelétrica de Xingó, identificaram em torno de 223 sítios arqueológicos, sítios pré-históricos de arte rupestre e a céu aberto, nas áreas dos estados de Sergipe, Alagoas e Bahia, propiciando, assim, uma visibilidade ao nível nacional de um passado indígena na região, mas a importância desse passado e sua função para a sociedade são pontos que permaneceram omissos até hoje.

Nos últimos anos, foram várias as críticas referentes à maneira como foi conduzida a pesquisa do PAX, nas margens do São Francisco. Por isso, no artigo do pesquisador Lúcio Menezes Ferreira (2005), intitulado “Transposição de identidades: o patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco”. O autor, participante direto das atividades que ocorreram na década de 1990, expõe severas críticas à maneira como foi delineada a pesquisa, sobretudo, no sentido de aproximação da pesquisa com as comunidades ribeirinhas e indígenas.

O pesquisador denuncia que, desde 1988, quando se iniciaram as atividades de pesquisa financiada pelo convênio com a CHESF, até junho de 1994, ano de enchimento do reservatório da Usina, mapeou-se a quantidade de 73 sítios arqueológicos, 15 de arte rupestre e 58 a céu aberto, a serem trabalhados pelo projeto. Contudo, não foi elaborada uma única interpretação arqueológica sobre os grupos que ali viveram, pois, geralmente, quando havia publicações referentes ao contexto arqueológico da região, estes se resumiam, em grande maioria, em relatórios de consultorias técnicas. Apenas um único artigo se aventurou a tecer hipóteses de povoamento da região, fundamentado em observações paleoambientais, literatura etnográfica e arqueológica, de autoria do geógrafo Aziz Ab'Saber, nos Cadernos de Arqueologia, intitulado “O Homem dos terraços de Xingó”⁶ (FERREIRA, 2005).

Apesar da inegável qualidade dos relatórios de consultoria publicados pelos **Cadernos de Arqueologia**, divulgação financiada pelos patrocinadores do PAX, mais de uma década de pesquisa não foi suficiente para estabelecer dados empíricos devidamente sistematizados, não nos deixando surpreso o fato da ausência de qualquer interpretação sobre os grupos indígenas que viveram, na região, em períodos pré-coloniais. Segundo Ferreira (2005), a catalogação dos vestígios realizada em galpões da CHESF, ao invés de ser em laboratórios bem equipados, resultou na perda da confiabilidade da documentação. O citado autor destaca que:

Houve não só o desaparecimento de vestígios, mas também, muitas vezes, as etiquetas acopladas aos materiais se achavam rasuradas, ininteligíveis, sem as datas de preenchimento e, o que é pior, sem indicação completa de proveniência – quadra, nível ou setor do sítio. Noutros casos, houve um descompasso entre as descrições contidas na etiqueta-mestra (mantida junto ao material arqueológico) e o seu respectivo canhoto (mantido em arquivo no “laboratório”), isto é, as etiquetas que acompanhavam as peças arqueológicas as descreviam como pertencentes a um nível e setor do sítio, enquanto os canhotos, paradoxalmente, registravam, para as mesmas peças, um outro

⁶ AB'SABER, Aziz Nacib. O Homem dos Terraços de Xingó. Cadernos de Arqueologia. PAX/UFS/CHESF/PETROBRÁS: Documento 6. 1997

nível e setor, completamente diferenciados. Se toda escavação voluntariamente destrói os sítios arqueológicos para fabricar o passado, as realizadas à montante do Baixo São Francisco destruíram voluntariamente para, involuntariamente, fabricar documentos apócrifos (FERREIRA, 2005: 55).

Ainda em seu artigo, Ferreira (2005) desenvolve críticas no ao posicionamento teórico-metodológico adotado nas pesquisas do PAX. Não entrarei em detalhes nessa seara, mas partilharei de críticas que se unem à proposta de pesquisa que está sendo idealizada para a região.

Assim, a maneira como foram conduzidas as pesquisas em Xingó levou a perda de uma boa oportunidade de se entender os fluxos históricos de construção das identidades sociais e culturais de parte da região, pois “nunca tiveram como objetivo reescrever a História para reescrever os significados tradicionalmente atribuídos às etnicidades da região” (FERREIRA, 2005: 59). Isso fica tão visível, que, em 1994, sem o consentimento de qualquer setor da UFS, e sem a mínima participação das comunidades ribeirinhas e dos índios Xocó, a CHESF, juntamente com a coordenadora técnica do PAX, resolveu montar um “Ecomuseu”, nas dependências do Xingó Parque Hotel, na cidade de Canindé do São Francisco – SE, que, dentro dos planos museológicos e arqueológicos representou um grande desfavor ao progresso da ciência (FERREIRA, 2005).

Portanto, para encermos a análise desse contexto arqueológico, nós encontramos um exemplo do total distanciamento que a pesquisa arqueológica pode ter para com a grupos ribeirinhos e indígenas, e, dando prosseguimento ao contexto arqueológico que pretendemos construir, termino com uma mensagem que me inspira por saber que não sou o único querendo mudanças para essa região. Vejamos:

[...] a Arqueologia do Baixo São Francisco poderia tornar-se um chave decisiva para se entender não apenas o passado de uma região, mas, sobretudo, para se pensar alternativas para um futuro de integração, respeito pelas comunidades e desenvolvimento autossustentado (FERREIRA, 2005: 64).

No entanto, no que concerne à existência de sítios arqueológicos parcialmente ou totalmente submersos, temos dados que alimentam a possibilidade de um frutífero contexto arqueológico a ser trabalhado na região. Começarei elencando os naufrágios

que identificamos, conforme pesquisa histórica em bibliografia específica da região e no arquivo do Museu Casa do Penedo.

Segundo Aminadab Valente (1957), em 5 de janeiro de 1870, a Companhia Pernambucana, responsável pelo tráfego de vapores no trecho entre Bahia e Recife, e que também aportava em Penedo, teve um prejuízo na sua frota no Pontal da Barra do São Francisco. O vapor “Potengi” naufragou devido à impetuosidade do mar em um dia invernos.

As autoridades e justiça tomaram as devidas providências, ao que parece as normas não estavam regulares e exigidas pela legislação em vigor, a julgar pelas respostas dadas ao Juiz de Direito, em 1º de Agosto de 1870, solicitadas pelo presidente da província, José Bento Figueiredo Júnior. Este exigiu que os salvos do vapor “Potengi” devessem ser transportados para a Alfândega, e não para o armazém da Companhia Pernambucana, em Penedo, como assim fizeram, e ainda de acordo com o código comercial, as mercadorias deveriam ser vendidas em hasta pública, adiantando que os objetos reclamados pelos carregadores ou consignatários só deveriam ser entregues, mediante conferência cautelosa (VALENTE, 1957).

Dias antes ao naufrágio, havia encalhado e naufragado uma barca, havendo o presidente da Província mandado depositar os salvos nos armazéns da Alfândega. Na madrugada de 17 de dezembro de 1874, nos baixios D. Rodrigo, nas proximidades de Coruripe – AL, aconteceu o sinistro do navio da Companhia Bahiana “Sinimbú”, um vapor de rodas laterais (**Figuras 4 e 5**), quando o mesmo se dirigia a Penedo. Todos os naufragos foram resgatados, chegando a salvo em Penedo, mas sua carga foi perdida completamente (VALENTE, 1957).

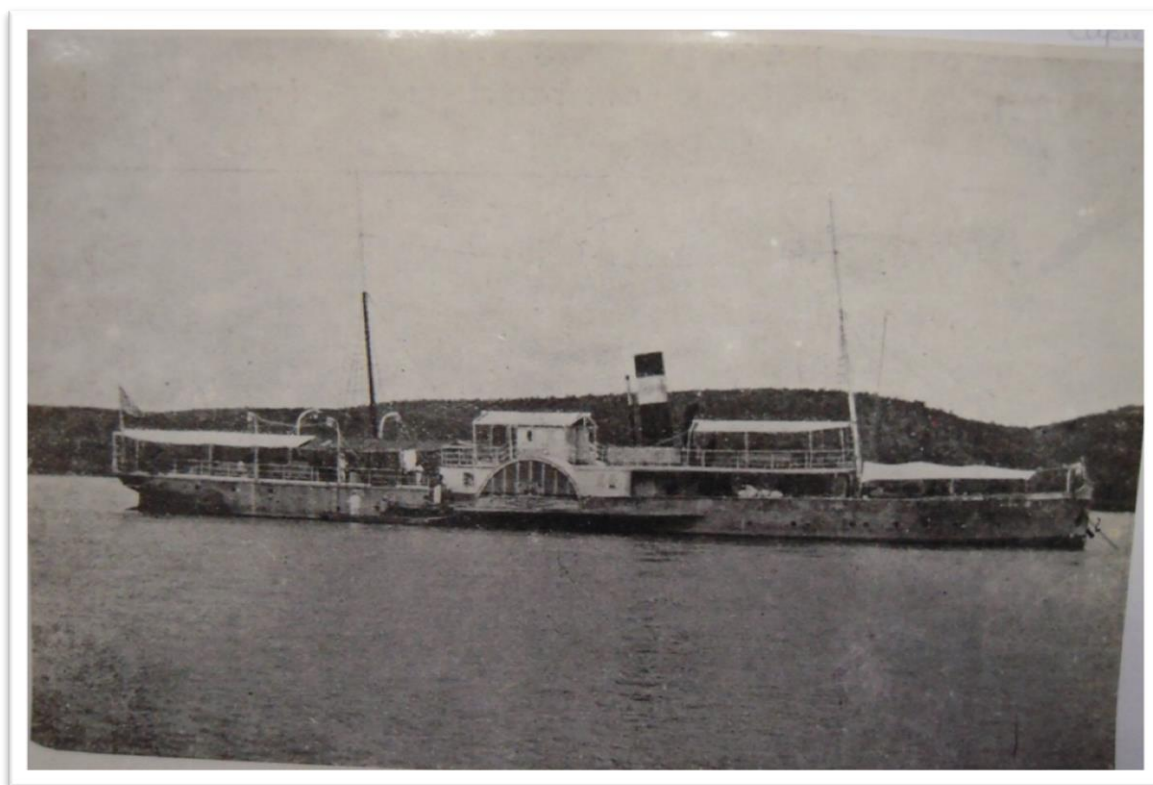


Figura 4 – O vapor “Sinimbú” em Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo

Entre os naufragos do vapor “Sinimbú”, estava frei Camilo, guardião do Convento de São Francisco, que vinha de Recife. Também, nos baixios D. Francisco, no dia 8 de janeiro de 1880, naufragou o navio “Henriete”, que se destinava a Penedo, conduzindo trilhos para a Estrada de Ferro Paulo Afonso, no início de sua construção. O navio foi abandonado pela impossibilidade de salvamento, mas estava no seguro (VALENTE, 1957).

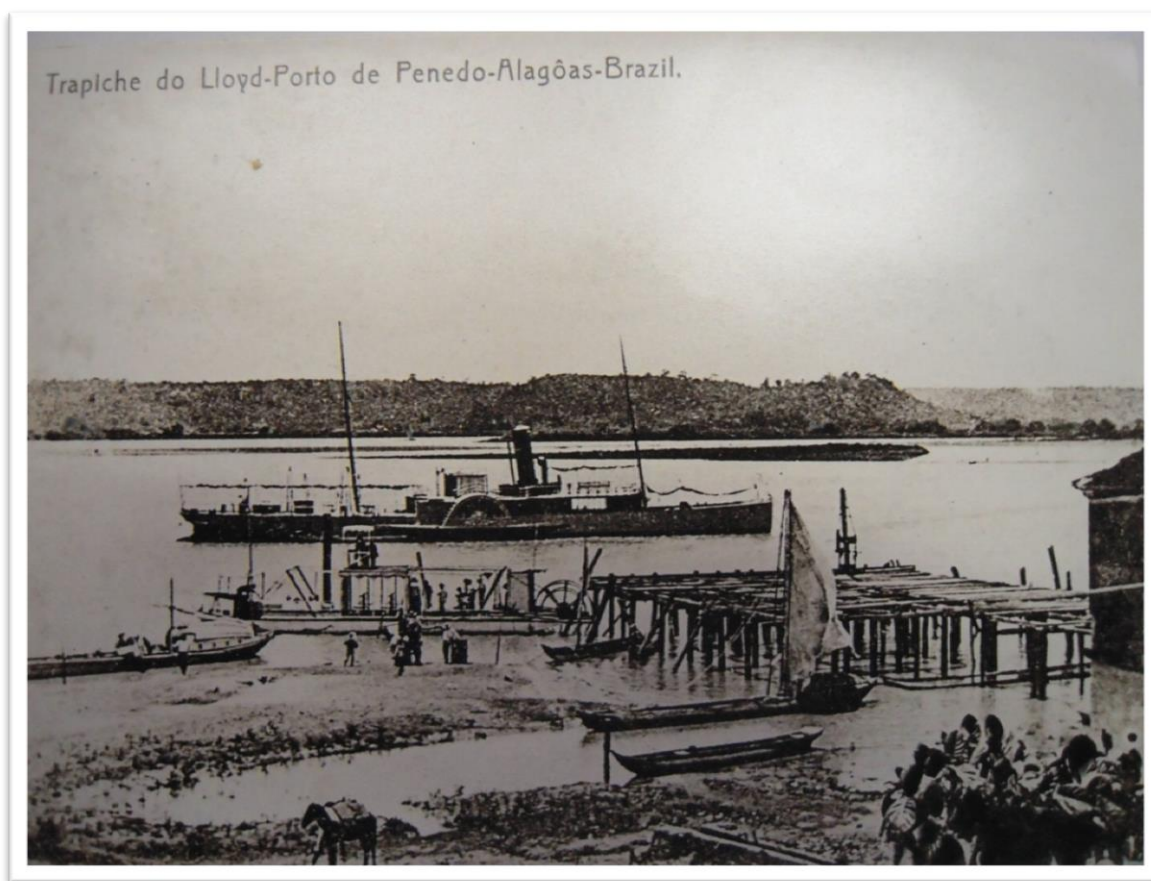


Figura 5 – O vapor “Sinimbu” próximo ao Porto de Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo

Em 10 de abril de 1917, perdeu-se entre Penedo e Piranhas – AL, a lancha da Companhia Pernambucana, denominada “Moxotó”, naufragada a 162 quilômetros de Penedo devido a um forte temporal (VALENTE, 1957). Segundo documentos analisados no arquivo do Museu Casa do Penedo, 16 pessoas morreram no naufrágio.

De acordo com os dados disponibilizados pelo **Serviço de Documentação da Marinha**, o número de naufrágios registrados no baixo rio São Francisco é maior que o montante apresentado por Aminadab Valente (1957), como podemos ver na tabela a seguir:

Naufrágio	Classe	UF	Latitude	Longitude	Bandeira	Ano	Local
Bolívia	Chata	Alagoas	09°41'	035°40'W	Portugal	1923	Na Barra do São Francisco ⁷
S/ nome	Barca	Alagoas	09°41'	035°40'W	Portugal	1950	Entre Penedo e Neópolis ⁸
São Benedito	Barcaça	Alagoas	09°41'	035°40'W	Brasil	1948	No banco norte da barra de Penedo ⁹
São Cristovão	Iate	Alagoas	09°41'	035°40'W	Brasil	1943	Na Barra do São Francisco ¹⁰
River	Barcaça	Alagoas	09°41'	035°40'W	Brasil	1938	Afundou perto de Penedo ¹¹

Outro fator que nos leva a inferir sobre a presença de sítios arqueológicos nas proximidades dos municípios de Neópolis-SE e Penedo-AL – no caso um possível sítio de naufrágio(s) – refere-se à existência de três canhões e uma âncora que estão sob a guarda do Memorial de Sergipe da Universidade Tiradentes. A instituição tem como parte do seu acervo esses artefatos, todos provenientes da região do baixo rio São Francisco.

⁷ Fonte: Listagem de sinistros da costa brasileira do Arquivo da Marinha, Rios e Lagos.

⁸ Idem.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem. e BRASIL, Marinha do. Jurisprudência do Tribunal marítimo. Vol. II, III, IV, V, VI, VII, VIII. 1934 – 1950.



Figura 6 – Peças pertencentes ao acervo do Memorial de Sergipe da Universidade Tiradentes. (Acervo Pessoal)

As peças foram oferecidas e adquiridas pelo Memorial de Sergipe, por meio da compra a um pescador/mergulhador da região – de vulgo Bruno Peixe, que, supostamente, também teria vendido peças retiradas do rio para o Museu Casa do Penedo.

Atendendo à solicitação da Procuradoria da República de Sergipe, conforme Ofício MPF/PRSE/LNT nº 330/2009, o Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos da Universidade Federal de Sergipe realizou a inspeção das peças do acervo do Memorial de Sergipe, constando que as mesmas remetiam ao século XVII, XVIII e XIX (RELATÓRIO, 2009). Curiosamente, as peças do acervo do Museu Casa do Penedo se diferem tipologicamente das do Memorial de Sergipe, mas a cronologia e os locais de fabricação são bem similares.



Figura 7 – Peças pertencentes ao acervo do Museu Casa do Penedo. (Acervo Pessoal)

Se por um lado esses artefatos iluminam os caminhos para a localização de um interessante contexto arqueológico, por outro revelam a situação de risco em que o patrimônio cultural subaquático está exposto. Portanto, um projeto que objetive, por meio do conhecimento, a gestão e proteção desse patrimônio, que se encontra em risco, é uma necessidade que se faz indispensável resolvermos. Sendo assim, uma **Carta Arqueológica do Patrimônio Cultural Subaquático** para o baixo rio São Francisco é uma ferramenta política que pode estar gerando mudanças no que concernem a políticas públicas culturais.

Ainda no município de Penedo-AL, temos a informação da existência de um sítio de naufrágio, o Vapor “Comendador Peixoto” (**Figuras 7, 8 e 9**), que, pela baixa profundidade em que se encontra, tornou-se um alvo fácil de pilhagens, nas últimas décadas. Por isso, ao estudá-lo, estaremos produzindo um conhecimento ainda não explorado nessa região, e, sobretudo, valorizando um sentimento nostálgico sobre os

vapores que navegaram nessas águas, sentimentos e memórias ainda bem presentes nas comunidades estabelecidas nas margens do rio São Francisco. Tudo isso até o presente momento, foi deixado de lado, enquanto um objeto a ser estudado, e, principalmente, um patrimônio a ser preservado.

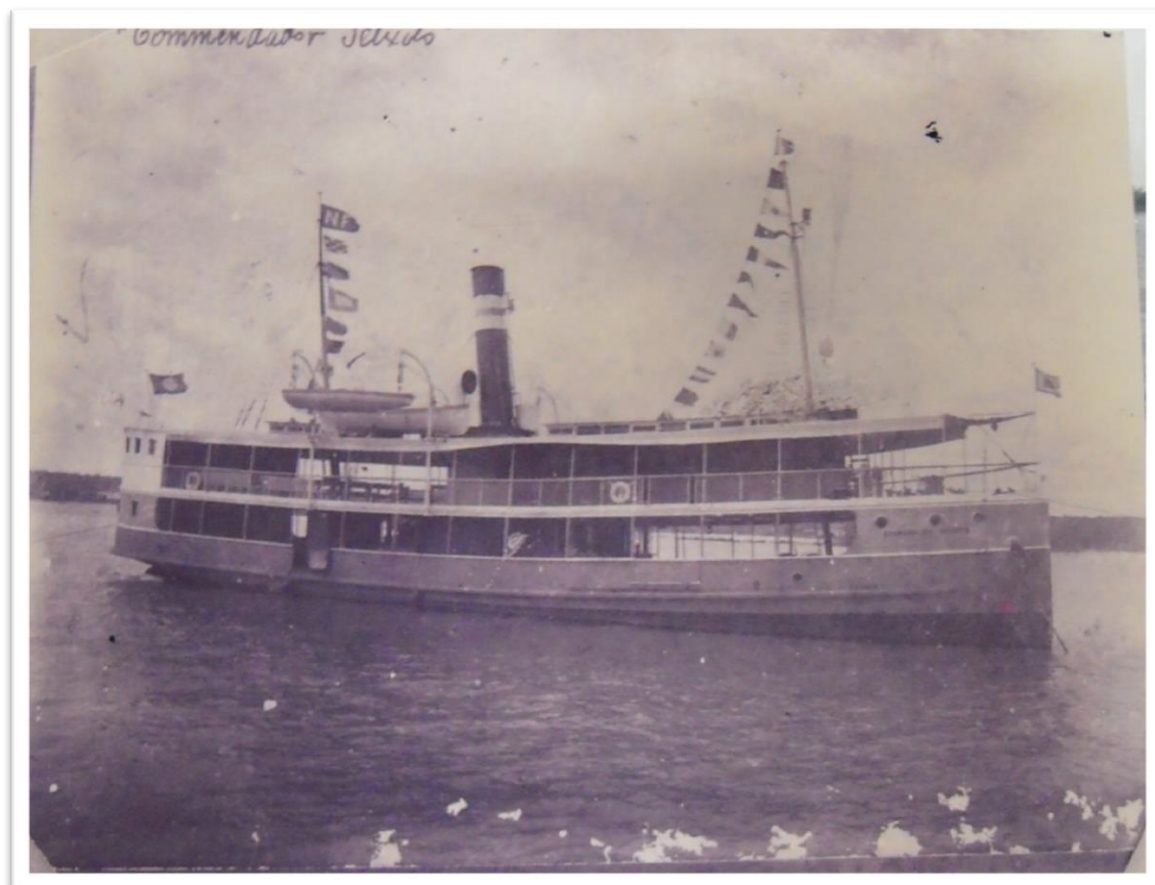


Figura 8 – Vapor “Comendador Peixoto”, 1920. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo

Segundo o Sr. Francisco Alberto Sales¹², estudioso da história de Penedo e proprietário da Fundação e Museu Casa do Penedo, o estado de conservação do naufrágio é muito delicado, devido a sua localização, ao lado da rampa da balsa (antiga área do porto) e por se encontrar, praticamente, na beira do rio. Hoje, o naufrágio encontra-se assoreado, mas essa é uma questão que ainda deve ser verificada *in situ*.

O principal problema implícito no estudo desse vapor, como de outras embarcações do baixo São Francisco, é a pouca documentação e produção existente no sentido de suas histórias. Sabe-se que o “Comendador Peixoto” navegou ao realizar o

¹² Entrevista concedida em visita ao Museu Casa do Penedo no dia 11/01/2013.

transporte de passageiros e carga pelo baixo rio São Francisco, da década de 1920 a 1960, mas pouco registro escrito encontra-se, pois as nossas grandes fontes de informação são as poucas pessoas ainda vivas que chegaram a navegar na embarcação, seja na primeira classe, na segunda classe ou como tripulante. Logo, o resgate e o registro dessas memórias torna-se uma atividade fundamental no processo de implementação de uma pesquisa arqueológica na área.



Figura 9 – Vapor “Comendador Peixoto” ancorado em Penedo, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo

Nota-se que o registro mais contundente sobre a história do vapor “Comendador Peixoto” foi a reportagem elaborada pela revista Graciliano¹³, editada pela Imprensa Oficial Graciliano Ramos de Alagoas, que, em sua sexta edição com a temática “Um mergulho no rio São Francisco”, publicou a matéria de Mário Lima, intitulada “O Naufrágio do Comendador Peixoto: A trajetória da embarcação que virou símbolo de apogeu e declínio de um era”. Trata-se de uma riquíssima reportagem que traz personagens, com inúmeras experiências de vida no vapor, para contar a história do seu

¹³ Revista Graciliano. CEPAL/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió. Ano II, N° 6. Junho de 2010.

naufrágio, devido à proibição da navegação a vapor em 1964, e salientar a importância de sua preservação, que não aconteceu na época, pois foi preferível seu desmantelo e abandono.



Figura 10 – Vapor Comendador Peixoto, sem data. Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo

Portanto, utilizando como base as entrevistas realizadas pela revista, construirei um breve histórico sobre esse naufrágio do vapor, mostrando a sua importância para as comunidades ribeirinhas do baixo São Francisco.

Vindo da Inglaterra para a navegação no rio Amazonas, e, depois, relocado para Penedo, o vapor “Comendador Peixoto” era responsável pelo transporte de passageiros e de carga de Penedo até o sertão, em Piranhas – AL. Ele partia de Penedo, na manhã da segunda-feira, e chegava a Piranhas na quarta, com volta prevista para quinta. O pernoite era realizado em Pão de Açúcar – AL e, para atender comerciantes e feirantes, a tripulação parava em todos os portos do caminho, na ida e na volta.

Em 1964, foi emitida uma ordem do governo federal para extinguir a navegação a vapor, bem como a malha ferroviária no Brasil. No caso da navegação a vapor, utilizaram como justificativa evitar o desmatamento propiciado pelo uso de lenha nos navios. No entanto, quatro anos antes o navio foi totalmente recuperado, dentro de um projeto do Plano de Recuperação do São Francisco, e lançado ao rio, de volta ao trecho entre Piranhas e Penedo¹⁴. Mesmo quando foi decidido abandonar o vapor, ele estava em ótimo estado, ainda podendo navegar sem nenhum tipo de problema.



Figura 11 – Vapor Comendador Peixoto na proximidade do porto de Penedo, sem data.
Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo

Fundado ao lado do porto, ele permaneceu até seu fim trágico, quando foi quase completamente desmantelado para ser vendido a um ferro-velho de Recife. Mas não conseguiram apagar o navio da memória dos penedenses, que, até hoje, não aceitam o destino trágico que levou um dos últimos vapores do baixo São Francisco. Segundo a matéria da revista Graciliano, em 2008, uma equipe de mergulhadores da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) realizou, a pedido do governo de Alagoas, um mergulho de observação, no intuito de saber as condições que apresentava o naufrágio

¹⁴ Informação noticiada pelo Jornal de Penedo do dia 18/12/1960. Disponível: Acervo Museu Casa do Penedo - AD/Transporte Urbano, pasta Nº 8, A5 G3.

que estava a 5 metros de profundidade, para se pensar em alternativas de resgate do “Comendador”. Contudo, a equipe de mergulhadores da CHESF constatou que ele estava bastante aterrado, com quatro a cinco buracos grandes no casco de ferro, mas ainda era possível ver duas escotilhas e as hélices, que estavam cobertas por crostas.



Figura 12 – Passageiros da primeira classe do vapor Comendador Peixoto, sem data.
Fonte: Acervo Museu Casa do Penedo

Para finalizarmos esse ensaio sobre o contexto arqueológico da região, que se pretende estudar, por meio de uma Arqueologia de ambientes aquáticos, apresentaremos o caso do Farol do Cabeço, primeiro sítio arqueológico subaquático cadastrado em Sergipe, e o próprio povoado do Cabeço.

Em meados da década de 1990, o povoado do Cabeço começou a sofrer intensos processos erosivos pela ação do mar, resultado dos impactos trazidos com a implantação das Usinas Hidrelétricas no percurso do rio São Francisco, promovendo a perda de força na sua vazão. Por isso, gradativamente, as casas foram sendo destruídas pelo mar, obrigando a saída dos seus moradores.

Suguio (1992) e Bird (2008) dizem que delta é um depósito sedimentar aluvial formado por um curso fluvial, desembocando em um corpo de água com relativa

calmaria (laguna, lago, mar, oceano, etc.), cuja porção subaérea apresenta-se em planta com forma triangular. Em relação aos processos naturais que interferem na desembocadura do rio São Francisco, ocorria acumulação de sedimentos mais rápida do que a remoção pelos processos costeiros. Na Classificação dos Sistemas Deltaicos, o delta do São Francisco é dominado por ondas (processos marinhos são maiores que os processos fluviais), é considerado um delta destrutivo, onde a energia da bacia receptora é alta.

Os deltas de maré vazante são acúmulos de sedimentos nas desembocaduras dos rios e a sua dinâmica resulta na progradação ou erosão da linha de costa, quando essas barras arenosas se movimentam (barlamar ou sotamar). Em casos de movimentação dessa acumulação, ocorre diminuição do fornecimento de sedimentos no lado oposto resultando em erosão. Os deltas de maré vazante também agem como inibidores da ação das ondas nas áreas extremamente instáveis, com intensa ação fluviomarinha, nas desembocaduras de rios.

O delta do São Francisco apresenta uma tendência natural à acumulação de sedimentos a barlamar e erosão a sotamar, devido à influência da deriva litorânea (Corrente do Brasil – CB), com ação de nordeste a sudoeste. Isto é, a zona costeira da desembocadura do Rio São Francisco tende a acumular sedimentos nas dunas de Alagoas, trazidos pela deriva litorânea e erodir as terras úmidas de Sergipe, próximas a foz, mas fornecendo sedimentos para toda a porção costeira sergipana. Com a interferência humana na dinâmica sedimentar do rio São Francisco e com a construção de hidroelétricas, o balanço de sedimentos tornou-se negativo, ou seja, ocorre mais erosão do que depósito de sedimentos na foz. O alto fornecimento de sedimentos, típico do rio São Francisco, era responsável pela manutenção do delta de maré vazante e consequente diminuição da ação destrutiva das ondas oceânicas.

Formoso (2008) coloca que os sedimentos que deveriam chegar à zona costeira e estuarina ficam retidos nos reservatórios dessa série de hidroelétricas, ao longo do rio, ocasionando em um balanço sedimentar negativo prevalecente, entre os anos de 1979-2007. Essa diminuição drástica do fornecimento de sedimentos permitiu a invasão do mar, onde antes era um espaço fluvial ou terrestre, desencadeando mudanças na corrente fluvial, habitat de animais, etc. Ocorre, então, uma tendência natural à erosão do sotamar do Delta do São Francisco e as áreas afogadas por influência marinha tiveram

seus processos intensamente acelerados pela construção das hidroelétricas em todo o percurso do rio. Em curto prazo, essa diminuição do fornecimento de sedimentos poderá ocasionar o recuo da costa sergipana.

Atualmente, muitas das famílias que ali residiam passaram a habitar no povoado mais próximo, “Saramém”, que fica a cerca de 4 km rio acima. O Cabeço era relativamente populoso, mesmo de difícil acesso por via terrestre. Lá moravam cerca de 150 famílias, totalizando mais de 400 pessoas, possuía o Farol e outros logradouros públicos como: escola, igreja, cemitério e porto.

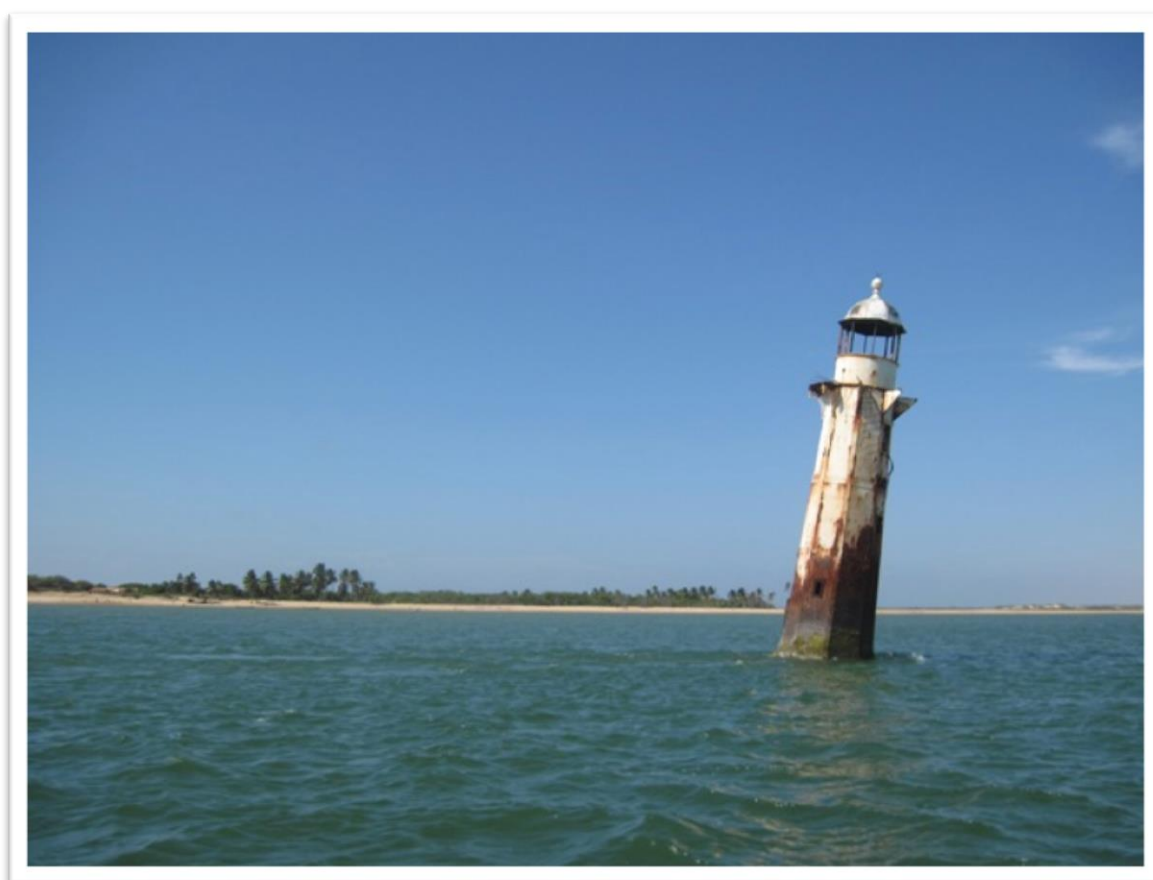


Figura 13 - Farol do Cabeço, localizado na foz do Rio São Francisco. Fonte: [www.canoadetolda.org. br](http://www.canoadetolda.org.br)

Atualmente, qualquer resquício do povoado está embaixo d’água, exceto o farol, o único testemunho visível na superfície que marca o local onde existiu uma comunidade de pescadores. Por isso, o farol tem um grande significado para as pessoas

que um dia ali viveram, pois, mais que um símbolo na paisagem, ele é um marco na memória delas, ou, partindo de outra ótica, um símbolo de um trauma cultural.

[...] el trauma cultural implica una revisión de las identidades colectivas: se trata de un proceso sociológico durante el cual, se define el daño inflingido a una colectividad, se establecen las víctimas, se atribuyen responsabilidades y se distribuyen las consecuencias materiales e ideales.(GONZÁLEZ-RUIBAL, 2009: 109)

Portanto, preservar esse marco foi um ato importantíssimo e louvável, pois, mais do que o interesse histórico ou arqueológico, o patrimônio deve ser significativo para as pessoas que convivem ou conviveram com ele. Assim, dentro desse processo democrático, devemos procurar saber o que deve ser preservado e estudado, pois, para alguns, uma casa de taipa tem mais importância do que uma construção de pedra e cal, isto é, uma canoa pode ser mais relevante que um galeão.


FAROL SÃO FRANCISCO DO NORTE NOME: 429		SISTEMA AUTOMÁTICO	
		SUBORDINAÇÃO: CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE	
		INAUGURAÇÃO: 1856 MODIFICAÇÕES: 1932, 1957 e 1985	
		LOCALIDADE: NO PORTAL SUL DA BARRA-LOCAL DEN; SAMOUCO	
		COORDENADAS - LATITUDE: 10° 31' S LONGITUDE: 36° 24' W	
		DESCRIÇÃO: TORRE OCTOGONAL DE FERRO	
		ESTRUTURA: PINTURA: BRANCA	
		ALTURA FOCAL: 16 METROS	
		ALTITUDE DO FOCO: 18 METROS ALCANCE GEGRÁFICO: 28 MILHAS	
		CARACTERÍSTICAS: 1 LAMPEJO BRANCO EM CADA 6 SEGUNDOS	
		FASES DETALHADAS: B. 0,5 Sec. 5,5 - PERÍODO 6 SEGUNDOS	
LANTERNA: CONDEAL DIÂMETRO: 250 MM BRANCA			
LENTE: TIPO: DE COLIMAÇÃO VIDROS: PLANOS			
DIÂMETRO: CONDEAL CURVOS:			
PRODUTOR DE FASES: CONDEAL			
RICO DE: LITROS/HORA VÁLV. SOLAR: FOTOCELULA			
INTENS. LUMINOSA: LAMPADA ALC. LUMINOSO: 28 MILHAS			
SETOR COLORIDO: CÓR: BATERIA TIPO: EPI-40			
SETOR DE: ALIMENTADA POR PAINEL SOLAR QUANTIDADE: 2			
VISIBILIDADE: A MÉDIA DA CARGA: MESES:			
LOTAÇÃO: DESQUARNECIDO OBSERVAÇÕES:			
EDIFICAÇÕES:			

Figura 14 - Ficha com as especificações técnicas do farol. Fonte: Capitania dos Portos de Sergipe, Pasta do Tombo.

Desde 1856, a foz do São Francisco foi sinalizada para a segurança da navegação. No início, a sinalização era realizada por um candeeiro que era suspenso durante a noite por um mastro onde, hoje, é o lado alagoano. Depois, em 1873, esse aparato precário foi substituído pelo atual farol pré-fabricado de 16 metros, construído em chapas de ferro por uma fábrica escocesa e equipado com uma lente de 4ª ordem de luz fixa, de alcance de 10 milhas. Ele foi importado em um lote de nove faróis que vieram incrementar o sistema de iluminação costeira do nosso país, que, naquela época, contava-se com apenas 13, ao longo do o imenso litoral. Poucos faróis desse lote ainda existem, como é caso do Farol de Itapuã que foi tombado, em 1973, pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), no centenário de sua inauguração. Desde que foi inaugurado, o farol de São Francisco do Norte foi assolado pelas marés. Em 1884, ele teve que ser transferido da margem esquerda para o local, que atualmente, está, pois as dependências de apoio haviam sido invadidas pela água e abandonadas¹⁵.

Portanto, como foi possível observar no presente capítulo, o baixo rio São Francisco possui um relevante contexto histórico e arqueológico a ser trabalhado. Por isso, torna-se necessário elaborarmos uma metodologia que possibilite não só o estudo dos sítios arqueológicos, mas também propicie o resgate de memórias e a inclusão de vozes que, até então, foram ignoradas e excluídas do processo de construção do passado. Assim, seguiremos para o próximo capítulo, no qual apresentarei um esboço de uma metodologia a ser aplicada na região.

¹⁵ Informações disponíveis em: < <http://faroisbrasil.com.br/farois/farol%20snorte.htm> >

Capítulo IV – Pensando uma metodologia para o baixo São Francisco

Como havia mencionado no capítulo II, aprofundaremos, a partir desse momento, a discussão sobre a metodologia pós-processual desenvolvida para o sítio de *Çatalhöyük* (HODDER, 1998), utilizando como base de delineamento uma Arqueologia de ambientes aquáticos a ser empreendida no baixo São Francisco. Adaptar esse modelo ao nosso contexto implica modificarmos ou acrescentarmos características de acordo com a demanda de nossas necessidades. Portanto, após apresentar o modelo de Ian Hodder irei focar na exposição da pesquisa qualitativa, comumente utilizada nas ciências sociais como uma ferramenta colaborativa a nossa causa, a de criar uma Arqueologia aberta à participação da sociedade, mas preocupada com a consequência dessa integração, ou seja, a preservação do patrimônio, que será carregado de múltiplos significados.

Antes de partir para a discussão do que Hodder chamou de “os 12 passos da metodologia pós-processual utilizada em *Çatalhöyük*”, retornarei para a discussão dos quatro temas que se fizeram presentes na idealização de sua Arqueologia interpretativa/reflexiva, e que considero relevantes para a pesquisa arqueológica subaquática, objetivando repensar a nossa maneira de fazer Arqueologia, adequando-nos aos novos tempos, mas buscando resolver velhas necessidades.

Os quatro temas que se fizeram presentes no desenvolver da metodologia de Hodder (1998), foram: **reflexão**, **relacionalidade** ou **contextualidade**, **interação** e **multivocalidade**. No entanto, para prosseguirmos com metodologia, é necessário digerimos melhor essa reflexão. Sendo assim, iniciarei um melhor aprofundamento das características que se devem manter claras na Arqueologia a ser arquitetada.

Segundo o citado pesquisador britânico, um interesse se faz bem presente nesses quatro pontos, o de rompermos os limites e dicotomias da disciplina. Ele afirma que os arqueólogos passaram muito tempo, ao longo da sua história, tendo que defender o patrimônio arqueológico dos antiquários, dos depredadores, criacionistas, usuários de detector de metais, enfim, dos grupos que acabamos qualificando como “marginais”. Deste modo, ao mantermos esses grupos totalmente fora da disciplina,

consequentemente, ao mantemos estrito esses limites, mesmo que eficazes em algumas situações, acabamos restringindo a possibilidade de diálogo e compromisso, assim como exemplifica o autor:

[...] muchos arqueólogos, al menos en Gran Bretaña, se dan cuenta ahora de que pueden colaborar con usuarios de detectores de metales en un marco que implica educación y mutua comprensión. El conflicto de los reihumadores en Australia y Estados Unidos ha supuesto un amplio toma y daca por ambas partes (HODDER, 1998: 9).

Paulatinamente, a Arqueologia vem percebendo que necessita incorporar uma diversidade de orientações e estabelecer uma diversidade de mecanismos para envolver-se com o passado. A consequência de idealizar uma Arqueologia integrativa é o de reformularmos as próprias estruturas da disciplina, configurando o relacionamento entre as diversas especialidades. Nas últimas décadas, a disciplina arqueológica vem se diversificando com muito êxito, levando ao surgimento de uma pluralidade de especialistas. Por mais necessária e sadia que foi essa diversificação, agora chegou a hora de integração e de uma investigação que rompa com os limites das especialidades. Assim sendo, devido à necessidade de relacionalidade e interatividade, no processo arqueológico, temos que identificar novos objetos de estudo que superem os limites do especialismo (HODDER, 1998).

Consequentemente, ao estabelecimento da integração na disciplina, surge a necessidade de reconhecermos as novas técnicas de informação. Temos que romper as barreiras em torno do sítio, abrindo-o a uma enormidade de visitantes, fomentando a multivocalidade e a interação. Nesse sentido, o autor salienta que:

Sería posible construir nuevos lugares Web que actuaran de alternativa a los "sitios" oficiales. Por ejemplo, hay muchos sitios Web en los que se puede encontrar información sobre el "sitio" (arqueológico) de Catalhöyük. De alguna manera, el único lugar donde Catalhöyük no existe es en Catalhöyük. Quiero decir que la gente construye sus propias versiones de Catalhöyük. Lo pueden hacer en un sitio Web o por otros

medios, o incluso en sus mentes e imaginación. Cuando vienen al yacimiento, lo ven desde su propia perspectiva, de la misma forma que cada equipo que trabaja allí construye su propia orientación. Todas estas interpretaciones variables del yacimiento arqueológico son deudoras de otros "sitios" (otros lugares, otros sitios Web, imaginaciones). La arqueología tiene que ser multi-sitio. Tiene que ser abierta y menos restringida (HODDER, 1998: 10).

É importante entendermos que, ao trabalharmos com uma **Carta Arqueológica**, podemos oportunizar que os sítios arqueológicos tenham suas próprias versões virtuais (Web), isso significa que, em qualquer lugar do mundo, as pessoas podem ter acesso aos sítios, que foram construídos em um espaço virtual, aumentando a possibilidade de que esse patrimônio seja apreciado e reinventado.

Como tínhamos falado anteriormente, temos que romper limites, sobretudo, na formação das equipes que trabalharão no sítio. Cada uma precisa ser muito difusa, aberta e flexível. Como salienta Hodder (1998: 10),

Çatalhöyük yo he tenido cada vez más dificultades en saber claramente quien es y quien no es miembro del equipo. Algunos ni siquiera han estado nunca en el yacimiento (excepto en el sitio Web). Otros han visitado el yacimiento y colaborado pero no podrían calificarse de arqueólogos. Los comentarios que los extraños hacen en la Web han resultado muy útiles y se han incorporado al proceso de investigación de los "equipos".

Deve-se deixar claro que, a partir do momento que incorporamos mais vozes no processo arqueológico e promovemos a integração e adoção de uma postura autorreflexiva, crítica, decorre a diluição da distinta voz do autor único. Assim, o *status* e a autoridade do arqueólogo (autor) se abrem para o desenvolvimento da crítica e se introduz em múltiplos meios de comunicação, diminuindo, deste modo, o lugar privilegiado no mundo escrito. Portanto, como complementa Hodder (1998: 10),

En la medida en que se incrementa la utilización del hipertexto, la linealidad del texto escrito y sus recursos retóricos específicos son reemplazados por flujos de información multicanales y multinodales. El autor desaparece en un flujo de información, de signos que se reemplazan unos a otros en una red abierta.

Percebe-se que a investigação arqueológica e o trabalho de campo podem ser um processo fluído de interpretação, podendo ser reflexivo e participativo, bem como conflituoso, devido às divergentes perspectivas ali colhidas. Na opinião do autor, esta abertura implica em romper, cada vez mais, com as dicotomias e criticar os supostos, se faz, cada vez mais, necessária em um mundo mais homogêneo e diverso. Na arqueologia, não é mais possível conservarmos dogmaticamente as fronteiras da disciplina, já não é mais aceitável afastarmos os sítios das pessoas do mundo exterior, que nos rodeia, como também já não é mais aceitável fecharmos nossos debates dizendo: “estes dados são objetivos”, visto que outros tipos de interesse podem querer dar sentido aos dados de distintas maneiras. Assim, não podemos mais aceitar a perpetuação de uma autoridade arqueológica em um discurso fechado, construído por nós mesmos, arqueólogos (HODDER, 2010).

Destarte, o pesquisador salienta que:

Podemos utilizar la arqueología como um proyecto flexible, abierto y participativo con el fin de romper modelos establecidos de pensamiento y dominación. Así que, de una parte, la arqueologia puede jugar un papel emancipador en el proceso global del post-colonialismo y la era de la información (HODDER, 2010:16).

No entanto, temos que ter consciência de que as mesmas tecnologias que permitem a abertura de um debate podem ser utilizadas para impedir e excluir a discussão, visto que o fluxo pós-moderno de símbolos culturais podem limitar-se facilmente a criação de uma nova elite bem informada, e pessoas simples, que não estão integradas na rede, estão, cada vez mais propensas a uma situação desfavorável, em desvantagem em relação aos centros de dominação dos países desenvolvidos. Assim, as

vozes alternativas acabam se incorporando a um discurso definido e regulado pelo centro de dominação (HODDER, 2010).

Logo, se não criarmos alternativas para incorporar as vozes excluídas e subjugadas dos não acadêmicos, acabaremos carregando uma postura totalmente contraditória. No nosso caso em questão, ao trabalharmos com sítios que estão localizados em ambientes que limitam acessibilidade dessas pessoas, já que é necessário saber mergulhar para visitar os mesmos, ficamos numa situação mais complicada, mas não impossível de resolver. Assim, tal realidade implica um maior engajamento por parte dos arqueólogos, que agora terão que se empenhar na criação de estratégias de integração. Uma possibilidade é levar o sítio a essas pessoas, por meio de apresentações públicas recorrentes. Trata-se de uma alternativa simples que pode trazer resultados, já que essas pessoas não podem ter acesso às informações e reconstituições dos sítios, na base digital, então, nós as levaremos até elas.

Sem mais delonga, partiremos para a exploração das características metodológicas empregadas em *Çatalhöyük*, enquanto um modelo que pode ser adaptado ao nosso contexto de pesquisa. Destaca-se que, ao adaptarmos, poderemos modificar e incrementar novas práticas, de acordo com nossas próprias demandas.

A primeira mudança realizada em *Çatalhöyük*, no que tange à pesquisa arqueológica, foi o de romper com a dissociação existente nas etapas que compõem o estudo de um sítio arqueológico, trabalho de campo e de laboratório, pois os especialistas de laboratório visitam frequentemente o sítio durante o seu processo de escavação. Assim, os especialistas em fauna, arqueobotânica, material lítico, cerâmica, pedologia, geologia, restos humanos, entre outros estão sempre presentes no sítio. Logo, o objetivo das discussões é duplo: do ponto de vista do pessoal de laboratório, obtêm-se constantemente, informação sobre o contexto que está sendo trabalhado, ou seja, “*saber si existe alguna incertidumbre en la adscripción estratigráfica o en la datación de un nivel, hogar u otro contexto, ayuda al experto en cerámica*” (HODDER, 1998: 5); do ponto de vista do pessoal da escavação, as visitas dos especialistas os informam sobre o que está sendo escavado, por exemplo, “*un especialista en fauna puede identificar sobre el terreno la especie animal y las partes del esqueleto*” (HODDER, 1998: 5). Deste modo, isso irá auxiliar o escavador interpretar o que está exumando e a tomar a

decisão adequada nas estratégias de amostragem, o que nos leva a segunda etapa da metodologia pós-processual de Ian Hodder (1998).

A orientação empirista e positivista assume a inviolabilidade objetiva dos dados arqueológicos, o que resulta, frequentemente, no estabelecimento de estratégias de amostragem que podem ser aplicadas em uma gama de contextos, por mais discrepantes que elas sejam, utilizando-se de fórmulas pré-estabelecidas. Em *Çatalhöyük*, tem-se substituído a tomada de decisões sobre as amostragens pela negociação de quais seriam as amostragens prioritárias, de tal modo que:

Cuando el personal de laboratorio visita las áreas de excavación, discute con el personal de campo qué niveles y rasgos se van a muestrear con mayor intensidad (cribado con agua por oposición a cribado en seco, por ejemplo). Los porcentajes de depósitos de determinado tipo, a los que se ha dado prioridad, pueden controlarse. Los contextos prioritarios se mantienen en posteriores análisis de laboratorio. De esta manera, el muestreo (priorización) puede relacionarse con la interpretación cambiante del yacimiento y sus correspondientes rasgos. Se puede amoldar a cada yacimiento en particular y adaptarse a su interpretación. (HODDER, 1998: 6).

Seguindo com o pensamento do autor, outra característica da aproximação empirista e positivista é assumida pela natureza evidente em si mesma do objeto arqueológico. Como ele exemplifica, quando as caixas de material coletado saem do sítio para o laboratório, geralmente, são classificadas como lítico, cerâmica, osso, metal, etc. Será essa classificação que determinará o modo como esses objetos serão estudados e publicados. Esse procedimento, tão comumente praticado na Arqueologia, ou seja, de enviarmos ao especialistas os objetos arqueológicos categorizados por tipo de material, implica arrancá-los de seu contexto. Interpretá-los descontextualizados torna-se difícil, exceto em termos universais. Assim, em *Çatalhöyük*, tem-se dado conta de que este processo não ajuda na compreensão do sítio ou de categorias individuais de objetos. A necessidade de contato e de integração está explícita no empenho em contar com a presença de todo tipo de especialistas no sítio arqueológico, mas também se tem dado

conta de que essas categorias são arbitrárias e que dependem da escala em que se desenvolve o trabalho. Por exemplo:

A escala microscópica pequeños fragmentos de obsidiana pueden utilizarse como desgrasante de cerámica, de forma que entonces no se clasificarían como "piedra" sino como "cerámica". A gran escala, hemos intentado definir "objetos" que sobrepasen las categorías tradicionales. Por ejemplo, el estudio de los "desperdicios", incluye todo tipo de materiales, lo mismo que "objetos", "quemado", "decoración", "alimento" o "domesticación" (HODDER, 1998: 6).

Nesse sentido, faz-se necessário maximizar o contato entre diferentes especialistas. Outro objetivo das visitas da equipe de laboratório é devolver a informação à equipe de campo o mais cedo possível, visando, deste modo, a acabar com a ideia de que escavar é um processo mecânico de registro de dados objetivos. Assim sendo, busca-se favorecer a ideia de escavação como um processo interpretativo. Portanto, para uma adequada interpretação da estratigrafia, seria interessante sabermos a datação da cerâmica de cada nível, ou, para identificar um solo, poderia ser útil sabermos algo sobre o grau de desgaste da cerâmica e do osso. Logo, ao passo que escavamos, necessitamos ter conhecimento do que estamos exumando. Tal habilidade, conjuntamente com nossas interpretações, determinará as estratégias de amostragem a serem realizadas no sítio. Como destaca o autor:

En Catalhoyük al personal de laboratorio se le pide que siga la pista del material de varios niveles y contextos. En otras palabras, examinan el material rápidamente y reenvían los resultados al personal de campo. Otras formas de acelerar el flujo de información incluyen la digitalización de planimetría y registros, de forma que la distribución de elementos pueda consultarse inmediatamente. Es posible hacer histogramas y comparaciones de forma inmediata para que la excavación se desarrolle con el máximo de conocimiento sobre lo que se descubre (HODDER, 1998: 6).

O quinto passo a ser seguido, segundo o pesquisador, seria o estabelecimento de uma base informatizada de dados, pois, numa pesquisa arqueológica que tenha a intenção de conectar os diferentes participantes, é necessário o estabelecimento de uma base de dados integral e fluída. No projeto de *Çatalhöyük*, trabalhou-se com uma rede de informática de maneira que as equipes de campo e laboratório pudessem questionar seus respectivos dados e comentar sobre as interpretações provisórias de seus colegas. Destaque-se que todos os dados, desde o registro de campo, mapas, desenhos, medidas do material lítico e cerâmico, até os diários de campo e filmagens (explicaremos mais a frente), estão disponíveis na mesma base de dados. Dessa maneira, os distintos computadores estão conectados a um computador central que todos têm acesso. Esse alto grau de interconexão significa que as interpretações estão fluidamente sendo realizadas. Desse modo, os “dados” estão sendo, constantemente, reconsiderados e em transformação, como também as conclusões são sempre provisórias (HODDER, 1998).

Segundo Hodder (1998), por mais que se queira criar uma base de dados fluída e flexível, algum grau de estabilidade será necessário, de maneira que permita comparações e o manejo de uma grande quantidade de dados. Mas, qualquer base é uma construção teórica e é relevante que o usuário assim a entenda. O usuário de uma base de dados tem que ser capaz de entender o seu contexto de produção. Assim, em *Çatalhöyük*, tem-se experimentado levar um diário de campo, escrevendo na base com referências cruzadas de forma que, se um usuário desejar saber algo de um nível, seja possível encontrar todos os dados referentes a ele. O diário permite que o usuário compreenda que a pessoa que está escavando conjectura, ao passo que ele escava determinado nível, permitindo, desta maneira, entendermos por que o nível escavado é amostrado de determinada forma, como também examina as escolhas e presunções da equipe. Além disso, escrever um diário permite que à pessoa, que está escavando, uma reflexão sobre o processo de escavação e desenvolvê-lo em relação às perguntas que estão sendo feitas.

O registro em vídeo do processo de escavação propicia a adoção de atitudes reflexivas e é nesse sentido que, em *Çatalhöyük*, todas as discussões ocorridas, quando o pessoal de laboratório visitava o sítio, foram gravadas em vídeos, da mesma maneira que as atividades em campo e em laboratório. Esses vídeos eram digitalizados e

editados em clipes de 1 ou 2 minutos, para incluí-los na base de dados, onde ficavam acessíveis, mediante a busca no sistema. Como esclarece Hodder (1998: 7):

Así, es posible buscar en la base el nivel 321 y encontrar no sólo el objeto, registro de campo y entrada en el diario, sino también el videoclip. Estos clips podrían mostrar al excavador o excavadora del nivel 321 describiendo su trabajo, señalando el nivel y explicando su interpretación. Este proceso facilita la comprensión del usuario de la base mediante una información visualizada. También le permite comprender las presunciones y malos entendidos sobre los que se basó la excavación.

Dessa forma, o “dado” acaba se relativizando dentro de um contexto específico de produção do conhecimento arqueológico. Portanto, a filmagem se iguala ao caso do diário de campo, pois significa que a informação estará circulando entre os membros do projeto, a partir do momento em que se registra e visualiza essas informações. A reflexão irá acontecer quando se pede aos membros do projeto que expliquem seu trabalho e suas conjecturas em frente à câmera (HODDER, 1998).

Ser reflexivo e autocrítico requer uma considerável quantidade de energia empreendida e um compromisso com o conhecimento teórico. Na prática, os arqueólogos têm pouca vontade e tempo para analisarem a si mesmos, além de, a maioria não possui prática na observação de comportamentos culturais atuais. Por conta disso, em *Çatalhöyük*, antropólogos estavam inseridos na equipe do projeto, encarregando-se de estudar o processo de geração do conhecimento arqueológico, participando no dia-a-dia da pesquisa, observando e realizando entrevistas. Uns exploravam a forma em que nossas interpretações se entrelaçam nas pressões e pressupostos inconscientes, enquanto outros estudavam as conversões visuais, mediante o que viam e registravam no sítio (plantas, seções, desenhos de peças, fotografias e vídeos). Outro grupo explorava o impacto da presença do projeto de Arqueologia na comunidade local. Contudo, a presença de pessoas questionando pressupostos tem um efeito desestabilizador nas equipes do projeto, mas é necessária essa falta de estabilidade se aspiramos a uma aproximação crítica e se procuramos trazer respostas ao mundo mutável que está a nossa volta (HODDER, 1998).

Uma preocupação muito relevante demonstrada nesse projeto e que enxergo como palpável à realidade do baixo rio São Francisco, foi a de tomar medidas para inserir na Web toda a base de dados de *Çatalhöyük*, de maneira que permitisse o máximo possível de participação na interpretação do sítio arqueológico, por parte de uma diversidade de grupos, por meio de uma base de dados acessível e multimídia. No entanto, esse tipo de abertura pode acabar gerando um conflito de interesses individuais e de grupo, por permitir o total acesso aos dados do sítio. Essa resistência é geralmente motivada pelo medo de permitir o acesso de outras pessoas a dados, em sua grande maioria, inéditos e não publicados. O autor justifica que:

Desde luego, es factible la aparición de sitios Web alternativos sobre Catalhöyük por parte de grupos de la competencia. Sin embargo, aunque los derechos de grupos e individuos deban ser protegidos, ello no puede justificar el secretismo de la información arqueológica a largo plazo. La accesibilidad inmediata favorece la participación y el compromiso con el propio proceso de investigación. Incrementa la multivocalidad (HODDER, 1998: 8).

Dando continuidade aos preceitos metodológicos do citado autor, é fundamental nos atermos ao fato de que a linearidade do relato arqueológico limita a complexidade das histórias que se podem contar sobre um sítio arqueológico, como também estimula a dissociação entre a evidência e a interpretação, sendo que esta só pode acontecer depois de exposta a evidência. No entanto, o hipertexto¹⁶ permite relações de vias múltiplas e incorpora a multimídia, de tal forma que pode oferecer uma relação narrada e facilita conexões entre a narração e as fotos, as plantas e os dados codificados na cultura material. Portanto, o usuário do hipertexto pode ativar o computador e ir do texto narrativo à evidência do dado como forma de comprovar as bases das interpretações realizadas (HODDER, 1998).

Os arqueólogos sempre confeccionaram plantas, desenhos e modelos das estruturas presentes no sítio, por mais que estas e outras reconstruções permitam

¹⁶ Hipertexto é atualmente definido enquanto o texto disponibilizado pelas redes de computadores, composto por nós e conexões, que podem ser acessados aleatoriamente desde qualquer máquina (computador) e por qualquer usuário, em qualquer lugar do mundo e simultaneamente.

determinarmos hipóteses para a experimentação de técnicas construtivas originais, também permitem a participação de um público mais amplo na compreensão do sítio arqueológico. Atualmente, as técnicas de realidade virtual dão uma maior rapidez e flexibilidade da experimentação de reconstruções, pois, ao construirmos sítios virtuais em computadores, possibilitamos não só sua a visualização como também a experimentação de reconstruções alternativas. Portanto, será essa interatividade que levará o usuário a realizar seus questionamentos sobre o sítio e explorá-lo, de maneira não especializada. É nesse sentido que:

En Catalhöyük queremos que la reconstrucción virtual del yacimiento sea la "cabecera" de la base de datos. Los usuarios no especialistas pueden así "navegar" por el yacimiento virtual y encontrar la información arqueológica con el nivel de detalle deseado. La virtualidad permite también experimentar con las diferentes maneras en las que se tiene experiencia del yacimiento (HODDER, 1998: 8).

Concluindo com a descrição da metodologia de *Catalhöyük*, o arqueólogo Ian Hodder apresenta sua última característica. Segundo ele, em *Catalhöyük*, estimula-se a participação de equipes de diferentes partes do mundo, para escavar suas próprias zonas no sítio. Por mais que se utilizem de sistemas de documentação e colhimento de dados semelhantes a outras equipes, as técnicas de escavação e análise são escolhas das próprias equipes. Pressupõem-se que distintas equipes, utilizando diferentes métodos, produzirão diferentes resultados, desse modo, a partir do uso de diferentes vertentes de trabalho, torna-se possível enxergarmos diversas *Catalhöyük*. Assim, ao invés de censurarmos essa diversidade como caótica, devemos considerá-la bem-vinda, pois não se pode mais aceitar uma visão monolítica e de perspectiva única.

Apesar da grande contribuição da metodologia apresentada pelo arqueólogo Ian Hodder, no sentido de criar meios de integração de diferentes grupos de pessoas no processo de construção do conhecimento, consequentemente, levando a uma multiplicidade de leituras de um sítio arqueológico. Ainda, para o caso do baixo rio São Francisco, nota-se a necessidade de buscarmos um mecanismo que, além da procura por interpretações, vise ao aprofundamento da multivocalidade. É nesse sentido que integraremos a metodologia arqueológica dessa região à pesquisa qualitativa, enquanto

uma ferramenta que possibilite o resgate de memórias, sentimentos e posições políticas, no que se concerne ao patrimônio do rio São Francisco.

Portanto, a pesquisa qualitativa surge como um instrumento para, via pesquisa arqueológica integrativa, entendermos as múltiplas relações entre as comunidades do baixo São Francisco e o passado da região, como também da materialidade que é produto desse passado.

A pesquisa qualitativa, comumente utilizada nas ciências sociais, foi desenvolvida, enquanto uma forma alternativa de estudo da vida social, divergindo da pesquisa quantitativa, de cunho positivista. Assim, uma característica relevante da metodologia qualitativa é a estrita ligação entre o pesquisador e as pessoas pesquisadas, que, apesar da relação de poder, constitui um momento de construção e de diálogos de um universo de experiências humanas (SILVA *et al.*, 2007).

As pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, geralmente longas e semiestruturadas, como também se faz necessário a definição de critérios de seleção dos sujeitos que irão compor o universo de investigação, algo primordial, já que interfere diretamente na qualidade das informações que possibilitarão construir uma análise e compreensão do problema delineado. A descrição e delimitação dos sujeitos a serem entrevistados, assim como seu grau de representatividade, no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, pois se trata da base sobre qual boa parte do trabalho de campo é assentado (DUARTE, 2002).

Em uma pesquisa de base qualitativa, dificilmente é possível determinar o número de pessoas a compor o quadro das entrevistas, pois tudo dependerá da qualidade das informações obtidas em cada testemunho, como a profundidade e o grau de recorrência e divergências de informações. Assim, enquanto estiver surgindo dados originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação, deve-se continuar sendo realizadas as entrevistas. A pesquisadora Rosália Duarte (2002: 144) afirma que:

[...] à medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o

material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos.

Recomenda-se realizar as entrevistas com um limite mínimo de 20 pessoas, mas lembrando que tudo vai depender da razão do objeto e do universo de investigação, ou até que o material obtido possibilite uma análise das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos (DUARTE, 2002).

Um ponto importante são as situações de contato com o entrevistado. Tais momentos configuram-se como parte integrativa do material em análise. Em vista disso, devemos registrar o modo como são estabelecidos esses contatos, a forma como o entrevistador é recebido pelo entrevistado, o grau de disponibilidade para a concessão do depoimento, o local onde foi concedido, a postura adotada durante a coleta do depoimento, gestos, sinais corporais e/ou mudanças de tom de voz, entre outros. Enfim, tudo fornece elementos significativos para a leitura e interpretação do depoimento, como também para a compreensão do universo investigado. Geralmente, as entrevistas fluem muito mais tranquilamente quando concretizadas nas residências dos entrevistados, pois em ambiente doméstico, privado, há uma maior liberdade para expressão de ideias e uma menor preocupação com o tempo. Deste modo, as entrevistas costumam ser mais longas, densas e produtivas (DUARTE, 2002).

Como é pontuado por Duarte (2002: 146):

Aprender a realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência no campo. Por mais que se saiba, hipoteticamente, aquilo que se está buscando, adquirir uma postura adequada à realização de entrevistas semiestruturadas, encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de avaliar o grau de indução da resposta

contido numa dada questão, ter algum controle das expressões corporais (evitando o máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, entre outros), são competências que só se constroem na reflexão suscitada pelas leituras e pelo exercício de trabalhos dessa natureza.

A partir do momento que realizamos diversas entrevistas e passamos a escutar a nossa própria voz nas gravações, torna-se possível avaliarmos, criticamente, o nosso desempenho, podendo, deste modo, corrigirmos as falhas de conduta. Por mais que a elaboração de roteiros de entrevistas e perguntas possa, aparentemente, parecer uma tarefa simples, no entanto, não o é. Por exemplo, em situações em que a coleta de depoimentos, posturas mais formais do tipo “respostas diretas a perguntas idem”, não costuma produzir bons resultados e, quando acontecem, poucas vezes resistem às primeiras interrogações referentes a experiências de caráter pessoal. Contudo, falar de gostos e interesses pessoais, da relação com os pais, do ambiente familiar, da própria infância e juventude, dos amigos, de experiências escolares, de um modo geral, deixa as pessoas mais confortáveis para expressarem ideias, valores, crenças, significações, expectativas de futuro, visões de mundo e assim por diante. Nessas situações, o pesquisador deve ter bastante atenção, pois a entrevista pode correr o risco de fugir dos objetivos planejados, restringindo-se a divagações ou resvalando para uma espécie de “troca de experiências” mútuas, comprometendo a qualidade do trabalho (DUARTE, 2002).

Geralmente, alguns problemas podem ser identificados no roteiro de entrevista quando eles saem do papel e ganham significado na interação entrevistador/entrevistado. Por essa razão o roteiro deve ser um instrumento flexível para orientar a condução das entrevistas, e, periodicamente, faz-se necessário uma revisão para que seja possível avaliar se ainda atende aos objetivos da pesquisa (DUARTE, 2002).

Nota-se que a parte mais árdua do trabalho é a análise dos dados qualitativos. Por exemplo:

De modo geral, ao final de um trabalho de campo relativamente extenso, pode-se ter em mãos em torno de trinta entrevistas

semiestruturadas, de uma hora e meia cada (cuja transcrição dá, em média, vinte a vinte e cinco laudas); registros escritos de conversas não gravadas; eventuais mensagens trocadas por correio eletrônico; notas de campo; materiais audiovisuais; textos e/ou reportagens sobre o tema, publicados em jornais e revistas; notas biográficas e, ainda, dados de outras pesquisas sobre o mesmo tema ou temas afins (DUARTE, 2002: 151).

Destarte, todo o material produzido e colhido no trabalho de campo precisa ser organizado, segundo critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, seguindo os objetivos da pesquisa. Assim, nessa primeira etapa, o trabalho é muito mais “braçal” do que analítico. Logo após essa etapa de organização e classificação do material, é necessário um mergulho analítico profundo em textos densos e complexos, produzindo interpretações e explicações que procurem dar conta do problema e das questões estabelecidas pela pesquisa.

Portanto, é com a união dessas metodologias que se vislumbra a construção de uma Arqueologia de ambientes aquáticos para baixo rio São Francisco, buscando, constantemente, atender a uma multivocalidade e o respeito às comunidades ribeirinhas. Dessa maneira, possibilitaremos a construção de uma realidade arqueológica, por meio da opinião de pessoas que convivem com o patrimônio.

Assim, devemos refletir acerca do nosso papel na produção de conhecimentos sobre o passado local, mudando o rumo que, até então, vem sendo tomado pela disciplina, na região, a partir da definição de uma base participativa que contemple a multivocalidade. Nesse sentido, é muito relevante oportunizarmos a geração de espaços de encontro com a comunidade local, permitindo o reconhecimento dos diversos atores locais, como também escutar os outros discursos produzidos, referentes às evidências culturais do passado da região (MONTENEGRO e RIVOLTA, 2011).

Chegou o momento em que a Arqueologia, no baixo rio São Francisco, assume novos desafios e compromissos, não apenas na reconstrução do passado, mas também nos processos atuais de configuração do patrimônio e de identidades locais. Tal mudança pode configurar-se em uma tarefa que não só atue sobre reflexões disciplinares e posicionamentos sociopolíticos, como também promova uma mudança de perspectiva,

ao ponto, que nos últimos anos, essa Arqueologia pública não é apenas considerada um espaço epistêmico e metodológico que permite desconstruir práticas hegemônicas de produção de conhecimento, mas também uma subdisciplina que propicia o estudo das dinâmicas atuais de configuração e gestão do patrimônio (MONTENEGRO e RIVOLTA, 2011; MONTENEGRO, 2012).

Em um futuro próximo, esperamos que, com a postura e as ações desenvolvidas nesta pesquisa, configure a situação em que se encontra o patrimônio cultural subaquático e as comunidades instaladas às margens do baixo rio São Francisco, levando ao respeito e à preservação de nossa herança cultural.

• CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a partir do que foi exposto nesta dissertação, buscou-se pensar e repensar a Arqueologia do baixo rio São Francisco de uma maneira até o momento incomum no estado de Sergipe, por meio de uma postura socialmente engajada e integrativa, conjecturando uma Arqueologia de ambientes aquáticos que trouxesse ao processo de construção de passados a participação das pessoas que convivem e conviveram com o patrimônio cultural subaquático regional. Para assim, não só corroborar no fortalecimento de um elo entre comunidades locais e a pesquisa arqueológica, mas também fortalecer a relação que essas comunidades possam ter com seu passado.

No entanto, paira uma interrogação no ar, o que realmente queremos pode ser considerado Arqueologia pública? Para responder essa pergunta, temos que elaborar outro questionamento: quais os objetivos da Arqueologia? Ou melhor, quais as responsabilidades da Arqueologia?

Enfim, a Arqueologia ainda é uma disciplina em pleno desenvolvimento, que vem se redefinindo com o passar dos anos e deixando, cada vez mais claro, a sua importância na sociedade. Assim, me sinto muito desconfortável em rotular que Arqueologia que se buscou idealizar para o baixo rio São Francisco. Arqueologia pública/interpretativa/reflexiva/multivocal ou simplesmente Arqueologia?

Enquanto uma disciplina voltada a estudar todos os aspectos das sociedades humanas, por meio de sua cultura material, independente de sua temporalidade, é uma responsabilidade da Arqueologia contribuir para a difusão do conhecimento produzido, pois antes de qualquer coisa, trabalhamos com o patrimônio cultural, que é um bem público. Por isso, a partir do momento que nos debruçamos a estudá-lo, é nossa obrigação atender aos diferentes públicos, detentores desse legado, então, por que rotular a presente pesquisa como Arqueologia pública já que está imbuída na nossa condição de pesquisador aproximar a sociedade do seu patrimônio? Ou por que devemos continuar aceitando a negligência dessa obrigação por parte da comunidade arqueológica?

Logo, é necessário, antes de encerrarmos essa pesquisa, falar que chegou à hora de rompermos com essas nomenclaturas restritivas da disciplina, pois já é momento de aceitarmos e assumirmos as nossas responsabilidades, não é mais aceitável uma pesquisa arqueológica faltar com a aproximação das comunidades que circundam os sítios estudados. Não estou falando aqui de assumir uma metodologia como a que foi apresentada, mas o de pelo, menos, buscar a opinião dessas comunidades sobre a importância de se estudar um sítio e levar o conhecimento produzido até elas. Deste modo, temos que refletir, constantemente, que, se a Arqueologia não tiver significado para a sociedade, para que convém o nosso fazer arqueológico?

Como foi apresentado na contextualização da área de estudo no capítulo III, o baixo São Francisco é o contexto de pesquisa ideal para a aplicabilidade de uma pesquisa arqueológica subaquática de metodologia multivocal, tendo em vista a profunda relação que essas comunidades têm com o seu passado e com os bens relacionados a ele. Na cidade de Penedo, principalmente, nota-se esse orgulho de um passado áureo economicamente ou de um passado holandês. Isso fica claro, ao caminharmos pelo seu centro histórico e observamos a sua estrutura turística, voltada a ilustrar uma grandiosidade, por meio de suas construções históricas, igrejas e museus. O povo penedense se orgulha de viver em uma cidade fruto de múltiplas transformações históricas e econômicas. Assim, para a Arqueologia, representa um terreno próspero para trabalharmos com a reconstrução desse passado, sob a ótica dessas pessoas.

Contudo, enxerga-se uma grande lacuna em toda a região do baixo rio São Francisco, no que se refere aos sítios arqueológicos submersos, por mais que, até hoje, na região, a relação com o ambiente aquático e com tudo relacionado a ele seja muito forte, ainda há a carência de uma aproximação dessas comunidades para com o patrimônio cultural subaquático, mesmo que haja o interesse por parte dessas comunidades em se estudar e resgatar esse passado, sobretudo naval, do baixo São Francisco. O vapor “Comendador Peixoto” é o melhor exemplo para ilustrarmos a vontade existente por parte da comunidade local, em buscar meios de trazer à tona a grandiosidade do que foi esse vapor para ela. Até hoje, muitos penedenses não se contentam com o final patético que deram à essa embarcação, e são, extremamente, suscetíveis a aceitar propostas que visem ao resgate desse passado. Nesse sentido, a

Arqueologia torna-se uma ferramenta essencial para atender aos anseios e carências dessa comunidade, adotando, assim, um papel socialmente relevante.

No caso das comunidades da foz do São Francisco, procurar estudar o complexo da antiga vila do Cabeço que, hoje, se encontra submersa, por meio da Arqueologia, é uma tarefa bastante importante, no sentido de buscarmos reverter um trauma cultural ou, pelo menos, refletirmos, mutuamente, formas de preservar a memória de sua comunidade, que foi atingida pelo movimento descomedido do “progresso”. O trauma cultural infligido à comunidade é decorrente do processo de erosão no delta do rio, sendo agravado com a construção de hidrelétricas ao longo do rio São Francisco, o que levou a rápida destruição do povoado do Cabeço.

Mesmo com essas dificuldades, é visível o interesse da comunidade em buscar meios para não deixar morrer o seu passado que está submerso. A Arqueologia, nesse contexto, pode ser utilizada como ferramenta política para os moradores tenham os seus direitos respeitados e para que nunca mais sejam expulsos de seus lares e que o ambiente de suas atividades de subsistência (pesca) seja respeitado e preservado.

Devo pontuar que os primeiros passos foram dados para o estabelecimento de pesquisa arqueológica na região. Nos dias 16 e 17 de maio de 2012, foi realizado, na cidade de Penedo, o seminário **Baixo São Francisco – Paisagem e Patrimônio Natural**. Esse evento contou com a participação de representantes de diferentes instituições, a exemplo do IPHAN (DEPAM – Departamento de Patrimônio Material, de Brasília, e das regionais de Alagoas e Sergipe), da Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco – Canoa de Tolda, Capitania dos Portos, etc. O objetivo do seminário foi discutir os aspectos da transformação de paisagem e degradação do patrimônio cultural, sua importância e os impactos nas vidas das comunidades da região, como também pensar em políticas voltadas para a preservação, proteção e recuperação do patrimônio cultural vinculado à paisagem. Também foram promovidas discussões para o estabelecimento de linhas de ação de participação coletiva na preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, o **Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos** foi representado seu coordenador, Prof. Dr. Gilson Rambelli, e pelo mestrando do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, e autor do presente trabalho, Luis Felipe Freire, levando, assim, a

necessidade da inclusão da Arqueologia nas medidas de estudo e preservação do patrimônio do baixo São Francisco.

O seminário propôs o estabelecimento da chancela da paisagem cultural do baixo rio São Francisco. Esta é um instrumento recente de proteção do patrimônio histórico nacional, criado pelo Iphan, através da portaria 127, de 30 de abril de 2009, que define a paisagem cultural brasileira como "uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores".

Também decorrente desse seminário, criou-se o grupo de trabalho do baixo rio São Francisco, composto por diversas entidades, entre elas, as superintendências do IPHAN de Sergipe e Alagoas e o **Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos**, objetivando estabelecer as bases de pesquisa do patrimônio arqueológico na região. Assim, em breve, ações para a pesquisa arqueológica estarão acontecendo, possibilitando, deste modo, que premissas colhidas por essa dissertação se tornem realidade.

Portanto, considero que uma pesquisa arqueológica subaquática imbuída do caráter definido por este trabalho seja um realidade palpável no futuro do baixo São Francisco e do estado de Sergipe, pois, mesmo sendo uma tarefa árdua, temos que nos engajar para conseguir concretizar essas medidas, e, quem sabe, assim, tornar um exemplo a ser seguido em outras regiões.

• REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUTO, Felix A.; ZARANKIN, Andres. Introducción: aun sedientos. In: ZARANKIN, Andres; ACUTO, Felix A. (Org.). **Sed non satiata: teoría social en la arqueología latinoamericana contemporánea**. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, p. 7-15. 1999.

ADAMS, Jonathan. Maritime Archaeology. In: ORSER Jr, Charles E. (ed.). **Encyclopedia of Historical Archaeology**. London: Routledge, p. 328-330. 2002.

ALMANSA. J. *Arqueología para todos los públicos. Hacia una definición de la Arqueología Pública “a la española”*. *Arqueoweb*, Vol. 13, Nº 1, p. 87-107. 2011.

ARAÚJO, Ruy Belém de. O Baixo São Francisco: transformações históricas e econômicas. In: SÁ, A. F. A. e BRASIL, Vanessa M. (org.). **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. ARACAJU: FAPESSE. 2005.

ARDUENGO GARCÍA, Darwin A. Las categorías de modo de vida y modo de trabajo en la investigación. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. Campinas: UNICAMP, N. 7, p. 35-44. 2007a.

ARDUENGO GARCÍA, Darwin A. La Arqueología Social Latinoamericana. Presente y perspectivas del materialismo histórico y dialéctico como posición teórica. In: **Compilación de textos de los principales exponentes de la Arqueología social en Latinoamérica**. Una propuesta crítica y dialéctica que merece um examen profundo, CENCREM, 2007b.

ARDUENGO GARCÍA, Darwin A. *El Patrimonio arqueológico. El pasado de cara a el futuro*. In: 1º *Foro Virtual de Arqueología e Patrimonio*. 2009. Acessado em 05/02/2013: < www.cubaarqueologica.org >.

BASS, George F. **Arqueologia subaquática**. Lisboa: Verbo, 1969.

BASS, George F. The development of maritime archaeology. In: CATSAMBIS, A.; FORD, B.; HAMILTON, Donny L. **The Oxford Handbook of Maritime Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, p. 3-22. 2011.

BIRD, Eric. **Coastal Geomorphology: Na introduction**. Jonh Willey & Sons Ltd, England, 2008.

BATE, Luis Felipe. *Sociedad concreta y periodización tridimensional*. **Boletín de Antropología Americana**. Instituto Pan-americano de Geografía e História. Cidade do México, p. 41-46. 1998.

BAVA-DE-CAMARGO, P. F. **Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BAVA-DE-CAMARGO, P. F. **Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, século XIX-XX**. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BAVA DE CAMARGO, Paulo F. Portos do Vale do Ribeira paulista: uma abordagem arqueológica. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 8, p. 155-165. 2009.

BLOT, JEAN-Yves. O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na Arqueologia do mundo náutico. **Al-Madan**. Almada, Centro de Arqueologia, Série 2, n. 8, p. 41-55, out. 1999.

BURTON, R. **Viagem de canoa de Sabará ao oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

CALIPPO, F. R. **Os sambaquis submersos de Cananéia, SP: Um estudo de caso de Arqueologia subaquática**. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CALIPPO, F. R. **Sociedade Sambaqueira, Comunidades Marítimas**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAROATÁ, J. P. J. S. **Crônica do Penedo**. Maceió: Departamento de Educação e Cultura, 1962.

CARVALHO, A. V.; FUNARI, P. P. A. As possibilidades da Arqueologia Pública, 24/03/2009. **História e-História**, v. 2009, p. 1-10, 2009.

CASTRO, Filipe V. Caçadores de tesouros: proposta de uma taxonomia. **História e-História**. 2005.

CASTRO, A.; ZUBIMENDI, M. A.; GRASSI, L.; AMBRÚSTOLO, P.; MAZZITELLI, L. Sitio Arqueológico Carga (Puerto Deseado, Patagonia, Argentina): Reflexiones sobre la práctica de una Arqueología Social y Pública. **Revista de Arqueologia Pública**. São Paulo: NEE/Unicamp. n° 2, 2007. p. 7-21.

CURTONI, Rafael P. *La dimensión política de la arqueología: El patrimonio indígena y la construcción del pasado*, In: MARTÍNEZ et al (ed.) *Aproximaciones contemporáneas a la Arqueología pampeana. Perspectivas teóricas, metodológicas, analíticas y casos de estudio*. Olavarría, Facultad de Ciencias Sociales, pp. 437-449. 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DOMÍNGUEZ, Lourdes S. & FUNARI, P. P. O Patrimônio em Cuba e no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra & RAMBELLI, Gilson. (Org.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. 1 ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 31-46, 2009.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n°. 115. p. 139-154. Março, 2002.

DURAN, L. D. **Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo**. 2008. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERREIRA, Lúcio M. Transposição de identidades: o patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco. In: SÁ, A. F. A. e BRASIL, Vanessa M. (org.). **Rio Sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco**. ARACAJU: FAPES. 2005.

FERREIRA, Lúcio M. Patrimônio Arqueológico, Pós-colonialismo e Leis de Repatriação. In: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra & RAMBELLI, Gilson. (Org.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. 1 ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 77-96. 2009.

FORMOSO, Lucas C. **Erosão e sedimentação no delta do São Francisco: Considerações sobre a interferência dos barramentos no sistema costeiro**. Unesp: Rio Claro. 2008.

FOUNIER, Patricia. La arqueologia del colonialismo em iberoamérica: balance y perspectivas. **Boletín de Antropología Americana**. México, n.34, p. 75-88. 2009.

FREIRE, Luis Felipe. Arqueologia Subaquática e Compromisso Social: Por uma Arqueologia Pública no Baixo Rio São Francisco. **História e-História**. 2011.

FUNARI, P. P. A. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: FUNARI, P. P. A.(org.). **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Campinas: IFCH-UNICAMP, p. 7-34. 1998.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P. A. & PELEGRINI, S. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erica Marion. Editorial. **Arqueologia Pública**, nº 1, p. 03. 2007.

FUNARI, P. P. A. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. In: FUNARI, P. P. A. **Arqueologia e Patrimônio**. 1. Ed. Erechim: Habilis, p. 59-70. 2007a.

FUNARI, P. P. A. Desaparecimento e emergência dos grupos subordinados na Arqueologia brasileira. In: FUNARI, P. P. A. **Arqueologia e Patrimônio**. 1. Ed. Erechim: Habilis, p. 143-166. 2007b.

FUNARI, P. P. Como se tornar arqueólogo no Brasil. In: FUNARI, P. P. A. **Arqueologia e Patrimônio**. 1. Ed. Erechim: Habilis, p. 107-130. 2007c.

FUNARI, P. P. To whom belongs Brazilian archaeological remains: the role of public archaeology. In: Pedro Paulo A. Funari. (Org.). **Public Archaeology**. 1 ed. Oxford: Archaeopress, v. 1, p. 9-14. 2010.

GNECCO, Cristóbal. *Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad*. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.** Vol.4, Nº.1, p. 15-26. 2009.

GNECCO, Cristóbal. Da Arqueologia do Passado à Arqueologia do Futuro: Anotações Sobre Multiculturalismo e Multivocalidade. **Amazônica – Revista de Antropologia da Universidade Federal do Pará**. Vol. 2, Nº 1, p. 92-103. 2010.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Arqueología y Memória histórica*. In: **Patrimonio Cultural de España**. Nº 1. Ministério da Cultura. 2009.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Contra la pospolítica: Arqueología de la guerra civil española*. **Revista Chilena de Antropología**. Nº 22, p. 9-32. 2010.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Hacia otra arqueología: diez propuestas*. **Revista Complutum**, Vol. 23, Nº 2, p. 103-116. 2012.

GUIMARÃES, R.S. **Arqueologia em sítios submersos: Estudo de Sítio Depositário da Enseada da Praia do Farol da Ilha do Bom Abrigo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

JOHNSON, M. **Teoria Arqueológica, Una introducción**. Barcelona: ed. Ariel. 2000.

HODDER, Ian. *Trazando el mapa del pasado posmoderno*. **Trabamos de Prehistoria**. Traducción de Alicia Perea. CSIC: Madri. Vol.55, Nº 1, p. 5-17. 1998.

LANGER, J. A cidade perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil império. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, SP, v. 22, n. 43, p. 127-152. 2002.

LESHIKAR-DENTON, Margaret E. Cooperation is the Key: We Can Protect the Underwater Cultural Heritage. **Journal of Maritime Archaeology**. Oxford University Press: Oxford. v.5, n. 2. p. 85-95. 2010.

LUMBRERAS, L. *La Arqueología como ciencia social*. Ediciones Hístar, Lima. 1974.

LUNA ERREGUERENA, Mariá del Pilar. A Importância do Anexo da Convenção da UNESCO Sobre a Importância do Patrimônio Cultural Subaquático para a Produção do Conhecimento Arqueológico. In: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra & RAMBELLI, Gilson. (Org.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. 1 ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 47-58, 2009.

MARTIN, L.; SUGUIO, K. Variation of coastal dynamics during the last 7000 years recorded in beach-ridge plains associated with river mouths: example from the central Brazilian coast. **Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology**. Vol.99, p. 119-140. 1992.

MCGUIRE, R. H. A arqueologia como ação política: o projeto Guerra do Carvão do Colorado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento, São Paulo, n. 3, p. 387-397, 1999.

MCGUIRE, R. H.; NAVARRETE, R. Entre motocicletas y fusiles: las arqueologías radicales anglosajona e hispana. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. Suplemento, São Paulo, n. 3, p. 181-199, 1999.

MONTENEGRO, M e RIVOLTA, M. C. *Producción de conocimientos sobre el pasado local en tempos globalizados: experiencias interculturales en la región septentrional del Noroeste Argentino*. **APEA. Asociación Profesional Extremeña de Antropología**. ETNICEX, Nº 3, 105-118. 2011.

MONTENEGRO, Mónica. *Arqueología en la escuela: experiencias en el sector septentrional del noroeste argentino*. **Chungará – Revista de Antropología Chilena**. Vol.44, Nº.3, p. 487-498. 2012.

MUCKELROY, Keith. **Maritime Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

NAUTICAL ARCHAEOLOGY SOCIETY. **Underwater archaeology : the NAS guide to principles and practice**. Editor: Amanda Bowens. Second Edition. Blackwell Publishing, PortsMount. 2009.

NOREÑA CORDONA, Sandra Y. e PALACIO SالدARRIAGA, Lorena. *Arqueología: ¿ Patrimonio de la comunidade?. Boletín de Antropología da Universidad de Antioquia*. Vol. 21, Nº 38, p. 292-311. 2007.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2º edição. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira. 2006.

RAMBELLI, G. **A Arqueologia subaquática e sua aplicação à Arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape**. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP: Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, São Paulo, 1998.

RAMBELLI, G. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

RAMBELLI, G. **Arqueologia subaquática do baixo vale do Ribeira**. 2003. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RAMBELLI, G. Preservação sob as ondas: a proteção do patrimônio subaquático no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 1, p. 136-151, 2007.

RAMBELLI, G. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil. **História** (São Paulo), v. 27, p. 49-74, 2008.

RAMBELLI, G. Patrimônio Cultural Subaquático no Brasil: discrepâncias conceituais, incongruência legal. In: FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra & RAMBELLI, Gilson. (Org.). **Patrimônio Cultural e Ambiental: questões legais e conceituais**. 1 ed. São Paulo: Annablume, v. 1, p. 59-76, 2009a.

RAMBELLI, G. A Arqueologia Subaquática no Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 8, p. 53-62, 2009b.

REIS, J. A. "Lidando com as coisas quebradas da história". **Revista de Arqueologia Pública**. São Paulo: NEE/Unicamp. nº 2, 2007. p. 33-44.

RELATÓRIO: Inspeção técnica dos artefatos provenientes do rio São Francisco abrigados no Memorial de Sergipe (UNIT) e considerações. Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

ROCHA, Sandra D. Uma “Pós-História”? Reflexões Acerca da Concepção de História no Movimento Pós-Moderno. **TOMO: Revista de Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.** Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão-SE, NPPCS/UFS, n. 10 jan./jun., p. 129-149. 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um Discurso sobre as Ciências.** Edições Afrontamento; Porto; 1988.

SAUCEDO-SEGAMI, Daniel D. *Trabajando para el público: algunas perspectivas de cómo adaptar la arqueología pública al contexto peruano.* **Revista Electrónica de Arqueología**, Nº 13, P. 01-12. 2011.

SHANKS, M.; TILLEY, C. **Social theory and archaeology.** Oxford: Polity Press, 1987.

SILVA, Bruno Sanches R. **Das ostras só as pérolas: Arqueologia Pública e Arqueologia Subaquática no Brasil.** 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SILVA A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia.** Vol. 1, nº 1. p. 25-35. 2007.

SOUZA, C. C. R.. **Identificação Arqueológica de um Naufrágio no Lamarão Externo do Porto do Recife, PE, Brasil.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SOUZA, C. C. R. **Arqueologia Subaquática: Identificação das Causas de Naufrágios nos Séculos XIX e XX na Costa de Pernambuco.** Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

TAMANINI, E.; PEIXER, Z. I. “Água Mole em Pedra Dura Tanto Bate Até que Fura”: Educação Popular e herança cultural no século XXI. **Revista de Arqueologia Pública**. São Paulo: NEE/Unicamp. n° 2, p. 23-32. 2007.

TRIGGER, Bruce G. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus, 2004.

VALENTE, Aminadab. **Penedo, sua História**. Maceió: Imprensa Oficial. 1957.

ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista. O caso de Buenos Aires**. Campinas. CHAA-IFICH - UNICAMP/FAPESP. 2002.

.